

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Centro de Letras e Comunicação

Programa de Pós- Graduação em Letras

Mestrado em Estudos da Linguagem



Dissertação

A INSERÇÃO DE A *GENTE* NA LINGUAGEM JORNALÍSTICA DE ZERO HORA

Morgana Paiva da Silva

Pelotas, 2013

MORGANA PAIVA DA SILVA

A INSERÇÃO DE A *GENTE* NA LINGUAGEM JORNALÍSTICA DE ZERO HORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras (Área: Estudos da Linguagem).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Blaskovski Vieira

Pelotas, 2013

Morgana Paiva da Silva

A inserção de a gente na linguagem jornalística de Zero Hora

Maria José B. Vieira

Prof^a. Dr^a. Maria José Blaskovski Vieira
Orientadora/Presidente da banca (UFPeI)

Ana Zilles

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Stahl Zilles
Membro da Banca (UNISINOS)

Luís Isaias Centeno do Amaral

Prof. Dr. Luís Isaias Centeno do Amaral
Membro da Banca (UFPeI)

Pelotas, março de 2013.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586i Silva, Morgana Paiva da

A inserção de *a gente* na linguagem jornalística de Zero Hora / Morgana Paiva da Silva; Maria José Blaskovski Vieira, orientadora. Pelotas, 2013. 139f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2013.

1. Linguística. 2. Sociolinguística. 3. Pronominalização. 4. Variação *nós X a gente*. I. Vieira, Maria José Blaskovski, orient. II. Título.

CDD: 410

Catalogação na Fonte: Leda Lopes CRB 10/ 2064

AGRADECIMENTOS

É impossível mensurar o tamanho da minha gratidão aos meus pais, Loiva Paiva da Silva e Zair Duarte da Silva, pelo apoio, pela paciência, pela dedicação a mim conferida durante minha trajetória escolar. Agradeço, especialmente, à paciência nos momentos em que me encontrava de mau humor e pelo apoio nos momentos de angústia. Meus pais... Se hoje me encontro no estágio escolar em que me encontro, isso se deve ao incentivo deles. Meus pais absolutamente tudo para mim, minha base, minha força para seguir em frente.

Agradeço ao apoio dos meus familiares, em especial, da minha tia Maria Joaquina Paiva da Costa e minha prima Isabel Cristina Simões. Mas, também, peço desculpas pelo meu distanciamento deles durante a elaboração da dissertação.

Um agradecimento muito especial a minha avó, Olga Domingues Paiva, que mesmo depois de falecida me presenteou, por intermédio de minha prima Isabel, com um anel de formatura do curso de graduação. Obrigada vó, sei que daí de cima a senhora está sempre torcendo por mim.

Agradeço a minha orientadora pela atenção e paciência dedicadas a mim. Peço desculpas por não ter dado descanso à professora nem mesmo nos finais de semana. Obrigada professora Maria José Blaskovski Vieira, a senhora marcou positivamente minha trajetória acadêmica.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro, através da bolsa de mestrado.

Agradeço pela torcida dos meus queridos professores da graduação: Maria Cristina Brisolara e Oscar Brisolara.

Agradeço à professora Leda Bisol por ter me recebido de maneira muito gentil nas dependências do projeto VARSUL.

Agradeço pelo incentivo das minhas amigas. Veronica Amaral e Marina Mujica. Peço desculpas pelo distanciamento delas, em função da realização da dissertação.

SILVA, Morgana Paiva da. **A inserção de *a gente* na linguagem jornalística de Zero Hora.** 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pelotas.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados referentes à análise da inserção da forma pronominal *a gente* em linguagem escrita jornalística, tomando por base textos do jornal Zero Hora. Procurou-se verificar a intensidade de uso da variante *a gente* nos diferentes gêneros discursivos jornalísticos e identificar os fatores linguísticos e os extralinguísticos que condicionam esse uso. Para sua realização, buscou-se fundamentos na teoria Sociolinguística Variacionista instaurada por William Labov, na Teoria da Gramaticalização postulada por B. Heine e nos resultados de pesquisas sobre variação entre *nós* e *a gente*. Para a investigação, foram coletados 3.532 dados, provenientes da análise de 2.103 textos de autoria. Os dados coletados foram codificados e analisados estatisticamente utilizando-se o programa Goldvarb 2003. Concluiu-se que os fatores *modo de apresentação da forma pronominal, determinação do referente e gênero discursivo* são relevantes para o uso de *a gente* nos textos jornalísticos.

Palavras Chave: Sociolinguística; Variação *nós* x *a gente*; Pronominalização.

SILVA, Morgana Paiva da. **A inserção de *a gente* na linguagem jornalística de Zero Hora**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pelotas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar los resultados relativos al análisis de la inserción de la forma pronominal *a gente* en los periódicos de lengua escrita, basada en textos del periódico Zero Hora. Tratamos de comprobar la intensidad de uso de la variante *a gente* em diferentes gêneros discursivos periodísticos e identificar los factores lingüísticos y extralingüísticos que influyen en este uso. Para su realización, se busco a los fundamentos en la teoría Sociolingüística Variacionista traída por William Labov, en la teoría de la Gramaticalización postulada por B. Heine y en los resultados de las pesquisas sobre la variación entre *nós* y *a gente*. Para la investigación, se recogieron 3.532 datos del análisis de 2.103 textos de autoria. Los datos fueron codificados y analizados estadísticamente utilizando el programa Goldvarb 2003. Llego a la conclusión que los fatores *modo de apresentação de la forma pronominal, determinação del referente e gênero discursivo* son relevantes para el uso de *a gente* em los textos periodísticos.

Palabras clave: Sociolingüística; Variación *nós* x *a gente*; Pronominalización.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pronomes pessoais.....	12
Quadro 2 - Nova configuração dos pronomes e a simplificação de modos de concordância verbal do Português Brasileiro.....	20
Quadro 3 - Resumo – variáveis independentes consideradas nos estudos variacionistas analisados.....	46
Quadro 4 - Relação dicotômica entre fala e escrita.....	57
Quadro 5 - Gêneros jornalísticos por Beltrão.....	60
Quadro 6 - Gêneros jornalísticos por Melo.....	60
Quadro 7 - Saliência fônica.....	75
Quadro 8 - Associação entre gêneros discursivos e gêneros textuais.....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frequência de uso de <i>a gente</i> em fala.....	48
Figura 2 - Frequência de uso de <i>a gente</i> em escrita.	48
Figura 3 - Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita.....	58
Figura 4 - Distribuição dos dados de <i>nós</i> e <i>a gente</i>	82
Figura 5 - Atuação do fator modo de apresentação da forma pronominal para o uso de <i>nós</i> e de <i>a gente</i>	85
Figura 6 - Papel do fator determinação do referente para o uso de <i>nós</i> e de <i>a gente</i>	89
Figura 7 - Reprodução de discurso publicitário.....	93
Figura 8 - Influência do fator gênero discursivo para o uso de <i>a gente</i> . Peso Relativo.....	97
Figura 9 - Atuação das variáveis Determinação do Referente e Gênero Discursivo para o uso de <i>a gente</i>	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modo de Apresentação da Forma Pronominal.	84
Tabela 2 - Determinação do Referente.	87
Tabela 3 - Gênero Discursivo.	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	Sociolinguística Variacionista Quantitativa	15
2.2	Gramaticalização	19
3	ESTUDOS SOBRE A VARIAÇÃO <i>NÓS/A GENTE</i>	24
3.1	Estudos Em Tempo Aparente	24
3.1.1	Uso de <i>a gente</i> em linguagem popular	24
3.1.2	Uso de <i>a gente</i> em linguagem culta	40
3.2	Estudos Em Tempo Real	43
3.2.1	Uso de <i>a gente</i> em linguagem popular	43
3.2.2	Uso de <i>a gente</i> em linguagem popular/culta	45
4	LINGUAGEM JORNALÍSTICA	51
4.1	O papel do jornalismo impresso para a constituição da sociedade brasileira letrada	51
4.2	Linguagem do jornalismo impresso brasileiro	52
4.3	Língua, linguagem e a interface entre oralidade e escrita	55
4.4	Gêneros textuais jornalísticos	59
4.5	Orientação bakhtiniana dos gêneros discursivos	63
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
5.1	Etapas da pesquisa	66
5.2	Caracterização do ambiente de coleta: jornal Zero Hora	67
5.3	Variáveis controladas	68
5.3.1	Variável Dependente	68
5.3.2	Variáveis Independentes	68
5.3.2.1	Variáveis Linguísticas	68
5.3.2.1.1	Modo de Apresentação da Forma Pronominal	68
5.3.2.1.2	Paralelismo Formal	70
5.3.2.1.3	Determinação do Referente	72
5.3.2.1.4	Saliência Fônica	74

5.3.2.1.5 Tempo Verbal.....	77
5.3.3 Variável Extralinguística.....	79
5.3.3.1 Gênero Jornalístico Discursivo.....	79
6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	82
6.1 Frequência Global.....	82
6.2 Fatores Seleccionados.....	84
6.2.1 Modo de Apresentação da Forma Pronominal	84
6.2.2 Determinação do Referente	86
6.2.3 Gênero Discursivo	90
6.3 Cruzamento entre as variáveis Determinação do Referente e Gênero Discursivo.....	97
6.4 Alternância <i>nós x a gente</i> sob a perspectiva da Gramaticalização	99
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXOS.....	109
ANEXO A - Gêneros Discursivos.....	110
ANEXO B - Impessoalidade da enunciação: a voz do povo no jornal.....	121
ANEXO C - Pessoalidade da enunciação realizada pelo colaborador do jornal.....	123
ANEXO D - Resultados do Goldvarb.....	125

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise da inserção da forma pronominal *a gente* em linguagem escrita jornalística. Pretende-se, com este estudo, contribuir para a compreensão da ocorrência de um processo de reestruturação do quadro de pronomes pessoais do português brasileiro (BENVENISTE, 1988; MONTEIRO, 1994), até hoje ignorado pelas gramáticas mais tradicionais (ROCHA LIMA, 2002; CEGALLA, 2005; ALMEIDA, 2005; BECHARA, 2006 e CUNHA & CINTRA, 2007). E, além disso, mais especificamente, procura-se dimensionar a intensidade de uso de *a gente* em linguagem formal e compreender os fatores linguísticos que propiciam esse uso. Abaixo se explicita o quadro clássico de pronomes pessoais.

Quadro 1 - Pronomes pessoais

Pessoas	Singular	Plural
1° pessoa	Eu	Nós
2° pessoa	Tu	Vós
3° pessoa	Ele/Ela	Eles/Elas

Fonte: Gramática Normativa (ROCHA LIMA, 2002; CEGALLA, 2005; ALMEIDA, 2005; BECHARA, 2006 e CUNHA & CINTRA, 2007).

Para a realização desta pesquisa, formou-se um *corpus* constituído por 3.532 dados coletados de 2.103 textos de opinião e de entrevistas, do ano de 2011, provenientes do jornal gaúcho Zero Hora. Os dados coletados foram analisados à luz dos postulados teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista Quantitativa e de estudos sobre Gramaticalização.

A realização variável da forma pronominal de primeira pessoa do plural no Português Brasileiro foi amplamente analisada na linguagem oral, porém o estudo da alternância entre as formas pronominais *nós* e *a gente* foi pouco explorado na linguagem escrita. Dessa forma, o pequeno número de trabalhos que tomam a linguagem escrita suscitou a realização do presente estudo.

O interesse pela investigação da variação de uso entre as formas pronominais *nós* e *a gente* em linguagem escrita jornalística deve-se ao fato dessa linguagem ser tida como uma das mais intolerantes ao uso de formas linguísticas destoantes das normas prescritas pelas gramáticas tradicionais. A configuração da linguagem escrita jornalística como ambiente de acentuada formalidade linguística leva a crer que a investigação da alternância entre *nós* e *a gente* nesse ambiente linguístico possibilita dimensionar o grau de especialização de *a gente* como pronome do Português Brasileiro.

Com base nos trabalhos anteriores sobre a alternância *nós* e *a gente*, as hipóteses iniciais que nortearam esta pesquisa são as seguintes:

- O uso de *a gente* é pouco expressivo no jornal Zero Hora, em virtude da formalidade da linguagem desse veículo de comunicação, embora se acredite que haja variabilidade de formalidade linguística dentro do domínio discursivo jornalístico em função do caráter linguístico dos diferentes gêneros discursivos que o constituem. Em vista disso, entende-se que há maior probabilidade de uso de *a gente* nos gêneros discursivos em que a relação entre locutor e interlocutor é mais estreita do que naqueles em que essa interação é mais distante;
- A variável Saliência Fônica consiste em um fator importante na escolha de uso de *nós* e de *a gente* nos discursos jornalísticos, já que se mostrou significativa, por exemplo, em Machado (1995), Omena (1996[1978] e 2003), Borges (2004) e Brustolin (2010);
- O Paralelismo Formal atua de maneira relevante sobre a escolha de uso entre *nós* e *a gente* nos discursos analisados, tendo em vista que essa variável foi selecionada, por exemplo, em Lopes (1993), Machado (1995), Omena (1996[1978]), Aires, Souza e Zilles (2002), Omena (2003), Borges (2004), Zilles (2005) e Brustolin (2010);
- A variável Determinação do Referente tem papel significativo na escolha de uso de *nós* e de *a gente* nos discursos jornalísticos, considerando-se que teve um desempenho expressivo, por exemplo, em Lopes (1993), Machado (1995), Omena (1996[1978]), Seara (2000), Aires, Souza e Zilles (2002), Borges (2004) e Zilles (2005).

Outras hipóteses foram formuladas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, portanto, são apresentadas em outro capítulo deste trabalho. Mais especificamente, as hipóteses são apresentadas na subseção Variáveis Independentes do quinto capítulo referente aos Procedimentos Metodológicos.

Este trabalho está estruturado em sete capítulos. No segundo capítulo, a fundamentação teórica deste trabalho é apresentada. Discute-se sobre os postulados teóricos da Sociolinguística Variacionista Quantitativa e da Gramaticalização.

No terceiro capítulo, apresenta-se uma revisão dos estudos sobre *nós* e *a gente*. Em um primeiro momento são descritos estudos em linguagem popular e, depois, em linguagem culta.

No quarto capítulo, tecem-se considerações acerca do papel do jornalismo impresso para constituição de uma sociedade letrada; da linguagem do jornalismo impresso brasileiro; da língua, linguagem e interface entre oralidade de escrita; dos gêneros textuais jornalísticos e da orientação bakhtiniana sobre gêneros discursivos.

No quinto capítulo, expõem-se os procedimentos metodológicos realizados para a concretização desta pesquisa. Nesse capítulo demonstram-se as etapas da pesquisa, caracteriza-se o *corpus* e define-se a variável dependente e as variáveis independentes.

No sexto capítulo, descrevem-se e analisam-se os resultados da pesquisa. Nesse capítulo apresentam-se os fatores selecionados como os mais significativos na escolha de uso entre *nós* e *a gente* e a análise quanto à atuação desses fatores sobre a regra variável.

E, por fim, no sétimo capítulo, realizam-se considerações finais em vista dos resultados encontrados a partir deste estudo. Nesse capítulo, as hipóteses que nortearam esta pesquisa são respondidas e, além disso, é feita uma análise geral da inserção de *a gente* nos discursos do jornal Zero Hora.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico que serviu de base para a realização do estudo sobre a inserção de *a gente* nos discursos de Zero Hora. Inicialmente, são feitas considerações em relação à teoria Sociolinguística e, em seguida, ao processo de mudança linguística denominado Gramaticalização.

2.1 Sociolinguística Variacionista Quantitativa

Em 1964, desponta um novo ramo da ciência linguística, denominado de Sociolinguística, consolidado a partir do aparato teórico-metodológico desenvolvido por William Labov. A Sociolinguística interessa-se pela investigação dos fenômenos de variação inerentes às línguas, considerando-os como algo sistemático, em vista dos fatores linguísticos e sociais que os motivam.

Atualmente, o fenômeno de variação linguística é reconhecido e consiste em objeto de estudos pelas pesquisas linguísticas. Entretanto, essa reflexão esteve ausente dos estudos que precederam a Sociolinguística. Entre as correntes teóricas que não tomavam o fenômeno de variação como objeto de estudo inclui-se a Linguística Histórico-Comparativa, a Linguística promovida pelos Neogramáticos, o Estruturalismo e o Gerativismo.

A linguística Histórico-Comparativa nasceu em 1786, a partir da tese do juiz inglês Willian Jones (1746-1794) sobre o provável parentesco entre o Sânscrito, o Grego e o Latim. Dando início aos estudos empíricos de língua, essa corrente teórica criou uma metodologia de estudo das línguas que se baseava no descritivismo linguístico e na comparação entre elementos semelhantes de línguas diferentes, a fim de compreender as relações de parentesco entre as línguas e, assim, chegar a uma língua mãe (proto-indo-europeu) da qual teriam derivado as línguas de que se tinha conhecimento.

A Linguística Histórico-Comparativa, interessada na descrição da evolução das línguas, realizou uma série de estudos que permitiu ver que as mudanças linguísticas eram regulares, porém essa corrente teórica não explicou os fatores que as motivavam. De acordo com Faraco (2007, p. 33), na metade do século XIX, os estudos histórico-comparativos

conheceram uma orientação fortemente naturalista, a partir do contato com o entendimento do botânico Augusto Schleicher (1821-1867) sobre a língua. Schleicher entendia a língua como uma dotação biológica com existência independente da ação pragmática de seus falantes. Logo, considerava a existência de diferentes línguas como decorrência da diversidade de cérebros e órgãos fonadores entre os falantes de diferentes “raças”. Câmara Jr., comentando o entendimento de Schleicher sobre língua, afirma:

(...) cada língua é o produto da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias. Desta maneira, foi ele levado a adiantar que a diversidade das línguas depende da diversidade dos cérebros e órgãos fonadores dos homens, de acordo com as suas raças. E associou à língua à raça de maneira indissociável. Advogou que a língua é o critério mais adequado para se proceder à classificação racial da humanidade. (CÂMARA JR., 1975, p. 51)

Indo de encontro a essa ideia de imanência de língua em relação à ação de seus falantes e procurando compreender os fatores que condicionavam as mudanças nas línguas, aspecto ignorado pela corrente teórica anterior, surgiram, em 1878, os estudos Neogramáticos, que entendiam a diversidade de línguas como resultados da ação pragmática de seus falantes e não em virtude das diferenças genéticas deles. Os neogramáticos sustentam a existência de *leis fonéticas* e *analogia* como princípios explicativos das mudanças sonoras nas línguas. De acordo com as *leis fonéticas*, uma mudança afetaria uma determinada unidade fônica em todas as suas ocorrências, em um mesmo ambiente, em todas as palavras, sem exceção (FARACO, 2007, p. 35). No entanto, essa regra nem sempre era satisfeita, sendo as exceções explicadas pela ideia de desconhecimento da estruturação regular das línguas, pelo entendimento de que a regularidade da mudança teria sido afetada pela ocorrência de empréstimos linguísticos ou pela analogia do emprego de regularidades do plano gramatical no plano fonético.

Observa-se que embora os neogramáticos tenham se empenhado para a compreensão dos fatores que propiciavam a mudança linguística, as suas formulações teóricas foram falhas, no sentido de que contemplavam apenas fatores de ordem linguística, associados a processos mecânicos (*leis fonéticas*) e à psique dos falantes (*analogia*), e não conseguiam explicar com precisão a causa da ocorrência formas linguísticas divergentes do que era esperado. As falhas quanto à explicação dos motivos das mudanças linguísticas por parte dos neogramáticos desencadeou reações contrárias aos seus postulados. Entre essas reações destaca-se a do austríaco H.Schuchardt (1842-1927) que chamou a atenção para a existência de

condicionantes de natureza social como *gênero, idade e nível de escolaridade dos falantes*, antecipando postulados teóricos da Sociolinguística.

No século XX, a linguística estruturalista saussuriana, a partir de uma configuração diferente do entendimento de língua postulado por Augusto Schleicher (1821-1867), traz de volta o caráter imanente à língua, pois enquanto Schleicher considerava a língua como uma dotação genética regida pelas leis da natureza, e não pelos usos linguísticos de seus falantes, Ferdinand de Saussure tratou a língua como um sistema invariante de signos, mas convencionalizado socialmente pelos falantes, frente à realidade da diversidade linguística evidente na fala dos sujeitos sociais.

A partir da publicação do livro *Cours de linguistique générale* (1916), foram inaugurados os estudos sincrônicos das línguas e delimitadas duas instâncias linguísticas, uma social e outra individual, respectivamente, língua/*langue* x fala/*parole*. Por esse viés, tomou a instância social como objeto de estudo em detrimento da instância individual, que, segundo o teórico, representaria apenas o lugar das múltiplas manifestações da língua, delegando o estudo da fala, à Estilística/ Linguística Externa.

Saussure excluiu de sua análise tudo o que havia de irregular nas línguas, dando atenção à investigação da estrutura homogênea, a língua/*langue*, que serviria de base para as diferentes realizações linguísticas que ocorrem através da fala. Logo, variação e mudança linguística não eram contempladas pela linguística estruturalista saussuriana. Assim como variação e mudança linguística não foram consideradas como objeto de estudo pelos gerativistas, que se interessaram pelo estudo da capacidade inata dos falantes para a aquisição da língua.

O Gerativismo nasceu na década de 1950 e teve como principal representante o linguista Noam Chomsky que, a exemplo da dicotomia *língua x fala* saussuriana, propôs a dicotomia *competência x desempenho*. A competência corresponde à capacidade linguística inata compartilhada entre os falantes e o desempenho diz respeito à exteriorização do conhecimento linguístico a partir dos diferentes usos da estrutura linguística pelos falantes. Essa corrente teórica se interessava pelo estudo da competência e, conseqüentemente, pelo estudo de uma estrutura linguística homogênea e de um falante-ouvinte ideal.

Rejeitando o modelo teórico gerativo, surge a Sociolinguística que postula a existência de um falante-ouvinte real e de um sistema linguístico heterogêneo construído em vista da influência de fatores de ordem linguística e social. Labov afirma que o estudo da língua na vida diária constituía-se em uma perspectiva remota na década de 1960, pois “a maioria dos

linguistas estavam voltados resolutamente para contemplação de seus próprios idioletos” (LABOV, 2008 [1972] p. 13-14), considerando a existência de três barreiras ideológicas que restringiriam um estudo linguístico com base em uma realidade social. A primeira barreira consistia no entendimento de impossibilidade de realização de um estudo de língua em que fossem contemplados, ao mesmo tempo, aspectos sincrônicos e diacrônicos dessa língua, em vista da proposta de Saussure sobre a separação entre dois tipos de estudo – Diacronia x Sincronia; a segunda barreira estava relacionada às explicações para a mudança linguística realizada pelos Neogramáticos; e, por fim, a terceira barreira constituía-se no entendimento da variação como um aspecto caótico da língua, uma vez que a variação era considerada assistemática, devendo ser ignorada dos estudos linguísticos. Tal concepção acarretava um vácuo nos estudos sobre mudança linguística, já que o fator que precede uma mudança consiste na variação.

Intrigado com a desconsideração da variação pelos estudos linguísticos, frente a uma realidade em que esse fenômeno se fazia presente, Labov (2008 [1972]) elabora estudos sobre os aspectos instáveis das línguas procurando apreender a sistematicidade dos processos de variação linguística a partir da consideração de fatores sociais e linguísticos, como condicionantes da variação linguística. Dois trabalhos iniciais de Labov são sempre lembrados: a sua dissertação de mestrado, intitulada “A motivação social de uma mudança sonora” (1963) e a sua tese de doutorado, intitulada “A estratificação social do [r] nas lojas de departamento na cidade de Nova York” (1966).

Em “A motivação social de uma mudança sonora”, Labov discute a variação observada na fala de indivíduos da ilha de Martha’s Vineyard, estado de Massachusetts, envolvendo os ditongos /ay/ e /aw/. Buscando entender a variação fônica dos ditongos, Labov leva em consideração informações sociais, como a ocupação dos falantes, a etnia e a idade dos informantes e, ainda, considera fatores linguísticos como o contexto linguístico em que ocorrem os ditongos e o fator estilístico. A pesquisa aponta que o processo de variação estava atrelado à integração ou não dos moradores à cultura da ilha. Os moradores jovens de etnia portuguesa, que tinham a intenção de integrar-se à cultura da ilha, faziam o uso arcaico dos ditongos, uso evidente apenas na ilha. Por outro lado, os moradores jovens de etnia inglesa, que tinham a intenção de viver fora da ilha, realizavam o uso inovador dos ditongos, condizente com uso fora da ilha.

Em “A estratificação social do [r] nas lojas de departamentos na cidade de Nova York”, Labov apresenta um estudo envolvendo a forma de realização de [r], principalmente,

em posição pós-vocálica, na fala de vendedores de grandes lojas de departamentos de Manhattan. Para essa pesquisa, Labov considera os condicionantes da variação o sexo, a idade e o cargo profissional dos funcionários das lojas, além do status da loja. O estudo apontou, entre outras coisas, que o [r] era percebido na fala dos funcionários das lojas com maior prestígio social e na fala dos funcionários investidos em cargos de status elevado.

A partir desses e de outros trabalhos, Labov (2008 [1972]) formulou métodos de coleta, redução, apresentação, interpretação e explicação de dados que servem de base para os estudos de variação que se pratica atualmente. Entre os conceitos formulados por esse teórico tem-se o de regra variável que diz respeito à não-aleatoriedade das escolhas linguísticas feitas pelos falantes. Nesse sentido, entende-se que a variação de uso entre uma e outra forma linguística é motivada por regras de ordem linguística e de ordem social. A partir do trabalho de Labov, foram definidos dois tipos de estudo variacionista: *estudo em tempo aparente* e *estudo em tempo real*. A pesquisa em *tempo aparente* corresponde à investigação de um processo de variação linguística em um período de tempo; a pesquisa em *tempo real* consiste na investigação comparativa de um processo de variação em mais de um período temporal. A pesquisa em tempo real pode se realizar como *estudo de painel* – que exige o recontato com os mesmos informantes – ou como *estudo de tendência* – que não exige o recontato com os mesmos informantes, apenas com indivíduos da mesma comunidade de fala (DUARTE e PAIVA, 2003, p. 17).

2.2 Gramaticalização

A variação linguística configura-se em um indício de que está se iniciando uma mudança na língua, que pode ou não se concretizar. Um dos fenômenos de mudança linguística, intensamente estudado a partir da década de 1990, é a Gramaticalização processo de caráter unidirecional, que compreende a passagem de item lexical a gramatical e de um item gramatical a mais gramatical a partir de uma série de outras mudanças nos subsistemas da língua (CAZARIO, MARTELOTTA e VOTRE, 1996, p. 48).

Embora esse fenômeno de mudança linguística tenha sido estudado deste o século X, na China, considera-se que recebeu a alcunha de *gramaticalização* apenas no século XX, a partir da iniciativa de Meillet (1965 [1912]). Esse teórico definiu a gramaticalização como um

processo de mudança em que um elemento lexical torna-se gramatical (*lexical > gramatical*). Kurilowicz (1966, p. 68) agregou à noção de gramaticalização anterior a ideia de que o processo contemplava, também, um fenômeno de morfologização que acarretaria a passagem de um item gramatical a outro mais gramatical (*- gramatical > + gramatical*).

Zilles (2005) e Freitag (2010) discorrem sobre o que caracteriza e, conseqüentemente, diferencia a Gramaticalização dos outros processos de mudança linguística. Zilles (2005) considera, por exemplo, o fato de a Gramaticalização envolver um conjunto de mudanças inter-relacionadas; já Freitag (2010) chama a atenção para os princípios desse fenômeno de mudança linguística definidos por Hopper (1991).

Tendo em vista que a Gramaticalização contempla mudanças em diferentes subsistemas da língua (morfológico, semântico, sintático, fonológico), Zilles (2005) salienta que uma mudança em um subsistema propicia a mudança em outro subsistema. A linguista justifica essa conclusão a partir da exemplificação de uma mudança no subsistema sintático da língua, referente aos modos de concordância sujeito-verbo, provocada pelo uso da forma pronominal de primeira pessoa do plural *a gente*.

Enquanto o quadro tradicional de pronomes pessoais do português brasileiro especifica seis tipos de concordâncias verbais possíveis, o novo quadro que está se consolidando a partir do uso de *a gente* sugere apenas três formas de concordâncias verbais, conforme se pode ver no quadro abaixo, proposto por Zilles (2005, p. 27).

Quadro 2 - Nova configuração dos pronomes pessoais e a simplificação de modos de concordância verbal do português brasileiro.

Pessoas	Pronomes Tradicionais	Concordância Verbal Tradicional	Nova Configuração de Pronomes	Nova Configuração de Concordância
Singular			Singular	
1° Pessoa	Eu	Cant O	Eu	Cant O
2° Pessoa	Tu	Canta S	Tu/Você	Canta Ø
3° Pessoa	Ele/Ela	Cant Ø	Ele/ela	Cant Ø
Plural			Plural	
1° Pessoa	Nós	Canta MOS	Nós/ A Gente	Cant Ø
2° Pessoa	Vós	Canta IS	Vocês	Canta M
3° Pessoa	Eles/Elas	Canta M	Eles/ Elas	Canta M

De acordo com Hopper (1991, p. 22-23), a gramaticalização é regida por cinco princípios: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização.

De acordo com o princípio da estratificação, novas formas linguísticas (*camadas*) surgiriam e coexistiriam com as antigas, mais gramaticalizadas, podendo as mais novas substituírem ou não as mais antigas. Dessa forma, em se tratando da gramaticalização de *a gente*, a estratificação diz respeito à coexistência da forma pronominal *a gente* com os iniciais usos reduzidos da forma pronominal (ex. *a'ente*), evidenciados por Zilles (2002) e Borges (2004).

A divergência refere-se à coexistência de uma forma gramaticalizada com sua forma lexical original, podendo esta sofrer novas mudanças linguísticas. Observa-se, atualmente, no sistema linguístico do português brasileiro a coexistência da forma pronominal *a gente* com a sua forma lexical originária *gente*.

A especialização diz respeito à concorrência de uso entre um elemento linguístico canônico e um elemento gramaticalizado no desempenho de uma mesma função. Em se tratando do processo de gramaticalização de *a gente*, esse princípio pode ser exemplificado a partir do uso de *a gente* em concorrência com *nós*.

A persistência está relacionada à conservação de traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada, o que pode ocasionar restrições sintáticas para seu uso. Em relação à gramaticalização de *a gente*, a persistência consiste no fato de *a gente* manter o caráter semântico de indeterminação do nome latino *géns/géntis*, que designava um grupamento de seres humanos, como, por exemplo, o povo de um país (Omena, 1996[1978], p.188).

A descategorização consiste na perda ou neutralização de marcas morfológicas e sintáticas que caracterizam as formas plenas, como nomes e verbos, vindo essas categorias a assumir atributos de categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como advérbios, pronomes, preposições, clíticos e afixos, podendo, em alguns casos, chegar a desaparecer. Hopper & Traugott (1993, p. 7), esquematizaram o processo da seguinte forma:

[item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]

(HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 103)

A redução das propriedades morfossintáticas da forma linguística original durante o processo de gramaticalização pode ser exemplificado pelos dados encontrados por Lopes (2002), que investigou o processo de gramaticalização de *a gente*. Lopes (2002, p. 3) sustenta

que o processo de gramaticalização de *gente* desenvolveu-se a partir de três tipos de mudanças: *ganho de traço de gênero não formal pelo substantivo gente, alteração do traço de pessoa referente às formas de concordância verbal realizadas com o substantivo gente e perda de traço de número do substantivo gente*. O substantivo *gente* ganha marca de gênero, embora essa marca não tenha implicado a indicação de sexo, em um espaço temporal compreendido entre os séculos XIII ao XV, tendo sido observadas frequências de 73% chegando a 100% para esse acontecimento entre os séculos XIX e XX; a partir do século XIX o substantivo *gente* passa a concordar, mais frequentemente, com verbos na terceira pessoa do singular, chegando a 100% no século XX; e o traço de número, um dos componentes caracterizadores de *gente* como substantivo, desaparece no século XX.

Considerando, também, que o processo de gramaticalização implicaria esvaziamento de conteúdo por parte do elemento gramaticalizado, podendo chegar ao ponto do seu desaparecimento, Givón (1979) chama a atenção para o papel do discurso como aquele que provoca o processo de mudança linguística. O autor salientou que “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (GIVÓN 1979, p. 208-209). Logo, toda mudança linguística seria provocada por necessidades discursivas dos sujeitos sociais. Givón (1979) esquematiza a gramaticalização da seguinte forma:

[discurso] > [sintaxe] > [morfologia] > [morfofonêmica] > [zero]

Heine *et al.* (1991) dão atenção à atuação de aspectos cognitivos implicados no processo de gramaticalização considerando que grande parte das mudanças semânticas (subprocessos de lexicalização – *lexical* > *lexical*), ocorridas nos processos de gramaticalização, são decorrentes de processos metafóricos. Realizam uma esquematização da unidirecionalidade do processo metafórico, que é apresentado abaixo:

pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade

Como exemplo desse processo, toma-se a abstração semântica da palavra *costas*. A palavra *costas*, designadora de uma parte do corpo humano, passa a ser associada à parte posterior de um sofá, por exemplo, por uma associação de ordem cognitiva em vista da semelhança funcional (função de sustentação) entre a parte posterior do móvel e a parte do corpo humano.

Muitas investigações têm sido feitas sobre a Gramaticalização e, a cada novo estudo realizado sobre esse fenômeno de mudança linguística, novos conhecimentos sobre ele são adquiridos, conhecimentos que complementam ou refutam os antigos. Inicialmente a Gramaticalização era entendida como um processo que compreendia a passagem de um item lexical a gramatical Meillet (1965 [1912]). Atualmente, a Gramaticalização é entendida por alguns estudiosos como um processo de passagem gradual de um item lexical a gramatical e de passagem de um item gramatical a mais gramatical (ex. KURILOWICZ, 1966; HOPPER, 1991; HOPPER & TRAUGOTT, 1993; e CAZARIO, MARTELOTTA e VOTRE, 1996). Embora, para outros estudiosos (ex. Newmayer, 2001 e Campbell, 2001), a gramaticalização seja apenas um epifenômeno, isto é, o resultado de uma série de mudanças em diferentes subsistemas da língua que não ocorrem com o intuito de gramaticalização.

Em meio a tantas incertezas quanto à Gramaticalização, tem-se como concreto o entendimento de que esse fenômeno de mudança linguística permite compreender a gramática de uma língua como uma estrutura renovável, em vista das necessidades comunicativas dos falantes. Hopper referiu-se à gramática como “um sistema emergente, porque sujeita a pressões de uso” (HOPPER, 1987, p. 145) e Votre (1996, p. 36) salientou que o emergentismo da gramática se deve à atuação dos sujeitos sociais, concebidos como “criadores, continuadores, atores, transformadores das estruturas, dos itens e de processos que se verificam nas línguas”, que agiriam intencionalmente por razões de economia e eficiência linguística. Além disso, outra compreensão concreta que se tem quando se fala em gramaticalização é que os procedimentos de pesquisa da sociolinguística quantitativa podem ser um mecanismo muito eficiente para compreensão dos motivos e para dimensionar as etapas desse fenômeno de mudança linguística (VITRAL e RAMOS, 2006, p. 25-26).

3 ESTUDOS SOBRE A VARIAÇÃO NÓS/A GENTE

Neste capítulo apresentam-se os resultados de pesquisas que investigaram o processo de variação entre as formas pronominais *nós* x *a gente*. Inicialmente são descritos os estudos sobre fenômeno em tempo aparente (em linguagem popular e em linguagem culta) e, a seguir, os trabalhos em tempo real (em linguagem popular e em linguagem popular/culta).

3.1 Estudos Em Tempo Aparente

3.1.1 Uso de *a gente* em linguagem popular

O primeiro trabalho sobre a variação entre *nós* e *a gente* foi realizado por Nelise Pires de Omena (1996 [1978]) que construiu uma amostra de 3.299 dados de fala de informantes da cidade do Rio de Janeiro, a partir da análise de 48 entrevistas do Projeto Censo Linguístico e 16 do Projeto Estruturas. Para essa análise, considerou as variáveis linguísticas Tempo Verbal, Determinação do Referente, Paralelismo Formal e Saliência Fônica; e as variáveis extralinguísticas Faixa Etária, Sexo, Escolaridade, Renda, Mídia, Mercado Ocupacional e Sensibilidade Linguística. Foram selecionados os fatores Paralelismo Formal, Saliência Fônica, Determinação do Referente, Faixa Etária, Escolaridade, Renda e Mídia.

A análise das Funções Sintáticas desempenhadas por *a gente* revelou que a função de adjunto adverbial era mais favorável à ocorrência dessa forma pronominal (84%), embora esse uso também fosse favorecido pela função de sujeito (73%) e pela função de complemento (72%). Considerando todas as funções sintáticas, Omena observou que o uso da forma pronominal inovadora *a gente* era mais expressivo do que o uso do pronome *nós*, já que do *corpus* constituído, 2.270 (69% da amostra) correspondiam a ocorrências de *a gente*.

A pesquisadora analisou dados de fala de crianças (774 dados) e dados de adultos (2.525 dados) e percebeu que as crianças faziam mais uso de *a gente* do que os adultos, enquanto a frequência de uso dessa forma pronominal era de 65% entre os adultos, entre as crianças a frequência atingia 80%. Para Omena, o uso mais relevante de *a gente* entre os informantes mais jovens sugeria um fenômeno de mudança linguística.

Para a análise da influência da variável Paralelismo Formal, na realização de *nós* e de *a gente*, Omena considerou o papel da manutenção ou não da referência pela forma pronominal. A autora verificou que a probabilidade de se usar *a gente* era maior quando o antecedente formal era a mesma forma pronominal e quando era mantida a mesma referência (Adultos: 0.81 e Crianças: 0.78), porém o peso relativo de uso de *a gente* diminuía para 0.65, para adultos e crianças, quando havia mudança de referente.

Além desses resultados, quanto à variável Paralelismo Formal, Omena percebeu que o uso de *a gente*, tanto entre adultos quanto entre crianças, era favorecido por sujeito implícito acompanhado por verbo em terceira pessoa do singular na oração anterior com a manutenção do referente (0.61). A falta de manutenção do referente, nesse caso, acarretava restrição de uso de *a gente* (0.41) em favor do uso de *nós*. Omena constatou, também, que não havia influência do subfator primeira referência para o uso de *a gente*.

Considerando o papel da Saliência Fônica, Omena verificou que o uso de *a gente* se dava, principalmente, com formas verbais com mais baixo nível de saliência fônica: falava/falávamos (Adultos 0.68 e Crianças 0.87). O uso de *a gente* foi considerado categórico em formas verbais no gerúndio, sendo que formas de terceira pessoa do singular e primeira pessoa do plural, que pouco se diferenciam em termos de saliência fônica, favoreceriam a substituição de *nós* por *a gente*.

A fim da análise da influência do fator Número/Tamanho do Grupo na escolha de uso de *nós* e *a gente*, Omena considerou quatro subfatores: Grupo Grande e Indeterminado, Grupo Pequeno ou Intermediário e Indeterminado, Grupo Grande e Determinado e Grupo Pequeno ou Intermediário e Determinado. A pesquisadora verificou que *a gente* comportava-se, principalmente, como forma de referência mais indeterminada, já que a forma pronominal serviu, principalmente, como modo de referência de Grupo Grande e Indeterminado (0.72), em vista dos pesos relativos de 0.55, 0.50 e 0.28 de uso dessa forma pronominal, respectivamente, como forma de referência de Grupo Pequeno ou Intermediário e Indeterminado, Grupo Pequeno ou Intermediário e Determinado, e Grupo Grande e Determinado. Considerando a origem semântica indeterminada da forma pronominal *a gente*, a autora salientou que o uso dessa forma pronominal como forma de referência genérica se faz presente de maneira relevante em discursos habituais (descrição de acontecimentos, descrição de si e dos outros), já que favorecem atitudes generalizadoras por parte dos locutores.

Considerando a atuação da variável Faixa Etária, Omena observou que os informantes mais velhos (26-49 anos e 50-71 anos) preferiam o uso de *nós* ao uso de *a gente*, tendo em vista que o peso relativo de uso do pronome *nós* entre os falantes da faixa etária 50-71 anos foi de 0.78, enquanto que entre os informantes da faixa etária 26-49 foi de 0.64. Além disso, a pesquisadora verificou que uso de *nós* era restringido pelos informantes mais jovens (7-14 anos e 15-25 anos), pois foi constatado que entre os falantes de 15-25 anos esse uso era de apenas 0.33 e que essa realização era, ainda, mais limitada entre os falantes ainda mais jovens (7-14anos), entre os quais o peso relativo de uso de *nós* era de 0.26.

A mesma tendência de uso foi verificada a partir do cruzamento entre as variáveis Idade e Sexo. Omena observou que informantes mais velhos, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, lideravam o uso de *nós* e, além disso, percebeu que entre os falantes mais jovens de ambos os sexos, o uso de *nós* era restringido em favor do uso da forma pronominal *a gente*.

Entre os falantes do sexo masculino, de 26-49 anos e 50-71 anos, o peso relativo de uso do pronome *nós* era de, respectivamente, 0.53 e de 0.81; entre os falantes do sexo feminino, de 26-49 anos e 50-71 anos, foi registrado o peso relativo de 0.74 para as duas faixas etárias. Já o peso relativo de uso de *nós* entre os falantes do sexo masculino de 7-14 anos e de 15-25 anos era, respectivamente, de 0.23 e de 0.24; o peso relativo de uso de *nós* entre os falantes do sexo feminino de 7-14 anos e de 15-25 anos foi de, respectivamente, de 0.30 e 0.40. A diminuição de uso de *nós* em favor do uso de *a gente* pelos falantes das faixas etárias mais jovens de ambos os sexos e a significativa diferença de uso de *nós* entre os falantes do sexo masculino com idades entre 26-49 e 50-71 anos, consistem em fatores que levaram Omena a considerar a possibilidade da substituição de *nós* por *a gente* ter se intensificado na década de 1960.

Para verificar a influência da variável Escolaridade na escolha de uso de *nós* e de *a gente*, Omena considerou três fases escolares (primário, ginásio e segundo grau) e duas gerações de falantes (crianças e adultos). A pesquisadora percebeu que as crianças com nível de escolaridade ginásial faziam mais uso de *nós* do que as crianças com nível primário de escolaridade, para esses usos foram registrados, respectivamente, os pesos relativos de 0.52 e 0.09. Entre os falantes adultos, o uso do pronome *nós* foi atípico, pois os falantes adultos com nível de escolarização primária usavam mais o pronome *nós* (0,66) do que os falantes com nível secundário de escolaridade (0,61). Essa tendência de uso levou Omena a crer que o aumento do grau de escolaridade não levava ao aumento do uso de *nós*, nesse sentido a

pesquisadora explicou que o favorecimento do uso de *nós* entre as crianças e adultos com nível ginásial devia-se à intensificação do ensino da conjugação verbal no ginásio.

Levando em consideração o peso relativo de uso de *nós* entre os Falantes Com ou Sem Contato com o Ensino Escolar, Omena observou que entre os falantes, crianças e adultos, sem contato escolar o uso de *nós* era previsível, já entre aqueles com grau de escolarização primária, o uso do pronome era menor em relação aos falantes com nível de escolaridade mais avançado. Foram registrados os pesos relativos quanto ao uso de *nós* de 0.38 entre os falantes com nível primário de escolaridade e de, respectivamente, de 0.58 e 0.54 entre os falantes com nível de escolaridade ginásial e secundário (segundo grau). Já a análise que compreendeu o comportamento linguístico dos falantes, crianças e adultos, com contato escolar revelou que o uso de *nós* era maior entre os estudantes do primário (0.81) e do ginásio (0.73) do que entre os estudantes dos segundo grau (0.08). Omena atribui o uso majoritário de *nós* entre os estudantes do primário e do ginásio à ênfase do ensino da conjugação verbal que se iniciava no primário e intensificava-se no ginásio. Omena justificou, ainda, a maior incidência de uso de *a gente* entre os falantes do segundo grau a partir da consideração de que essa forma pronominal seria sentida pelos estudantes dessa série escolar como um gíria, fato comum entre estudantes adolescentes e até entre estudantes mais velhos do ensino superior.

Tendo em vista a variável Renda, terceira variável selecionada, Omena percebeu que os falantes financeiramente mais favorecidos tendiam a utilizar o pronome *nós*. Em relação a esse uso, foi registrado o peso relativo de 0.54 entre os informantes da classe alta e média e o peso relativo de 0.44 entre os informantes da classe baixa.

A análise da influência da variável Mídia na escolha de uso de *nós* e de *a gente* possibilitou a Omena perceber que os falantes mais expostos à mídia, na década de 1980, faziam mais uso de *nós* do que de *a gente*. Foram registrados os pesos relativos de 0.57 e 0.51 de uso de *nós*, respectivamente, entre os falantes com alta e média exposição à mídia; o peso relativo de uso de *nós* entre os falantes com baixa exposição à mídia era de 0.44. A pesquisadora não explica os motivos desses pesos relativos de uso, mas acredita-se que *nós* era a forma pronominal preferida pela mídia, já que o uso de *nós* era maior entre os falantes mais expostos a ela.

A partir da análise de 2.972 amostras de falas de 72 pescadores das comunidades pesqueiras do Norte-Fluminense, provenientes do Banco de Dados do Projeto APERJ, Machado (1995) investigou a alternância entre *nós* x *a gente*, em função sujeito. Foram considerados, entre outros fatores linguísticos, o Grau de Determinação do Referente,

Paralelismo Formal no Nível Discursivo, Grau de Conexão Discursiva, Mudança/Manutenção de Referência, Tempo Verbal, Saliência Fônica, Tipo Semântico-Funcional do Verbo e Influência do Discurso do Documentador. Além dos fatores extralinguísticos Gênero Discursivo, Localidade, Faixa Etária e Escolaridade. De acordo com a ordem de seleção dos fatores, se mostraram importantes para o uso de *a gente* o Paralelismo Formal, o Grau de Determinação do referente, o Tipo Semântico-Funcional do Verbo, a Faixa Etária, a Localidade, a Saliência Fônica e o Tempo Verbal. Os resultados da pesquisa apontaram para a frequência de 72% para a aplicação de *a gente*.

Em relação à variável Paralelismo Formal, a pesquisadora verificou que o uso de *a gente* era favorecido quando precedido da mesma forma pronominal + verbo com desinência zero (0.83). Além disso, percebeu que a probabilidade de uso de *a gente* era maior em contextos em que era possível a identificação do referente (0.57), assim como Omena (1996 [1978]) já havia percebido.

Procurando colocar em teste a sua hipótese de que *a gente* apresentava uma característica semântica diferenciada de *nós*, embora se comportasse como pronome de primeira pessoa do plural, Machado considerou em sua análise a variável Determinação do Referente e essa variável se mostrou como uma influência importante na escolha de uso entre *nós* e *a gente*. A hipótese da pesquisadora se confirmou, pois foi verificado por ela que enquanto *nós* tendia a servir como forma de referência mais determinada, o uso de *a gente* era favorecido por referências mais indeterminadas (0.56 - 80%), sendo registrado o peso relativo de apenas 0.21 de uso de *a gente* para referências mais determinadas.

A análise do Tipo Semântico-Funcional do Verbo revelou que o uso de *a gente* era favorecido por verbos de opinião (0.94), de atividade mental (0.61), de ação/movimento (0.54), causativos de mudança, de estado/lugar (0.59), causativos transferenciais (0.64) e experimentais (0.65). No entanto, mostrou que esse uso era restringido por verbos de sentido identificacional (0.31), de posse (0.14), de comunicação linguística-discendi (0.37) e de localização (0.28).

A análise da influência da Faixa Etária mostrou que *a gente* era a forma de realização da primeira pessoa do plural preferida entre os informantes mais jovens. O peso relativo de uso registrado foi de 0.68 entre os falantes de 19 a 35 anos e de 0.54 entre os falantes de 36 a 55 anos, ao passo que o peso relativo de uso entre os falantes de 56 a 70 anos foi de apenas 0.28. A tendência maior de uso de *a gente* entre os mais jovens revelou que poderia estar ocorrendo substituição de uso de *a gente* por *nós* na comunidade norte fluminense.

Para melhor compreender a influência do fator Localidade, Machado classificou as doze regiões do norte fluminense a partir de duas categorias: Zona de Pesca (subdividida em marítima, lacustre e fluvial) e Zona Próxima ao Litoral (subdividida em litorânea e interiorana). A pesquisadora percebeu que o uso de *a gente* era expressivo na zona lacustre e marítima, favorecimento, respectivamente, representado pelos pesos relativos 0.56 e 0.53. Entretanto, na zona fluvial o uso de *a gente* sofria restrição (0.45). Além disso, Machado verificou que nas localidades mais próximas do litoral o uso de *a gente* era maior (0.56) do que nas regiões mais interioranas (0.44). Esses resultados mostraram que as regiões mais próximas do litoral, área de intercâmbio de diversas naturezas, configurar-se-iam como regiões mais propensas ao uso de *a gente*. Já nas localidades mais interioranas, menos sujeitas a pressões de usos linguísticos vindos de fora, haveria uma preferência maior pelo uso do pronome canônico *nós*.

Quanto à influência do Tempo Verbal, a pesquisadora observou que verbos no infinitivo favoreciam o uso de *a gente* (0.75) enquanto as formas mais marcadas – pretéritos e futuros – desfavoreciam tal uso. A partir da análise da variável Saliência Fônica, última variável selecionada, Machado percebeu que o uso de *a gente* era mais recorrente quando acompanhada de formas verbais com baixo nível de saliência fônica.

A variação entre *nós* e *a gente*, em função sujeito, foi estudada por Seara (2000) a partir de dados de fala de informantes de Florianópolis/SC, retirados de 12 entrevistas do Banco de Dados VARSUL. A pesquisadora considerou as variáveis linguísticas Tempo Verbal, Graus de Conexão do Discurso, Fluxo discursivo, Marca de Primeira Pessoa do Plural na Forma Verbal, Traço Semântico do Sujeito, Paralelismo Formal e Status Sintático da Oração; e as variáveis extralinguísticas Sexo, Faixa Etária e Escolaridade. Foram selecionadas as variáveis Tempo Verbal Sexo, Traço Semântico do Sujeito, Faixa Etária, Graus de Conexão do Discurso e Escolaridade. A pesquisa verificou que o uso da forma linguística *a gente* era maior (72%) que o uso de *nós*.

Entre os fatores selecionados, o Tempo Verbal se destacou como o mais relevante na escolha de uso de *nós* e de *a gente*. Levando em consideração os tempos presente, pretérito perfeito e imperfeito do modo indicativo, a autora observou que o uso de *a gente* ocorria, preferencialmente, quando acompanhado de verbo no pretérito imperfeito do indicativo (0.68), já os menores usos de *a gente* se deram com verbos no presente do indicativo (0,33) e no pretérito perfeito do indicativo (0.23).

Os resultados relacionados à variável Sexo indicaram que a forma *a gente* era mais utilizada pelas mulheres (0.66) do que pelos homens (0.30). Segundo a pesquisadora, o uso de *a gente* principalmente por mulheres se devia ao fato destas não sofrerem, com a mesma intensidade do que os homens, as pressões do mercado de trabalho. Os homens, por estarem mais sujeitos a tais pressões, tenderiam a restringir o uso de uma forma *a gente*, tida como mais informal.

Em relação à variável Traço Semântico do Sujeito, a autora percebeu, assim como Omena (1996[1978]) e Machado (1995), que o uso de *a gente* servia, principalmente, como forma de referência indeterminada (0.68). No entanto, ao analisar os resultados referentes à referência específica, verificou que as diferenças entre o uso de *a gente* e de *nós* eram mais estreitas. Como elemento de referência específica, *nós* apresentou peso relativo 0.56 e *a gente*, 0.44. Tais resultados levaram Seara a considerar que o traço mais específico passava a ser associado à forma pronominal *a gente*, embora conservasse o traço mais genérico da construção nominal da qual deriva.

Os resultados referentes à variável Faixa Etária permitiram a Seara observar que os falantes mais jovens (15-24 anos) faziam mais uso de *a gente* (0.69) do que os falantes com mais de 50 anos (0.40). A pesquisadora entendeu que o menor uso da forma pronominal *a gente* entre os informantes mais velhos devia-se à influência do mercado de trabalho. Sujeitos há mais tempo às pressões do mercado, os falantes mais velhos teriam se habituado a utilizar as formas linguísticas mais formais, enquanto os falantes mais jovens, menos sujeitos a essas pressões, sentir-se-iam mais livres para o uso da forma pronominal inovadora *a gente*.

A influência de fator discursivo para a realização de *a gente* mostrou que há maior tendência ao uso de *a gente* quando entre duas formas pronominais iguais (*nós* ou *a gente*) há a inserção de um sujeito diferente (0.69). Em função desses resultados, a pesquisadora cruzou a variável Paralelismo Formal com o Grau de Conexão Discursivo, sendo possível constatar que o uso de *a gente* continuava a ser favorecido (83%), mesmo tendo como elemento precedente o pronome *nós*. Logo, para a pesquisadora, o princípio de que marcas levam a marcas e de que zeros levam a zeros (POPLACK, 1980 e SCHERRE, 1988) passou a ser visto como um fator menos importante do que o grau de conexão do discurso para o uso de *a gente*.

Em relação à variável Escolaridade, Seara verificou que o uso de *a gente* era maior entre os estudantes do colegial (0.56) do que entre os estudantes do ensino primário (0.46). A pesquisadora justificou o favorecimento de uso de *a gente* a partir da explicação de que os sujeitos mais escolarizados tomavam a forma pronominal como uma gíria, uso linguístico

comum entre os adolescentes. Além disso, a autora considerou que a restrição de uso entre os estudantes do ensino primário devia-se à intensificação do estudo da conjugação verbal nesse período escolar, as mesmas justificativas haviam sido dadas por Omena (1996 [1978]).

Aires, Souza e Zilles (2002) analisaram o uso de *nós* e *a gente*, na posição de sujeito, em quatro regiões sul-rio-grandenses – Flores da Cunha, Panambi, Porto Alegre e São Borja. Para isso, foram coletados 4.982 dados, provenientes do Banco de Dados VARSUL, dos quais 2.989 correspondem aos dados de *a gente*. Foram analisadas as variáveis linguísticas Tipo de Referência, Concordância Verbal, Posição em Relação ao Verbo, Paralelismo Formal, Continuidade da Referência ao Sujeito e as variáveis extralinguísticas Localidade, Idade, Gênero e Escolaridade. Mostraram-se relevantes as variáveis Paralelismo Formal, Referência, Tipo de Discurso e Posição em Relação ao Verbo, Gênero, Idade e Localidade.

Entre as variáveis selecionadas, o Paralelismo Formal se mostrou como o fator mais relevante para o uso da forma pronominal *a gente*, da mesma forma como em Machado (1995). As autoras verificaram que o uso de *a gente* era favorecido pela presença anterior da mesma forma pronominal (0.74), ao passo que a precedência de *nós* consistia em um elemento que restringia o uso de *a gente* (0.21), fato que, também, foi observado por Omena (1996 [1978]) e Machado (1995).

Levando-se em consideração a variável Tipo de Referência, as pesquisadoras perceberam um pequeno favorecimento de uso de *a gente* como modo de referência indeterminada (0.56), comportamento semântico que as levou a considerar que o processo de gramaticalização de *a gente* ainda estava em curso. Além disso, as pesquisadoras observaram um uso mais expressivo de *a gente* como forma de referência ao próprio falante (0.94).

As autoras analisaram a influência do Tipo de Discurso e da Posição do Sujeito Em Relação ao Verbo para a ocorrência de *a gente*, o que as levou a perceber que uso de *a gente* era fortemente restringido pelos discursos reportados (0.18) e favorecido em sequências discursivas nas quais havia de uma a três sílabas entre sujeito e verbo (0.59).

Quanto às Variáveis Sociais, os resultados encontrados confirmaram tendências já constatadas em outros trabalhos: a forma *a gente* era mais utilizada por mulheres (0,60) do que por homens (0.35) e mais expressivo entre informantes mais jovens, com menos de cinquenta anos de idade, para os quais foi registrado o peso relativo de 0.57. Em relação aos informantes com mais de cinquenta anos, foi registrado o peso relativo de 0.44, resultado este afim aos encontrados, por exemplo, por Seara (2000). O resultado quanto à faixa etária dos informantes sugeriu que poderia estar ocorrendo processo de mudança.

Já os resultados relacionados à variável localidade revelaram que o uso de *a gente* era mais expressivo em Porto Alegre/RS (0.59) e em São Borja/RS (0.53) e menos expressivo em Panambi/RS (0.48) e Flores da Cunha/RS (0.42). Tais resultados indicam que o uso da forma pronominal *a gente* poderia estar se estendendo dos grandes centros urbanos (Porto Alegre/RS e São Borja/RS) para os menores centros (Panambi/RS e Flores da Cunha/RS).

Borges (2004) realizou estudo sobre a alternância entre *nós* e *a gente* tanto na escrita quanto na fala. Para a investigação da variação entre as formas pronominais em linguagem escrita, foram analisadas onze peças de teatro de autores gaúchos, produzidas dentro de um período de cem anos (1896 até 1995). Foram consideradas as peças teatrais que refletiam o cotidiano das pessoas, tendo sido atenção especial ao gênero comédia. A variável linguística Referência Semântica do Sujeito e as variáveis extralinguísticas Gênero, Faixa Etária e Classe Social mostraram-se como importantes influências para o uso de *a gente*.

A partir da análise das peças teatrais, Borges constituiu um corpus de 712 dados, correspondentes a ocorrências explícitas e implícitas das formas pronominais *nós* e *a gente*, em diferentes funções sintáticas (sujeito, objeto preposicionado, objeto direto, adjunto adnominal e adjunto adverbial). Borges percebeu que, em geral, a forma pronominal *a gente* e o pronome *nós* funcionavam, principalmente, como sujeito (83%).

Do total de dados coletados, o pesquisador verificou que 23% dos dados correspondiam a ocorrências de *a gente* explícitas e 1% correspondiam a realizações implícitas da forma pronominal. A frequência de uso de *a gente* aumentou de 23% para 46% quando o pesquisador analisou, especificamente, dados expressos de *nós* e *a gente*. Essa etapa da pesquisa revelou que, a partir da década de 1960, *a gente* passou a competir com o pronome *nós*, já que se registraram percentuais acima de 35% para o uso de *a gente*.

A partir da análise da influência dos fatores sociais, o pesquisador concluiu que as personagens do gênero feminino, jovens e da classe social baixa eram as que mais utilizavam a forma pronominal *a gente*. Levando-se em consideração a variável Sexo, foi registrada a frequência de 29% de uso de *a gente* entre as mulheres e, entre os homens, a frequência foi de 17%. Em relação à variável Classe Social, foi verificada a frequência de uso de *a gente* de 32% entre personagens da classe baixa, de 22% entre personagens da classe média-baixa e de, apenas, 10% entre personagens da classe média-alta. Segundo a estratificação de uso de *a gente*, conforme a Idade das personagens, o autor constatou a frequência de 26% para os personagens com idades entre 16 e 25 anos, de 24% para personagens com idades entre 26 e 49 anos e de 8% para os personagens com mais de 50 anos.

Ao analisar as 246 ocorrências expressas de *nós* e de *a gente*, exclusivamente, em função sujeito, o autor constatou uma forte concorrência de uso entre as formas pronominais: 122 dados (50%) de *nós* e 124 (50%) de *a gente*. A partir desse resultado, Borges evidenciou uma tendência significativa de uso explícito das formas pronominais e uma forte tendência de uso dessas formas pronominais em função sujeito. Além disso, considerando apenas as realizações expressas das formas pronominais *nós* e *a gente*, observou que o uso de *a gente* se intensificou a partir da década de 1960, passando a concorrer com *nós*. Na metade dessa década, o uso de *a gente* supera o uso de *nós*: 54% na metade da década de 1960, 51% na década de 1970, 71% na década de 1980 e 60% na década de 1990.

Tendo em vista o fator Gênero, o pesquisador observou que as personagens femininas lideravam o uso de *a gente* (0.56), visto que o peso relativo de uso dessa forma pronominal entre os personagens masculinos era de 0.42. Tendo em vista a variável Faixa Etária, Borges verificou que as personagens de 26-49 anos lideravam o uso de *a gente* (0.54). E, por fim, a análise da influência do fator Classe Social possibilitou ao pesquisador constatar que o uso de *a gente* era favorecido pelas personagens da classe baixa (54% - 0.56). Objetivando obter uma estimativa do período de implementação de *a gente* como pronome pessoal, Borges analisou as propriedades semânticas de *a gente*, sendo possível perceber que, a partir da década de 1940, *a gente* passou a assumir o papel de elemento de referência mais específica. Tal uso teria se consolidado na década de 1960, quando *a gente* como forma de referência determinada supera o uso genérico, chegando ao seu ápice de pessoalização na década de 1980.

Considerando os dois graus de referência – plural exclusivo (eu + não pessoa) e plural inclusivo (eu + pessoa) –, definidos por Benveniste (1988), Borges observou que o período compreendido entre a década de 1950 e a década de 1970 *a gente* servia, principalmente, como elemento de referência correspondente ao plural exclusivo. No entanto, a partir da década de 1980, *a gente* passou a servir como elemento de referência ainda mais determinado (plural inclusivo), que diz respeito ao modo mais específico de referência da primeira pessoa do plural. A realização desse tipo de referência indicou que a forma nominal *a gente* adquiriu mais propriedades caracterizadoras de pronome pessoal de primeira pessoa do plural e, conseqüentemente, esse fato serviu como um indício de especialização da forma nominal em forma pronominal.

Para a investigação da variação entre *nós* e *a gente* em linguagem oral, Borges analisou dados de fala de 24 informantes da cidade de Jaguarão/RS e de 36 informantes da

cidade de Pelotas/RS, coletados nos anos 2000 e 2001, provenientes do Banco de Dados Sociolinguístico da Fronteira e Campanha Sul-Rio-Grandense – BDS Pampa e do Banco de Dados por Classe Social – VarX. Mais especificamente, para a investigação foi formado um *corpus* composto por 1.263 dados de Jaguarão/RS, dos quais 69% correspondiam a dados de *a gente*, e por 1.560 dados de Pelotas/RS, dos quais 78% correspondiam a dados de *a gente*.

Foram consideradas por Borges as variáveis linguísticas Referência Semântica do sujeito, Discurso Reportado, Plano Discursivo, Posição do Sujeito na Frase, Paralelismo Formal, Oração em Frase, Tipo de Sentença, Saliência Fônica, Tempo Verbal, Tonicidade, Concordância com o Verbo, e Contexto Fonológico/Tipo de Fala; e as variáveis extralinguísticas Gênero, Faixa Etária, Classe Social e Localidade. Na cidade de Jaguarão/RS, foram selecionados como fatores importantes para o uso de *a gente* o Paralelismo Formal, a Tonicidade, a Saliência Fônica, a Referência Semântica do Sujeito, a Posição do Sujeito na Frase, a Faixa Etária e a Classe Social; com exceção da variável Posição do Sujeito na frase, todas as demais variáveis foram relevantes, também, para o uso de *a gente* na cidade de Pelotas/RS. A variável Paralelismo Formal foi selecionada como o fator mais relevante para o uso de *a gente* nas duas cidades, a exemplo do constatado por Machado (1995), Omena (1996 [1978]) e Aires, Souza e Zilles (2002).

A partir dos resultados referentes à variável Paralelismo Formal, Borges observou que a presença de *a gente na oração anterior* influenciava o uso dessa forma pronominal tanto em Jaguarão quanto em Pelotas. Assim como Omena (1996 [1978]), Borges associou o paralelismo formal com o tipo de referência e, a partir dessa associação, observou que em Jaguarão, independentemente da manutenção ou não do mesmo referente, o uso de *a gente* era favorecido pelo uso precedente da mesma forma pronominal, favorecimento de uso representado pelo peso relativo de 0.73.

Entretanto, a análise dos dados linguísticos de Pelotas/RS revelou que, além da precedência da mesma forma pronominal, a manutenção do mesmo referente interferia de modo relevante no uso ou não de *a gente*. O pesquisador observou que em Pelotas/RS a precedência da mesma forma pronominal associada à manutenção do referente acarretava em um uso expressivo de *a gente* (0.88), no entanto esse uso diminuía para 0.58 quando a referência era alterada. A interferência do aspecto manutenção ou mudança de referência para a recorrência ou não de uso de *a gente* em uma sequência discursiva fez com que Borges formulasse a hipótese de que o fenômeno paralelismo formal não consistia em um processo

mecânico, mas sim em algo que era motivado por outras razões discursivas conscientes, entre elas a manutenção dos referentes.

A fim de testar essa hipótese, o pesquisador suprimiu os casos de primeira referência e os casos de sujeitos implícitos e considerou apenas dois subfatores: mesmo referente na oração anterior e diferente referente na oração anterior. Com base nessa análise, verificou que, tanto em Jaguarão/RS quanto em Pelotas/RS, o paralelismo formal e a manutenção do referente constituíam-se em fatores atrelados, já que foi observado que em ambas as cidades o paralelismo de uso da variável *a gente* era favorecido pela manutenção do mesmo referente.

A variável Tonicidade revelou que os falantes das duas cidades tendiam a usar *a gente* para evitar o uso de formas verbais proparoxítonas. Nas duas regiões, o uso de *a gente* foi mais expressivo com monossílabos tônicos (ex. foi) e com formas verbais oxítonas (ex. está). Em relação aos resultados referentes à variável Saliência Fônica, Borges verificou que formas verbais com baixa saliência fônica favoreciam o uso de *a gente*, ao passo que formas mais salientes restringiam seu uso em favor do pronome *nós*. Em Jaguarão/RS, as formas verbais com nível de saliência 2 (0.76) e 4 (0.76) foram as que mais favoreceram o uso de *a gente*, enquanto as formas verbais nível 5 (0.16) mostraram-se como inibidoras desse uso. Em Pelotas/RS, as formas verbais com nível de saliência 2 (0.74) e 1 (0.62) foram as que mais favoreceram o uso de *a gente*, enquanto que as formas verbais 7 (0.19) foram as que mais limitaram esse uso.

Em relação ao fator Referência Semântica do Sujeito, Borges percebeu que o uso da forma *a gente* era influenciado por contextos com características opostas, ou seja, era favorecido em contextos com grau alto e baixo de pessoalidade nas duas cidades, embora tenha sido percebido que *a gente* comportava-se, principalmente, como elemento de referência indeterminada, Jaguarão/RS (0.65) e Pelotas/RS (0.73). Esse resultado mostra que *a gente* conservava os traços semânticos mais genéricos da forma nominal da qual se originou.

A análise da influência da Posição do Sujeito na Frase, apenas em Jaguarão/RS, mostrou que *a gente* era mais recorrente como sujeito anteposto ao verbo, intercalado por um clítico (0.76). O pesquisador explica o favorecimento de *a gente* nessa construção linguística (sujeito-clítico-verbo) a partir da funcionalidade dos clíticos como reflexivos e recíprocos na condição de sujeitos animados e, ainda, justifica esse uso por meio da compreensão de que ele evitaria uma construção linguística mais complexa, tal como: *nós nos conhecemos*.

Com relação aos resultados relacionados à Faixa Etária, o autor constatou que nas duas cidades havia uma tendência maior de uso de *a gente* por falantes mais jovens, fato também observado por Omena (1996 [1978]); Machado (1995); Seara (2000) e Aires, Souza e Zilles (2002). Em ambas as cidades, o uso de *a gente* era liderado por informantes com idades entre 16 a 25 anos (0.70 em Jaguarão/RS e 0.71 em Pelotas/RS); já entre os informantes com 50 anos ou mais o uso de *a gente* era restringido (0.27 em Jaguarão/RS e 0.29 em Pelotas/RS). Esses resultados indicaram que estaria ocorrendo, nas duas cidades consideradas, um processo de mudança em favor do uso da forma pronominal *a gente*, já que os falantes mais jovens estariam aderindo, principalmente, ao uso de *a gente* em detrimento do pronome *nós*.

Tendo em vista o fator Classe Social para o uso de *a gente*, Borges percebeu que, na cidade de Jaguarão/RS, o uso mais significativo de *a gente* se dava entre os falantes da classe baixa (0.67). Já na cidade de Pelotas/RS, a situação era inversa, haja vista que o uso de *a gente* era restringido, principalmente, pelos falantes da classe baixa (0.31) enquanto que os informantes da classe social mais elevada lideravam o uso de *a gente* (0.76). Conforme os resultados, ao passo que em Jaguarão/RS a mudança linguística estaria ocorrendo de baixo para cima, em Pelotas/RS, a mudança estaria ocorrendo de cima para baixo.

Cruzando as variáveis Faixa Etária e Classe Social, Borges constatou que o uso de *a gente* em Jaguarão/RS era mais expressivo entre falantes jovens da classe baixa e, em Pelotas/RS, entre os falantes da classe média-alta, da faixa etária jovem e intermediária. Segundo Borges, os falantes da classe média-alta teriam maior consciência do processo de mudança que estaria ocorrendo na língua e, por isso, passariam a usar a forma pronominal *a gente* como uma forma de diferenciarem-se socialmente; os falantes da classe baixa, por sua vez, utilizariam *a gente* como uma forma de integrarem-se com os membros da sua classe social.

Zilles (2005) analisou a alternância de uso entre *nós* e *a gente*, na década de 1990, por falantes de Porto Alegre/RS. Para isso, utilizou uma amostra de dados do Banco VARSUL de 39 informantes. Verificou que a frequência de uso de *a gente* em Porto Alegre era de 69%. Foram consideradas as variáveis: Concordância Verbal, Posição do Sujeito em Relação ao Verbo, Determinação do Referente, Paralelismo Formal, Sexo, Faixa Etária e Escolaridade. Foram selecionadas as variáveis Posição do Sujeito em Relação ao Verbo, Determinação do Referente, Paralelismo Formal, Sexo, Faixa Etária e Escolaridade.

Com o objetivo de considerar se a forma *a gente* comportava-se como uma forma livre ou estaria se cliticizando, Zilles considerou dois subfatores: sujeito adjacente ao verbo e

sujeito distante do verbo. A análise permitiu verificar que *a gente* se comportava, ainda, como uma forma livre, pois foi constatada uma tendência maior de ocorrência de *a gente* não adjacente ao verbo (0.58).

Quanto ao Tipo de Referenciação realizada por *a gente*, Zilles observou que essa forma pronominal comportava-se, principalmente, como uma forma de referenciação genérica (0.63) mostrando, assim, que conservava ainda os traços semânticos de indeterminação do nome do qual se origina. Conforme a pesquisadora salientou, esse resultado ilustra o princípio da Persistência, postulado por Hopper (1991), que diz respeito à conservação de características semânticas da forma-fonte pela forma gramaticalizada.

A análise da influência do fator Paralelismo Formal, indicou que o uso de *a gente* era motivado pela presença da mesma forma pronominal na oração precedente (0.88). Esse resultado confirma o princípio discursivo do paralelismo formal, que postula que formas linguísticas com características morfossintáticas próximas tendem a se repetir ao longo de uma sequência discursiva, tendência, também, confirmada por Machado (1995), Omena (1996[1978]), Seara (2000) e Aires, Souza e Zilles (2002).

A primeira variável extralinguística selecionada, o Sexo dos falantes, mostrou que as mulheres lideravam o uso de *a gente* (0.55). Zilles sugere que o reconhecimento de *a gente* como uma forma linguística feminina poderia justificar a restrição por parte homens (0.41). Isso significa que o uso de *a gente* poderia ter assumido o caráter de marcador de identidade sexual/gênero.

Tendo em vista o fator Faixa Etária, Zilles percebeu que *a gente* era, principalmente, utilizada pelos informantes mais jovens (0.66), visto que o peso relativo de uso de *a gente* entre os mais velhos era de 0.42. Esse resultado confirma uma tendência já observada em outros trabalhos (OMENA, 1996a; MACHADO, 1995; SEARA, 2000; AIRES, SOUZA e ZILLES e BORGES, 2004). Essa tendência poderia suscitar o entendimento de que a substituição de *a gente* por *nós* estaria se intensificando, porém o estudo em tempo real realizado por Zilles (2005), apresentado na seção Trabalhos em Tempo Real, permitiu verificar que o uso de *a gente*, entre 1970 até 1990, manteve-se estável, podendo os resultados ser interpretados como decorrentes de fatores geracionais.

A partir da variável Escolaridade, última variável extralinguística selecionada, Zilles verificou pouca diferença no comportamento linguístico entre informantes menos e mais escolarizados. O uso de *a gente* era desfavorecido entre os estudantes do nível fundamental (0.33), mantinha-se neutro entre os estudantes do nível secundário (0.50) e do nível pós-

secundário (0.52) e era levemente favorecido entre os estudantes do nível intermediário (0.55).

Em vista desse resultado, a pesquisadora cruzou as variáveis Sexo e Escolaridade. Dessa análise, Zilles observou que falantes de ambos os sexos com nível intermediário e mais elevado de escolaridade apresentavam um comportamento bastante próximo quanto ao uso de *a gente*, pois o nível de escolaridade tendia a neutralizar as influências do fator sexo na escolha de uso de *nós* e de *a gente*, chegou a ser registrada a mesma frequência de uso de *a gente* entre mulheres e homens com nível de ensino pós-secundário. Além disso, a pesquisadora verificou que a frequência de uso de *a gente* pelos homens com ensino fundamental era significativamente menor (37%) do que das mulheres com o mesmo nível de escolaridade.

Brustolin (2010) investigou a variação de uso entre as formas pronominais *nós* e *a gente*, na fala e na escrita de informantes a partir de análise da amostra de 1.667 dados, do ano de 2008, provenientes de narrativas pessoais (orais e escritas) de alunos de 5º, 6º, 7º e 8º séries de quatro escolas de ensino público da cidade de Florianópolis/SC. Os dados de fala e de escrita foram processados em conjunto e dessa análise a pesquisadora encontrou 1.243 ocorrências do pronome *nós* e 424 realizações da forma pronominal *a gente*, que correspondeu a 25% da amostra.

Foram consideradas pela pesquisadora as variáveis linguísticas Preenchimento do Sujeito, Marca Morfêmica, Referência *nós/ a gente*, Paralelismo Formal: paralelismo (sujeito – sujeito), paralelismo (sujeito – objeto) e paralelismo (sujeito – adjunto adnominal); e as variáveis extralinguísticas Escolaridade, Escola, Faixa Etária, Sexo e Modalidade de Linguagem (fala e escrita). As variáveis que se mostraram mais relevantes para o uso de *a gente* foram a Marca Morfêmica dos Verbos, o Preenchimento do Sujeito, a Modalidade de Linguagem, o Paralelismo Formal (sujeito – sujeito), a Saliência Fônica, o Sexo, a Escolaridade e o Paralelismo Formal (sujeito – objeto).

Os resultados quanto à análise da influência do fator Marca Morfêmica dos verbos reforçam a ideia de que formas verbais menos salientes possibilitam maior uso de *a gente*. Brustolin constatou que o uso de *a gente* se realizava, principalmente, com verbos com morfema zero (0.99), tendo sido registrado o peso relativo 0.21 para o uso de *a gente* com verbos com morfema – *mos*.

Quanto ao segundo fator selecionado, variável Preenchimento do Sujeito, foi observado que as realizações de *a gente* se davam, principalmente, de maneira explícita (0.89)

apresentando baixíssima probabilidade (0.12) de ocorrência implícita. A pesquisadora considerou a falta de um marcador no verbo que acompanha as formas pronominais *nós* e *a gente* como um fator que exercia influência sobre o uso explícito ou implícito das formas pronominais.

Considerando a influência da Modalidade Oral e Escrita da Língua, os resultados apontaram que o uso de *a gente* era favorecido na linguagem oral, conforme indica a probabilidade 0.86, e desfavorecido na escrita (0.37). Em relação a esse resultado, Brustolin afirma que, embora faltasse uma maior reflexão em termos de língua em uso em sala de aula, ficou evidente que a forma pronominal *a gente* se fazia presente na escrita dos alunos do ensino fundamental.

Os resultados, referentes ao fator Paralelismo Formal (Sujeito – Sujeito), indicaram que o uso de *a gente* era, fortemente, motivado pelo uso da mesma forma pronominal na oração precedente (0.72). No entanto, a sequência discursiva mais recorrente foi de *a gente* com subsequente uso implícito da mesma forma pronominal acompanhada de verbo com morfema zero (0.96). O fato do uso de *a gente* ser favorecido em sequências *a gente ... a gente* comprova o princípio discursivo que postula que formas linguísticas com relação morfossintática semelhante se aproximam.

Em relação à Saliência Fônica, Brustolin observou que as formas verbais com menor saliências propiciam o uso de *a gente* (34%), enquanto os níveis de maior saliência possibilitam o uso de *nós*. Esse resultado vai ao encontro daqueles encontrados por Omena (1996 [1978]) e Borges (2004).

A investigação da influência do fator Sexo mostrou que as mulheres faziam mais uso de *a gente* (0.64) do que os homens (0.32). Esses resultados estão de acordo com aqueles obtidos por Seara (2000) e Zilles (2005).

Em relação à variável Escolaridade, os resultados apontaram que estudantes da quinta série faziam mais uso da forma pronominal *a gente* (0.70) do que os estudantes da oitava (0.33) séries. Os resultados referentes ao uso de *a gente* pelos estudantes da quinta e oitava séries confirmam a hipótese da pesquisadora, que diz respeito ao entendimento de que os estudantes de séries mais adiantadas fariam menor uso de *a gente* do que os estudantes das séries menos adiantadas, por terem contato mais prolongado com um padrão de linguagem que ignora o uso da forma pronominal.

A última variável selecionada foi o Paralelismo Formal (Sujeito – Objeto). Brustolin definiu categorias de sequências discursivas, a partir das quais verificou que quando o

pronome sujeito *a gente* inicia uma série, a tendência era de que o objeto preferisse as formas *da gente* ou com *a gente* (0.82). Os resultados encontrados apontam para a ideia central da variável paralelismo formal, de acordo com a qual formas linguísticas com proximidade de características sintáticas e morfológicas têm mais chance de se relacionarem discursivamente do que outras com propriedades linguísticas mais discordantes.

3.1.2 Uso de *a gente* em linguagem culta

Lopes (1993), utilizando dados pertencentes ao Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil – NURC, coletados na década de 1970, analisou a alternância entre *nós* e *a gente* em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Para a realização dessa investigação, a pesquisadora deu atenção às variáveis em posição de sujeito. Foram recolhidos um total de 972 dados, a partir de 18 entrevistas do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID).

Foram considerados pela pesquisadora os fatores linguísticos: Paralelismo Formal, Mudança de Referente, Saliência Fônica, Eu-Ampliado, Tempo Verbal, Modalização, Gênero Discursivo, Tamanho do Grupo e Tipo de Oração; e, também, os fatores extralinguísticos: Sexo, Faixa Etária e Região. Os fatores Paralelismo Formal, Sexo, Faixa Etária, Região, Eu-Ampliado, Tempo Verbal e Modalização mostraram-se como importantes influências para o uso de *a gente*. Do total de dados da amostra, 410 dados foram de *a gente*, o que corresponde à frequência de 42%, e dos fatores selecionados o *paralelismo formal* mostrou ser o mais relevante para o uso da forma pronominal *a gente*, resultado também encontrado por Machado (1995); Omena (1996[1978]), Aires, Souza e Zilles (2002) e Borges (2004).

A análise da influência da variável Paralelismo Formal permitiu à autora verificar que o uso de *a gente* era favorecido quando seu antecedente formal se constituía na mesma forma pronominal (87%) e, ainda, que a manutenção de *a gente* era ainda maior quando precedida de sujeito nulo acompanhado de verbo na terceira pessoa do singular (92%). A mesma tendência foi constatada em relação ao uso do pronome *nós*, fortemente favorecido pela precedência do mesmo pronome (87%) ou de sujeito nulo acompanhado de verbo na primeira pessoa do plural (93%) na sentença precedente.

Sexo e Faixa Etária foram associados e selecionados em segundo lugar. Os resultados referentes à influência desse grupo para a alternância entre *nós* e *a gente* indicaram que os

homens mais jovens (com idade entre 25 e 35 anos) lideravam o uso de *a gente* (60%). Já os homens mais velhos (informantes com mais de 55 anos de idade) restringiam o uso dessa forma pronominal (13%). Entre as mulheres, à semelhança com os homens, as mais jovens lideravam o uso de *a gente* (82%), enquanto aquelas que mais restringiam tal uso tinham idades entre 36-55 anos (31%). Esses resultados permitiram supor a existência de um processo de mudança em curso.

Quanto à variável Região, Lopes observou que na cidade do Rio de Janeiro o uso de *a gente* era mais expressivo (59%) do que em Salvador (37%) e Porto Alegre (28%). Lopes entendeu que a diversidade regional do português do Brasil compreendia aspectos morfossintáticos que não se restringiam à diferença de pronúncia ou vocabulário. Além disso, Lopes percebeu que sendo o Rio de Janeiro uma cidade cosmopolita favorecia mais o uso de *a gente* do que as cidades de Salvador e Porto Alegre.

A variável Eu-Ampliado, foi delimitada pela pesquisadora a partir de três tipos de referência: aspecto inclusivo (contempla emissor/eu + o receptor/não eu), aspecto exclusivo (abrange o emissor/eu + outra pessoa fora do momento da enunciação/não-pessoa) e aspecto genérico (compreende emissor/eu + o receptor/não-eu + outras pessoas/ não-pessoa). Os resultados apontaram que o uso de *nós* ocorria, principalmente, como forma de referência mais específica, ou seja, como aspecto exclusivo (92%), enquanto o uso de *a gente*, como forma de referência definida como aspecto genérico (60%).

Em relação à influência do fator Tempo Verbal, os resultados indicaram que a variante *a gente* era favorecida por formas verbais menos marcadas, como o gerúndio (83%) e o infinitivo (69%). Já o uso de *nós* era favorecido, principalmente, por formas verbais mais marcadas, como o pretérito perfeito do indicativo (94%), o futuro do subjuntivo (67%) e o pretérito imperfeito do subjuntivo (67%). Esses resultados confirmam uma tendência de uso de *a gente* com formas verbais com menos material fônico.

O sexto fator selecionado foi a variável Modalização por meio da qual Lopes procurou associar o uso de *a gente* com auxiliares modais (ex. perder, querer, dever), de isenção do locutor do discurso em relação ao conteúdo do seu discurso, e com verbos e expressões de opinião que demonstrassem comprometimento do enunciador com o seu enunciado (ex. a expressão ‘eu acho que’). Os resultados confirmaram suas hipóteses e apontaram que o uso de *nós* era influenciado por formas verbais e expressões que aproximavam o interlocutor dos fatos narrados (90%), enquanto o uso de *a gente* era motivado por contextos linguísticos em que o enunciador tentava se descomprometer com o fato narrado (65%).

Buscando investigar a alternância de uso entre *nós* e *a gente*, em posição sujeito, em textos escritos e em amostras de fala culta, Silva (2010) coletou dados, da década de 1990, de textos escritos em jornais cariocas, provenientes do acervo do projeto VARPORT, e de amostras de fala, provenientes do projeto NURC/RJ. De seis inquéritos do NURC/RJ, foram coletados 175 dados de fala, dos quais 63% corresponderam a dados de *a gente*. Da análise de 33 textos do VARPORT, foram coletados 8 dados referentes à forma pronominal *a gente*, correspondente a 13% dos dados da amostra. Nos dados de fala, o pesquisador analisou o papel das variáveis Tempo Verbal, Saliência Fônica, Eu-Ampliado e Faixa Etária; e nos dados de escrita, as variáveis Tempo Verbal, Saliência Fônica, Eu-Ampliado e Gênero Textual. Para os dados de fala, foram selecionadas as variáveis Tempo Verbal, Eu-Ampliado e Faixa Etária; já, para os dados de escrita, as variáveis Tempo verbal e Gênero textual.

Tomando como referência os resultados sobre o uso de *nós*, Silva observou que a variável Tempo Verbal consistia no fator mais relevante para o uso desse pronome tanto na linguagem oral quanto na escrita. Nas duas modalidades de linguagem, a ocorrência do pronome *nós* deu-se, principalmente, com o tempo verbal pretérito perfeito do indicativo, sendo que tal resultado foi constatado em 86,5% dos dados de fala e em 100% dos dados de escrita.

Na análise dos dados de fala, Silva considerou, além do tempo pretérito perfeito, o presente e o pretérito imperfeito. Dessa análise, concluiu que uso de *a gente* era favorecido pelo tempo pretérito imperfeito do indicativo (64,7%) e, fortemente, pelo presente do indicativo (85,3%). Já o tempo verbal que mais desfavoreceu o uso da forma pronominal foi o pretérito perfeito do indicativo (13,5%). O uso expressivo de *a gente* com verbos conjugados no presente do indicativo e a restrição de uso dessa forma pronominal com verbos no pretérito perfeito confirmou a expectativa do pesquisador quanto ao favorecimento do uso de *a gente* com verbos menos marcados.

O fator Eu-Ampliado, contemplou dois tipos de referência: exclusivo [+ determinado] e genérico [- determinado]. A partir dessa variável, Silva verificou que o pronome *nós* comportava-se, principalmente, como forma de referência determinada (0.59), enquanto *a gente* realizava-se, principalmente, como forma de referência genérica (0.64). Segundo a pesquisadora, tais resultados mostram que *a gente* ainda conservava características semânticas da forma nominal da qual se origina.

O estudo com dados de escrita permitiu a Silva verificar que, além da variável Tempo Verbal, o gênero textual é um dos fatores mais significativos no processo de alternância entre

nós e *a gente*. Quanto à influência da variável tempo verbal, a pesquisadora constatou que o uso de *nós* foi categórico com o pretérito perfeito e quase categórico com o presente (85,7%). Tendo sido encontradas ocorrências de *a gente* apenas com a forma verbal menos marcada - o Presente (14,3%).

Quanto à variável Gênero Textual, selecionada em segundo lugar entre os dados de escrita, os resultados apontaram um uso categórico de *nós* em editoriais e uma ocorrência pouco significativa de *a gente* em anúncios (14,7%). Silva salientou que o uso de *a gente* deu-se em anúncios de redes de internet direcionados a um público jovem, qualidade discursiva que, segundo o pesquisador, facilitaria o uso da forma pronominal, em função dos jovens aceitarem com mais facilidade o uso da forma pronominal inovadora.

3.2 Estudos Em Tempo Real

3.2.1 Uso de *a gente* em linguagem popular

Buscando verificar se a inserção de *a gente* na língua representava uma mudança em progresso ou uma variação estável, Omena (2003) desenvolveu um estudo de tendência utilizando-se de dados da década de 1980 (amostra 80) e de 2000 (amostra 00), provenientes da fala de 32 informantes do Rio de Janeiro/RJ. Para a realização desse estudo Omena considerou as variáveis Faixa Etária, Escolaridade, Determinação do Referente, Saliência Fônica, Tempo Verbal e Paralelismo Formal, com exceção da variável Determinação do Referente todas as outras variáveis foram selecionadas.

Considerando, somente, as ocorrências de *a gente* em função sujeito, a pesquisadora observou que 78% dos dados da amostra 80 foram de usos de *a gente*, ao passo que da amostra de 2000, 79% dos dados corresponderam a ocorrências da forma pronominal. Verificou, portanto, que, dentro do recorte temporal considerado, não houve mudança significativa na taxa de uso da variável *a gente* na comunidade.

Omena percebeu que, tanto na década de 1980 quanto na de 2000, o uso de *a gente* era liderado pelos informantes mais jovens – 7 a 14 anos –, conforme apontado pelos pesos relativos 0.70 (amostra 80) e 0.84 (amostra 2000). Os falantes que mais restringiam o uso de *a gente* em 2000 eram aqueles que mais utilizavam essa forma pronominal em 1980, já que

eram jovens nesta década. Omena percebeu que, ao invés de aumentar o uso de *a gente* entre os falantes jovens da década de 1980, esse uso foi diminuindo ao longo do tempo. Esses resultados levaram-na a supor que a alternância entre *nós* e *a gente* era motivada por mudança de geração, ou seja, entre os falantes das gerações mais novas o uso de *a gente* era bem vindo, porém entre os falantes mais velhos a preferência era do uso do pronome *nós*. Assim, a pesquisadora concluiu que o processo de mudança se manteve estável entre 1980 e 2000, em vista dos falantes considerados.

Levando em consideração a influência do fator Escolaridade para o uso de *a gente*, Omena constatou que, em 1980 e 2000, os estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental e do ensino médio representavam aqueles que mais uso faziam da forma pronominal *a gente*. O peso relativo encontrado nas amostras de 1980 e 2000, para os estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental, foi 0,54 para o uso de *a gente* e em relação aos estudantes do ensino médio, 0,56 e 0,73, respectivamente para as amostras de 1980 e 2000. Tendo em vista esses resultados, Omena considerou que o aumento da escolaridade não acarretava diminuição do uso de *a gente*, mas o que restringia o seu uso entre os falantes do segundo segmento do ensino escolar (0,36 – amostra 80 e 0,22 – amostra 00) era a intensificação do ensino de conjugação verbal.

A pesquisadora observou, além disso, que, tanto na década de 1980 quanto na de 2000, o uso de *a gente* era favorecido por formas verbais com baixa saliência fônica. Na década de 1980, o uso de *a gente* se deu, principalmente, com verbos no pretérito imperfeito (0,72); já, em 2000, com formas verbais no infinitivo (0,85). Os resultados quanto à variável tempo verbal são equivalentes em ambas as amostras, nas quais *a gente* era favorecida por formas verbais no presente e restringida por verbos no passado e no futuro.

Considerando a variável Paralelismo Formal, Omena constatou que, em ambas as amostras analisadas, o uso de *a gente* era favorecido, principalmente, pela precedência da mesma forma pronominal. No entanto, verificou uma mudança na amostra de 2000, na qual constata que o uso de *a gente* passa a ser favorecido pela variável primeira referência (0,60), enquanto, na década de 1980, o uso dessa forma pronominal como primeira referência era desfavorecido (0,39).

3.2.2 Uso de *a gente* em linguagem popular/culta

Procurando perceber se o uso de *a gente* aumentava ou se mantinha estável da década de 1970 à década de 1990, na cidade de Porto Alegre/RS, Zilles (2005) realizou dois tipos de estudos em tempo real: um de painel e outro de tendência utilizando-se de amostras de fala do ano de 1970, do Banco de Dados NURC, e de amostras de fala do ano de 1990, do Banco de Dados VARSUL, de informantes dessa cidade. O estudo de painel, realizado a partir da análise de dados de fala de 13 informantes (sete homens e seis mulheres) com nível superior de escolaridade, mostrou que o uso da forma pronominal *a gente* se manteve estável entre as décadas de 1970 e 1990. Zilles percebeu que se mantinha, na década de 1990, a tendência maior de uso de *a gente* entre os falantes mais jovens (0.64) e de menor uso dessa forma pronominal entre os mais velhos (0.32).

Considerando que os falantes mais velhos da década de 1990 eram os mais jovens da década de 1970, a pesquisadora constatou que, ao envelhecerem, esses falantes diminuíram o uso de *a gente*. A diminuição expressiva de uso de *a gente*, em específico, por duas mulheres – uma com 73 anos e outra com 75 anos – chamou a atenção de Zilles, pois, respectivamente, a frequência de uso de *a gente* por elas era de 70% em 1970 e de apenas 23% na década de 1990, enquanto a frequência de uso de *a gente* era de 84% na década de 1970 e de 60% na década de 1990. O fenômeno de queda de uso da forma pronominal *a gente*, à medida que os falantes envelheciam, permitiu à pesquisadora concluir que a escolha da forma pronominal realizava-se em virtude de questões geracionais.

Para certificar-se de que se tratava de uma mudança de caráter geracional, Zilles realizou um estudo de tendência, no qual foram consideradas amostras de fala de 36 informantes, estratificadas por sexo, faixa etária e nível escolar. O estudo revelou que a frequência de uso de *a gente* era de 65% e que os falantes mais jovens preferiam essa forma pronominal. A associação dos resultados do estudo de painel com os resultados do estudo de tendência confirmaram a ocorrência de uma mudança de caráter geracional, assim como já havia sido observado por Omena (2003).

Com vistas a sintetizar os resultados encontrados pelos diferentes estudos revisados neste capítulo, apresenta-se a seguir um quadro com as variáveis independentes consideradas pelos estudos analisados. As variáveis encontram-se especificadas por relevância quanto ao uso de *a gente*.

A revisão de onze estudos sobre o processo de variação possibilitou observar que o uso de *a gente* encontra-se bastante adiantado na linguagem oral, mas pouco significativo na linguagem escrita, conforme se verifica nas Figuras abaixo:

Figura 1 - Frequência de uso de *a gente* em fala

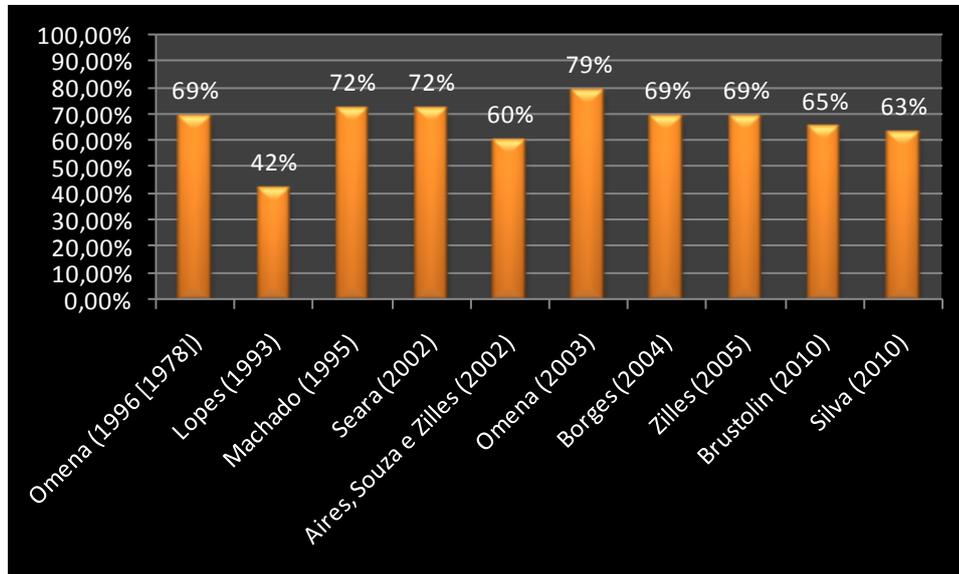
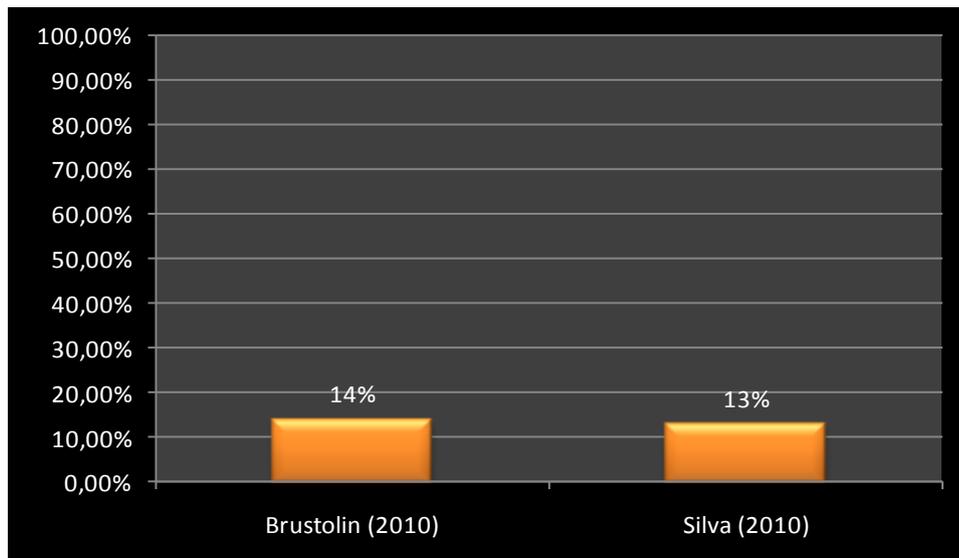


Figura 2 - Frequência de uso de *a gente* em escrita



Apesar de os trabalhos analisados não terem metodologia semelhante, chegou-se a algumas generalizações. Pôde-se perceber que entre os fatores linguísticos selecionados como relevantes, na escolha de uso de *a gente*, destaca-se a variável Paralelismo Formal, proposta por Poplack (1980), que diz respeito à recorrência de uso de formas linguísticas com relação

morfofossintática semelhante em uma mesma sequência discursiva. Essa variável foi selecionada em Lopes (1993), Machado (1995), Omena (1996[1978]), Aires, Souza e Zilles (2002), Borges (2004), Omena (2003), Zilles (2005) e Brustolin (2010) mostrando que fatores discursivos associados a restrições morfofossintáticas atuam fortemente na escolha de uso de *nós* ou de *a gente*.

Além do fator discursivo, aspectos de natureza semântica exercem influência sobre o uso de *a gente*. Os resultados encontrados por Omena (1996[1978]), Lopes (1993), Machado (1995), Seara (2000), Aires, Souza e Zilles (2002), Omena (2003), Zilles (2005) e Silva (2010) apontam que os falantes tendem a usar a forma pronominal *a gente* para referências mais genéricas e o pronome *nós* para referências mais determinadas. A preferência de uso de *a gente* como forma de referência mais indeterminada foi justificada pelos pesquisadores em vista de características semânticas etimológicas desse termo. Essa forma pronominal conservou a característica semântica de indeterminação do substantivo latino *géns/géntis* do qual origina.

Outras variáveis que se mostraram como elementos importantes para a determinação de uso de *a gente* foram a marcação e a quantidade de material fônico dos verbos. É o que apontam os trabalhos de Seara (2000), Lopes (1993), Machado (1995), Omena (2003) e Silva (2010). Já a variável Saliência Fônica mostrou-se relevante nos estudos empreendidos por Omena (1996[1978]), Machado (1995), Omena (2003), Borges (2004) e Brustolin (2010). Os resultados, referentes à atuação dessas duas variáveis, levam a crer que formas verbais menos marcadas (presente, gerúndio, infinitivo) favorecem o uso de *a gente* e formas verbais mais marcadas (pretérito e futuro) tendem a restringi-lo. Os resultados indicam, também, que verbos com menos material fônico possibilitam, principalmente, o uso de *a gente*, enquanto formas verbais mais salientes propiciam um uso mais expressivo do pronome *nós*.

A Faixa Etária e o Sexo/Gênero destacaram-se nos trabalhos de Lopes (1993), Machado (1995), Omena (1996[1978] e 2003), Seara (2000), Aires, Souza e Zilles (2002), Borges (2004), Zilles (2005) e Silva (2010) como as variáveis extralinguísticas relevantes para o uso de *a gente*. Os resultados referentes à influência dessas variáveis indicam que os mais jovens lideram o uso dessa forma pronominal que tende a ser preterida em relação ao pronome *nós* entre os falantes mais velhos. Além disso, os resultados apontam que as mulheres fazem mais uso da forma pronominal *a gente* do que do pronome *nós*, enquanto que os homens optam pelo uso de *nós*, em detrimento de *a gente*.

Em geral, os pesquisadores justificam a diferença de uso de *a gente*, entre homens e mulheres, a partir de questões relacionadas ao mercado de trabalho. Segundo esses pesquisadores, os homens estariam mais integrados do que as mulheres ao mercado de trabalho e, por isso, sofreriam mais pressões normativas quanto aos usos linguísticos. A atuação social dessas mulheres como educadoras dos filhos, segundo os pesquisadores, poderia se constituir em um fator importante para a realização da mudança linguística. Já o uso privilegiado de *a gente* entre os informantes mais jovens, segundo os pesquisadores, poderia indicar o processamento de uma mudança, ou seja, a nova geração de falantes estaria substituindo o uso de *nós* pelo uso de *a gente*. O pronome *nós* faria parte dos usos linguísticos de uma geração precedente, mas não mais dos usos linguísticos atuais.

Outro fator frequentemente apontado como relevante ao uso de *a gente* foi a Escolaridade. Omena (1996[1978] e 2003) e Seara (2000) revelam que *a gente* consistia na forma pronominal preferida dos informantes mais escolarizados, em detrimento do uso de *nós*. Esse resultado indica que o aumento da escolaridade não restringe o uso de *a gente*, entretanto o que diminuiria o uso dessa forma pronominal seria a intensificação do estudo da conjugação verbal em algumas séries escolares. Assim falantes das séries em que o ensino dessa matéria é aumentado tenderiam a restringir o uso de *a gente* enquanto que falantes de outras séries escolares dariam preferência ao uso dessa forma pronominal. Brustolin (2010), no entanto, verificou que falantes mais escolarizados davam preferência ao uso de *nós*, enquanto os menos escolarizados faziam mais uso de *a gente*. Enquanto que Zilles (2005) observou diferença pouco significativa de uso de *a gente* entre os sujeitos com diferentes graus de escolaridade.

4 LINGUAGEM JORNALÍSTICA

Neste capítulo, realizam-se algumas considerações sobre a linguagem jornalística. Inicialmente, é feita referência ao papel do jornalismo impresso para a constituição de uma sociedade letrada; a seguir, trata-se da linguagem do jornalismo impresso brasileiro; depois, fala-se sobre língua, linguagem e interface entre oralidade e escrita; na sequência, realiza-se uma abordagem sobre os gêneros textuais jornalísticos e, por fim, discorre-se sobre a orientação bakhtiniana dos gêneros discursivos. Essas questões são abordadas, em virtude desta pesquisa basear-se na análise do fenômeno de variação entre *nós* e *a gente* em discursos jornalísticos escritos cujos gêneros são definidos a partir da noção de gêneros discursivos de Mikhail Bakhtin.

4.1 O papel do jornalismo impresso para a constituição da sociedade brasileira letrada

A chegada do rei d. João VI ao Brasil, em 1808, propiciou o surgimento da imprensa no país. Com isso, o Rio de Janeiro passou a ser o centro do poder português e é nessa cidade que surgiu o Correio Braziliense, primeiro jornal do Brasil, fundado por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça. Segundo Lutosa (2004, p. 13), o Correio Braziliense servia como um instrumento para Hipólito promover o desenvolvimento do Brasil. A chegada do rei d. João VI havia deixado Hipólito esperançoso quanto a um futuro melhor para o país. Em vista disso, a palavra impressa passou a ser usada por Hipólito para estabelecer um diálogo com as autoridades portuguesas, estabelecidas no país, e com todos os outros portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil, a fim de incentivar a realização de mudanças positivas na sociedade brasileira. Embora o Correio Braziliense seja considerado o primeiro jornal do Brasil, ele foi produzido na Inglaterra, lugar onde Hipólito tinha liberdade para fazer críticas às autoridades portuguesas.

Segundo Lutosa (2004, p. 15), na virada do século XVIII para o XIX, a imagem do jornalista se confundia com a imagem de um educador e os jornais supriam a falta de escolas e de livros. O Correio Braziliense se parecia com um livro, pois tinha a mesma forma e tamanho, cada número contava com cerca de 100 páginas, e era dividido em sessões: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e, por vezes, correspondências. A

miscelânea, segundo Lutosa (2004, p. 15), consistia na parte mais importante do jornal, pois era nesta seção que Hipólito expunha suas críticas e projetos para a construção de um novo Brasil.¹ Em 1822, com a independência do Brasil, Hipólito encerra as atividades jornalísticas, em função de ter visto concretizado seu projeto de construção de um Brasil mais moderno, baseado em um sistema de governo Constitucionalista.

A partir desse período, a produção jornalística se intensifica, em vista do desenvolvimento da nação e da liberdade de escrita, antes censurada pelo poder das autoridades portuguesas. Gomes e Iapechino (2008, p. 51) afirmam que, a partir desse período, em função da produção jornalística, as pessoas começam a se interessar pela leitura e pela atividade da escrita e, em virtude disso, passam a desejar a alfabetização. Segundo Gomes e Iapechino, “assim como na Europa no Brasil o advento do jornal contribuiu de modo decisivo para a diminuição do analfabetismo”. (GOMES E IAPECHINO, 2008, p. 52)

Gomes e Iapechino (op. cit., p. 52) salientam, ainda, que nesse período havia em Recife e em Olinda locais de venda de jornais impressos que serviam como lugar de reunião entre redatores e outras pessoas da sociedade em geral para realização de leituras coletivas dos impressos. Nessas reuniões, a linguagem oral era utilizada como um meio de propagação eficaz da linguagem escrita, dominada por poucos em um período em que o analfabetismo imperava. Através da divulgação oral do escrito teria ocorrido a ampliação do público leitor.

4.2 Linguagem do jornalismo impresso brasileiro

Como foi possível perceber na seção anterior, o jornalismo impresso nasceu como um veículo de comunicação da elite, visto que foi inaugurado pela minoria da população brasileira letrada. Hoje, a linguagem do jornalismo impresso é tida como uma das formas discursivas mais formais que circulam na sociedade (PERINI, 1999; LIMA, 2003; TARALLO, 2005; MARQUES, 2010).

O jornalismo, inicialmente praticado no Brasil, primava pelo rebuscamento linguístico e pela doutrinação do leitor, características provenientes do jornalismo praticado na França no século XIX, que era entendido como um ramo da literatura (BULHÕES, 2007, p. 31). Já o jornalismo brasileiro atual baseia-se no padrão jornalístico dos Estados Unidos, consolidado a

¹ Observa-se que esse discurso tem muita afinidade com o gênero crônica que circula atualmente nos jornais impressos brasileiros.

partir do século XIX, que repudia o caráter literário em favor de uma linguagem objetiva, imparcial para garantia da veracidade das informações transmitidas (BULHÕES, 2007, p. 26).

O estilo jornalístico americano passa a ser implantado no Brasil a partir da década de 1920, quando Gilberto Freyre, diretor de redação de “A Província”, jornal de Recife, adota o esse modelo para elaboração de seu jornal. Esse estilo começa a se disseminar pelo Ocidente, inclusive na França, a partir da década de 1950, quando passam a ser implantadas no Brasil outras características do jornalismo norte-americano, tais como: o *lide*, o *manual de redação*, o *copy desk* (redator que reescreve os textos uniformizando-os) e o *modelo pirâmide invertida* de transmitir as notícias (as notícias mais importantes são transmitidas antes das notícias de menor relevância). Conforme Bulhões (2007, p. 16), é também na metade do século XX que o modelo norte-americano começa a ser tomado pelos cursos superiores de comunicação como parâmetro para a realização da atividade jornalística.

Segundo Bulhões, o jornalismo praticado na atualidade possuiria

uma natureza presunçosa, pois definindo-se historicamente como atividade que apura acontecimentos e difunde informações da atualidade, ele buscaria captar o movimento da própria vida. Seria da natureza do jornalismo tomar a existência como algo observável, comprovável, palpável, a ser transmitido como produto digno de credibilidade. Com isso, prestaria – ou desejaria prestar – uma espécie de testemunho do ‘real’, fixando-o e ao mesmo tempo buscando compreendê-lo. (BULHÕES, 2007, p. 11)

O caráter elitizado, a intenção de mostrar-se digno de crédito pelos enunciatários, a modalidade de linguagem por qual circula (escrita), a publicidade da enunciação e o tipo de enunciador consistiriam em fatores que motivariam a formalidade do texto jornalístico impresso. O tratamento dessa forma linguística como formal reside no fato de corresponder a uma realização linguística resistente a usos linguísticos inovadores, monitorada por enunciador e enunciatário sujeitos a ensino de língua escolar que toma por base um padrão de linguagem conservador.

A qualidade pública da linguagem jornalística impressa demanda formalidade linguística por parte do enunciador a fim da garantia do entendimento da enunciação por uma coletividade de pessoas estratificadas linguisticamente. A modalidade escrita da língua facilita a construção da produção linguística formal, já que permite o planejamento prévio da enunciação. A formalidade linguística, por sua vez, propiciaria a confiabilidade por parte dos enunciatários em relação à enunciação, pois se compreende que os jornais brasileiros são dirigidos a uma massa de co-enunciadores (CRESTANI, 2010, p. 37) escolarizados, e que o

enunciador preferiria utilizar-se de um padrão linguístico culto como uma forma de assegurar credibilidade frente aos leitores.

Grillo (2005, p. 1) afirma que “a legitimação e a manutenção de um imaginário da variante padrão nas sociedades contemporâneas são asseguradas, entre outros, pelos veículos de comunicação de massa, dos quais se destacam os grandes jornais impressos brasileiros”. Marques (2010), tentando compreender o padrão culto escrito em gêneros textuais do domínio jornalístico, analisou uma série de realizações linguísticas, entre outras, as relacionadas à colocação dos pronomes oblíquos átonos, à regência e concordância verbais e ao uso da forma pronominal de primeira pessoa do plural *a gente*, como sujeito, em grandes jornais impressos brasileiros do ano de 2007. A pesquisadora observou que, de 197 casos de uso da primeira pessoa do plural, apenas quatro casos foram de *a gente*, o que demonstra uma atitude de imposição dos jornais impressos em relação ao uso de um elemento linguístico desconsiderado como pronome de primeira pessoa do plural pelas gramáticas tradicionais. Da análise dos resultados gerais encontrados, a pesquisadora concluiu que a proporção de usos linguísticos afins ao padrão de linguagem prescrito pelas gramáticas tradicionais era significativamente maior do que os usos não coincidentes com esse padrão.

Além da restrição ao uso de *a gente*, é importante salientar que independentemente do gênero, a teoria jornalística postula que deve ser evitado o uso do pronome de primeira pessoa, privilegiando o uso da terceira, em vista do princípio da imparcialidade. Isso pode ser verificado a partir da comparação do número de textos analisados por Marques (2010) com o total de dados de uso da primeira pessoa do plural. Da análise de 147 textos, foram coletados 197 usos da primeira pessoa do plural, observa-se uma proximidade numérica entre número de textos e ocorrências da primeira pessoa do plural que confirma a restrição de uso da primeira pessoa no discurso jornalístico impresso. Essa imposição pode ser observada a partir da análise dos manuais de redação do jornal O Estado de S. Paulo (1990) e do jornal Zero Hora (1994), dois jornais de grande circulação no Brasil.

O recurso à primeira pessoa só se justifica, em geral, nas crônicas. Existem casos excepcionais, nos quais repórteres, especialmente, poderão descrever os fatos dessa forma, como participantes, testemunhas ou mesmo personagens de coberturas importantes. Fique a ressalva: são sempre casos excepcionais. (O Estado de S. Paulo, 1990, p. 19)

A redação de um texto com o uso da primeira pessoa pelo autor pode ser um eficiente recurso para atrair a atenção do leitor, mas evite vulgarizações. Antes do uso da primeira pessoa, consulte do diretor de redação ou editor-chefe. (ZH, 1994, p. 70)

Embora, em geral, o uso da primeira pessoa seja restringido pelos discursos do domínio jornalístico impresso e, em específico, seja restringido pelos jornais Folha de S. Paulo e Zero Hora, acredita-se, com base nas afirmações de Puzzo (2008) e na própria delimitação entre gêneros textuais opinativos e informativos, que há variabilidade de aceitação do uso da primeira pessoa em vista de alguns discursos jornalísticos serem mais suscetíveis a intervenções subjetivas do que outros, ideia que será explanada na próxima seção deste trabalho.

4.3 Língua, linguagem e a interface entre oralidade e escrita

Perguntado sobre o objeto de estudo da Sociolinguística, Labov (2007, p. 2) afirma ser a *língua* o objeto alvo do trabalho em variação linguística. Sendo a Sociolinguística laboviana o alicerce fundamental para o estudo da variação entre *nós* e *a gente*, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a concepção de língua que permeia este estudo e sobre a relação entre linguagem oral e escrita.

A língua é um modo sofisticado de expressão de um povo. Ela comporta, em sua definição, uma estrutura gramatical e uma realidade funcional, esta manifesta a partir da linguagem. A linguagem constitui-se na forma de inserção e tomada de consciência dos sujeitos na sociedade, uma vez que, conforme Benveniste (1976, p. 286), a partir da linguagem o locutor se situa como um “*eu*” no mesmo instante que instaura o seu interlocutor “*tu*”.

A linguagem se realiza por meio de formas típicas de enunciados/discursos que se encontram atreladas às diversas esferas da atividade humana (BAKHTIN, 1992, p. 279). Os sujeitos, em vista das suas necessidades sociais, convencionam modos discursivos para realização das práticas sociais, chamados gêneros discursivos.

As realizações discursivas/enunciados, instauradas para o cumprimento de uma função social, circulam na sociedade a partir das modalidades escrita e oral da língua e se realizam através de variados padrões de linguagem. Exemplo disso, é que o discurso oral pode contemplar desde uma conversa com um amigo, por meio de um padrão linguístico mais informal, a uma palestra pública, a partir de um padrão de linguagem mais formal. Já o discurso escrito pode contemplar desde um bilhete de filho para sua mãe, em um padrão de

linguagem mais informal, até um documento jurídico, produzido em um padrão linguístico mais formal.

Embora a linguagem oral e a escrita constituam-se em duas modalidades de realização linguística completamente eficazes para esse fim, a linguagem escrita é bem mais valorizada do que a linguagem oral nas sociedades letradas. Observa-se que se for pedido a uma pessoa não estudiosa de língua comentários sobre escrita e fala certamente dos seus comentários observar-se-á que, essencialmente, a escrita será tratada como um meio sofisticado de realização da língua, enquanto a fala será descrita como uma forma primária de realização linguística. Dessa concepção, percebem-se duas crenças que não correspondem à realidade da língua: a crença de que fala e escrita constituem dois sistemas linguísticos completamente opostos e a crença de que o sistema escrito da língua é mais bem estruturado do que o sistema oral. Acredita-se que, basicamente, são três os fatores que colaborariam para concretização dessa valorização positiva da escrita em detrimento da fala.

O primeiro fator consiste na funcionalidade da escrita como um meio de registro de informações. Olson (1997, p. 165) afirma que a materialidade linguística e a interpretação realizam-se concomitantemente na fala, já a escrita “estabelece uma diferenciação entre *dado* e o *interpretado*”, ou seja, a escrita propicia o registro de uma enunciação e, conseqüentemente, a possibilidade de múltiplas interpretações para o enunciado, por meio das leituras feitas desse enunciado ao longo dos tempos.

Olson (1997, p. 163-178) trata a *escrita* como elemento fundamental e a *imprensa* como elemento complementar para a realização da *Reforma Protestante* e para o surgimento da *ciência moderna*. Com o advento da imprensa, o cristão passou a ter acesso direto ao conteúdo do livro sagrado, e, conseqüentemente, a ter condições de tecer suas próprias interpretações sobre o conteúdo desse livro, as discussões provenientes da diversidade de interpretações do conteúdo do livro serviram como estopim para a deflagração da Reforma Protestante. Além disso, a escrita, em específico, oportunizou o registro das observações científicas, enquanto a imprensa possibilitou uma maior divulgação dessas observações, culminando para o desenvolvimento da ciência moderna.

O segundo fator diz respeito à influência do modo diferenciado de aquisição das duas modalidades de linguagem. Enquanto a linguagem oral é adquirida de maneira natural, em contextos formais e informais do dia-a-dia, a linguagem escrita é aprendida através de práticas de letramento escolar. A necessidade de um ensino formal para a aquisição da escrita e a naturalidade do processo de aquisição, ou seja, as formas diferenciadas de aquisição dessas

modalidades de linguagem possibilitaram o entendimento de que a linguagem oral é um sistema menos complexo do que a escrita.

O terceiro fator corresponde ao papel do ensino escolar que, objetivando ensinar a escrita e o padrão linguístico prescrito pelas gramáticas tradicionais, associa esses dois elementos, criando a falsa impressão de que a linguagem escrita pode se dar apenas a partir do padrão linguístico postulado pelas gramáticas, padrão esse tido tradicionalmente como o melhor ou até mesmo como o único. Segundo Gnerre (1998, p. 7-8), a associação de um padrão da língua com a escrita acarreta para a esse padrão de linguagem uma valorização positiva em relação aos outros, em virtude de a escrita registrar e, assim, legitimar esse padrão. Pode-se pensar, também, que a fixação, pela linguagem escrita, de uma variedade de prestígio levaria à conscientização de uma ordem de supremacia da escrita em relação à fala.

A associação da variedade padrão da língua com a escrita aliada à falta de um trabalho de análise apurado da linguagem oral pelo ensino escolar propiciam uma visão dicotômica em relação às modalidades escrita e oral de linguagem. Tradicionalmente, a *escrita* é tratada como uma forma de realização linguística homogênea e estável e a *fala* é entendida como uma maneira de realização linguística marcada pela heterogeneidade e pela instabilidade. Essa é uma construção ideal de discurso falado e discurso escrito que se vê a partir do seguinte quadro explicitado por Marcuschi (2007, p. 27):

Quadro 4 - Relação dicotômica entre fala e escrita

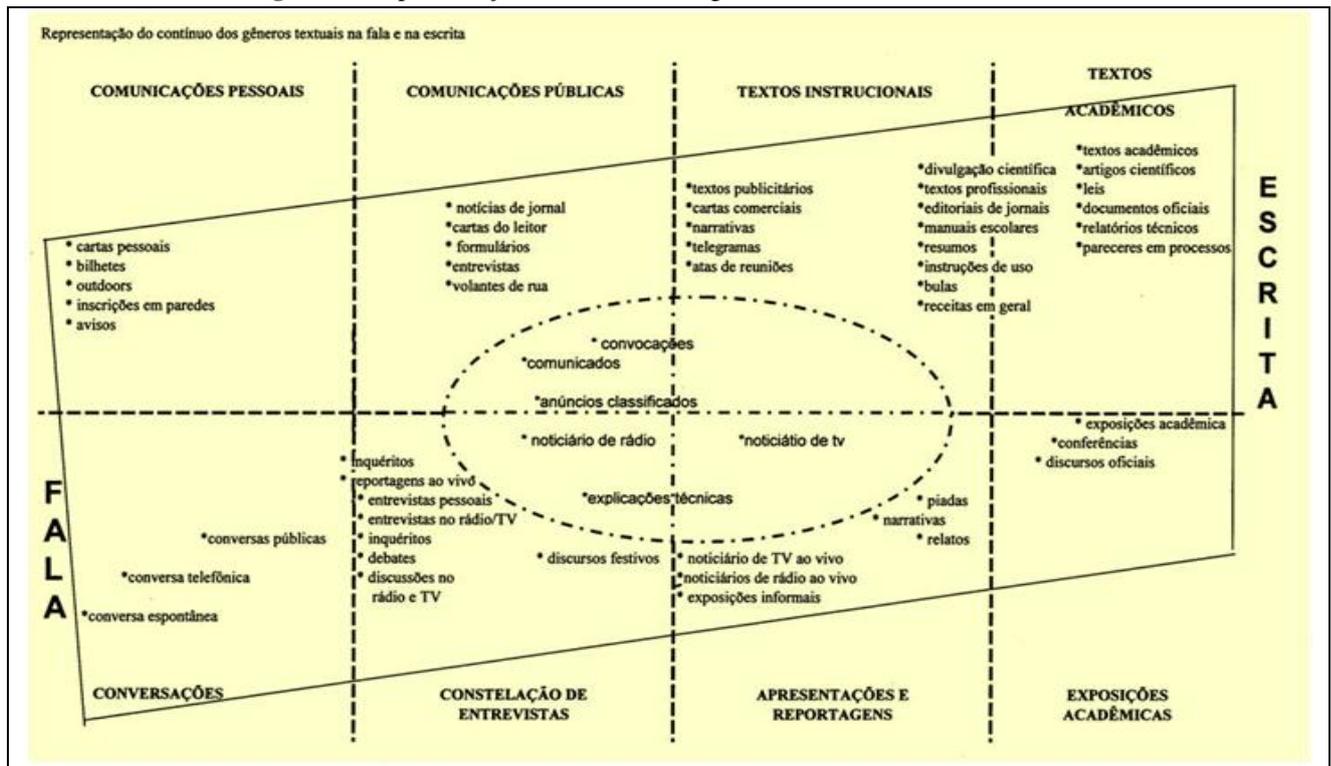
Fala versus Escrita	
Descontextualizada	Contextualizada
Dependente	Autônoma
Implícita	Explícita
Redundante	Condensada
Não planejada	Planejada
Imprecisa	Precisa
Não normalizada	Normalizada
Fragmentária	Completa

Ao contrário da descrição dicotômica das duas modalidades linguísticas, a realidade linguística mostra que a linguagem oral é tão bem estruturada quanto à escrita e que ambas as modalidades podem realizar-se a partir de diferentes variedades de uma língua. Além disso, a realidade linguística mostra que fala e escrita não consistem em dois sistemas linguísticos, mas subsistemas bem estruturados de um mesmo sistema linguístico, já que as duas modalidades permitem a construção de discursos coesos e coerentes. É inegável que ambas

diferenciam-se, por exemplo, em função de sua forma representacional, visto que a escrita realiza-se pelo meio gráfico enquanto a fala realiza-se pelo meio sonoro, mas essas diferenças não conferem a uma ou outra modalidade de linguagem um potencial maior ou menor de eficácia comunicacional, ambas são modos de realização linguística muito eficientes, do contrário, não teriam razão de existir.

Marcuschi (2007, p. 37) salienta que propriedades mais características ao discurso oral circulam pelo discurso escrito, assim como características mais comuns do discurso escrito circulam pelo discurso oral. Os usos cotidianos da língua revelariam o estreitamento da relação entre as duas modalidades linguísticas. A exemplo disso, destaca-se o *noticiário de televisão* que é um discurso escrito para ser lido, claramente uma atividade discursiva caracterizada pela hibridez conferida pela relação entre propriedades características da fala e da escrita. Uma *entrevista de jornal impresso*, discurso oral para ser escrito, também se constitui, de maneira bastante clara, como um discurso híbrido. Em virtude dessa compreensão, Marcuschi define que as diferenças entre fala e escrita não são polares, mas se dão dentro de um *continuum* descrito a partir da seguinte ilustração:

Figura 3 - Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita



Fonte: MARCUSCHI, 2007, p. 41.

A ilustração mostra que a diferenciação entre discursos escritos e discursos orais não se consolidam por meio de uma relação dicotômica, mas a partir da gradualidade de propriedades características dos dois domínios discursivos. Conforme afirma, também, Kittay “cultura escrita e a oralidade, tais como as conhecemos, interpenetram-se e mostram-se interdependentes” (KITTAI, 1997, p. 180), ou seja, as atividades discursivas abarcam características das duas modalidades da língua, apresentando-se como realidades discursivas híbridas. A configuração linguística dos discursos jornalísticos, proposta no quadro definido por Marcuschi (2007, p. 41), corrobora a ideia de que os discursos jornalísticos orais e escritos apresentam em maior ou menor grau características mais típicas da modalidade escrita de linguagem e características mais típicas da modalidade oral de linguagem.

Com o intuito de mostrar especificidades do texto jornalístico, apresentam-se, na próxima seção deste trabalho, algumas caracterizações desse tipo de texto, realizadas pela teoria jornalística.

4.4 Gêneros textuais jornalísticos

Os primeiros estudos sobre gêneros foram realizados por Platão e Aristóteles, que criaram classificações de gêneros retóricos em vista da estrutura dos textos e das intenções de superfície que diferenciavam uma categoria de gêneros da outra. Platão, primeiramente, cria uma classificação binária: Gênero Sêrio e o Gênero Burlesco. Depois, constrói uma classificação ternária de gêneros: Gênero Mimético ou Dramático, Gênero Expositivo ou Narrativo e o Gênero Misto – a epopéia. Aristóteles criou a seguinte classificação ternária: Gênero Poesia de Primeira Voz, Gênero Poesia da Segunda Voz e o Gênero Poesia de Terceira Voz (MACHADO, 1995, p. 151-152).

Essa orientação serviu de base para a categorização clássica dos gêneros jornalísticos brasileiros, criada a partir da década de 1960, por meio da iniciativa de Luiz Beltrão e de seu seguidor José Marques de Melo. Beltrão produziu as obras intituladas *Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1976) e *Jornalismo Opinitivo* (1980), das quais se depreende a clássica classificação de gêneros jornalísticos que se expõe abaixo:

Quadro 5 - Gêneros jornalísticos por Beltrão

Jornalismo Informativo	Jornalismo Interpretativo	Jornalismo Opinativo
Notícia Reportagem História de Interesse Humano Informação pela Imagem	Reportagem em Profundidade	Editorial Artigo Crônica Opinião Ilustrada Opinião do Leitor

Mais tarde, na obra *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro* (2003), Melo construiu a seguinte classificação de gêneros jornalísticos:

Quadro 6 - Gêneros jornalísticos por Melo

Jornalismo Informativo	Jornalismo Opinativo
Nota Notícia Reportagem Entrevista	Editorial Comentário Artigo Resenha Coluna Crônica Caricatura Carta

Verifica-se que a categorização de gêneros estabelecida por Beltrão e Melo é bastante ampla. Tendo em vista que as crônicas, os artigos, os editoriais e as entrevistas são elementos fundamentais de todo jornal impresso e consistem nos gêneros textuais levados em consideração por este estudo, passa-se a explicitação dos conceitos atribuídos a eles com base na clássica teoria de gêneros jornalísticos.

A crônica, segundo Melo, “representa uma narrativa do cotidiano muito difícil de ser realizada, porque além de envolver conhecimento técnico, envolve dom artístico” (MELO, 2003, p. 161). As crônicas são uma herança do jornalismo francês praticado no século XIX, um jornalismo de caráter doutrinário e opinativo, realizado a partir de uma linguagem rebuscada e entendido como literatura. Nesse tipo de jornalismo, surge o folhetim, um espaço que, no início, abrigava, por exemplo, curiosidades, charadas, receitas culinárias e narrativas

ficcionalis, firmando-se, mais tarde, como um espaço exclusivo para apresentação das narrativas de ficção (BULHÕES, 2007, p. 32).

Em 1930, os folhetins passam a fazer parte do jornalismo brasileiro por meio, entre outros, da escrita dos romancistas Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. As crônicas brasileiras originam-se dos folhetins e, por essa razão, são caracterizadas como um gênero textual que abarca características do discurso jornalístico e do literário. Comumente, as crônicas são definidas como textos de extensão curta, através dos quais se comentam assuntos do cotidiano (abordados em outras colunas do jornal ou não), e que têm o propósito de produzir uma reflexão a partir das considerações particulares do cronista.

Portanto, a qualidade literária da crônica diferencia-se do caráter mais objetivo dos outros discursos jornalísticos. Considerando essa particularidade do gênero, Ferron sustenta que

a presença da crônica como uma perturbação junto ao critério de veracidade estabelecido pelo jornal. Perturbação que transfere, em certa medida, para o jornal a qualidade da incompletude – característica da literatura que problematiza o real – provocando uma abertura na pretensão jornalística de dar conta da totalidade dos fatos e de esgotar as discussões. (FERRON, 2009, p.4)

Puzzo (2008, p. 3) afirma que há discursos mais refratários à intervenção individual do que outros. Entre eles, encontram-se os textos opinativos, mais suscetíveis à intervenção subjetiva por parte do locutor, sendo o gênero textual crônica ainda mais favorável à subjetividade do que todos os seus parceiros discursivos (discursos opinativos e informativos) do domínio jornalístico. Esse entendimento parte da compreensão de que a partir da crônica se processa uma espécie de conversa informal entre locutor e interlocutor, pautada pela argumentação do locutor e pela ação responsiva pressuposta do interlocutor. A crônica configura-se na matéria linguística que intermedeia uma relação bastante próxima entre locutor e interlocutor que refletem conjuntamente sobre um acontecimento social. Essa atividade comunicativa, entre os interlocutores do discurso, aproxima, fortemente, esse discurso escrito das características do discurso oral.

Outro gênero jornalístico presente em todos os jornais é o editorial, que se caracteriza por ter uma configuração discursiva mais distante da conversa espontânea, podendo ser entendido como um discurso que apresenta propriedades linguísticas mais características da modalidade escrita. Tomando-se a conceituação de Rabaça e Barbosa, o editorial é compreendido, tradicionalmente, como um “texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos locais,

nacionais ou internacionais de maior relevância” (RABAÇA E BARBOSA, 2001, p. 255). O editorial define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação.

Melo (2003) e Carmelino & Pernambuco (2008) salientam que editoriais não encerram apenas a voz da empresa jornalística, mas também de anunciantes e financiadores da empresa jornalística. Por isso, seriam escritos em terceira pessoa e não seriam assinados. Melo (2003, p.105) considera os editoriais instrumentos dos jornais para o “trabalho de coação ao Estado em defesa dos interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam”. Nesse sentido, o mito da imparcialidade da empresa jornalística em relação ao que enuncia se desfaz.

Enquanto os editoriais expressam a opinião da empresa jornalística, os artigos se constituem em um meio de expressão dos julgamentos sobre acontecimentos sociais por parte de jornalistas ou de pessoas que não fazem parte da empresa jornalística, mas que têm grande destaque social, como empresários, cientistas, professores, políticos, entre outros. Rodrigues (2001, p. 126) compreende o artigo “como um gênero onde se constrói a defesa de um ponto de vista particular a respeito de um tema da atualidade que, segundo os manuais, não precisa coincidir com a opinião do jornal”.

Boff, Köche, Marinello (2009, p. 5-6) consideram que a produção do artigo de opinião ocorre em vista de um problema que será discutido em prol de uma solução. Desse modo, podem ser estruturados da seguinte forma: situação-problema, discussão e solução-avaliação. Além disso, os autores afirmam, a partir das considerações de Bräkling (2000) e Pereira (2006), que o propósito dos artigos consiste em persuadir o interlocutor em relação a algo, sendo usadas outras vozes sociais para a sustentação de seus argumentos (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p. 3-4). Supõe-se que a clara intenção do locutor do artigo em persuadir o seu interlocutor a fim de sanar um problema confere uma relação de proximidade significativa entre os parceiros do discurso.

Segundo Cascais (2001), as entrevistas jornalísticas constituem-se nos atos fundadores do jornalismo profissional ou do nascimento do repórter. O objetivo geral do gênero seria “relatar a voz de algum participante da sociedade” e em específico “relatar a voz de personagem relacionada a fato noticioso” (BORBA, 2007, p. 67). As entrevistas do jornalismo impresso são o resultado claro da junção entre propriedades características da fala com características da escrita.

Embora a entrevista jornalística se processe a partir da modalidade oral, acaba adquirindo características mais ligadas à modalidade escrita da linguagem. Marcuschi afirma que “toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra” (MARCUSCHI, 2007, p. 48). A essas atividades, o autor dá o nome de retextualização. As entrevistas presentes em um jornal são fruto desse processo, que compreende a conversão de um discurso oral em discurso escrito. Essa atividade acaba por eliminar marcas mais salientes da linguagem oral, como, por exemplo, marcas de hesitação do falante e construções linguísticas (gírias, palavrões, usos da língua que destoam das normas de linguagem prescritas pelas gramáticas).

4.5 Orientação bakhtiniana dos gêneros discursivos

Diferentemente desses estudos classificatórios, a análise sócio-discursiva dos gêneros de base bakhtiniana não considera uma categorização de gêneros *a priori*, ou seja, o gênero de um discurso só pode ser apreendido em vista das intenções desse discurso, depreendidas do processo dialógico, formador do próprio discurso. Nesse sentido, entende-se que a classificação de gêneros jornalísticos não consegue caracterizar com precisão o caráter dos discursos jornalísticos, por basear-se na estrutura textual e em uma análise superficial, generalizadora, das intenções dos discursos.

O surgimento da análise sócio-discursiva bakhtiniana, no século XX, transgride os limites dos estudos realizados pela Linguística a partir da instauração da concepção dialógica da linguagem. Olhar para a linguagem a partir dessa concepção significa descartar o entendimento de *texto* como uma unidade de sentido e de atividade discursiva, como aquela que se desenvolve a partir da fala de um locutor e da recepção passiva dessa fala por um ouvinte. Bakhtin (1992, p. 330) conceitua *texto* como uma unidade da língua com propriedades de natureza, especificamente, gramaticais e define enunciado como o texto acrescido de intencionalidade. Além disso, Bakhtin (op. cit., p. 290) define a *atividade discursiva* como uma construção que parte da atuação dialógica ativa do enunciatário em relação ao enunciatário e do enunciatário em relação ao enunciatário.

Bakhtin salienta que “o ouvinte dotado de uma compreensão passiva, tal como é representado como parceiro do locutor nas figuras esquemáticas da linguística geral, não

corresponde ao protagonista real da comunicação verbal” (op. cit., p. 291). O teórico entende que todo ato comunicativo realizado pelo locutor se realiza em função de uma atitude responsiva do interlocutor, seja de aceitação ou refutação do dito e seja essa resposta verbalizada ou não, pois o discurso só tem razão de existir porque será respondido implicitamente ou explicitamente pelo interlocutor.

A partir da análise discursiva bakhtiniana, instaura-se o entendimento de que os sujeitos não trocam textos, palavras e nem mesmo orações, mas *enunciados*, “unidades reais de comunicação verbal” (BAKHTIN, op. cit., p. 293), produtos da atividade discursiva desempenhada pelos sujeitos sociais. Segundo Bakhtin, os enunciados atuam como resposta a outros enunciados “refutando-os, confirmando-os, completando-os” (op. cit., p. 316). Em vista disso, inexistiria discurso inaugural. Logo, o interior de cada discurso seria marcado por intertextualidade de vozes sociais/discursos sociais, que confere um caráter polifônico aos discursos.

A análise bakhtiniana de gêneros discursivos dá atenção à natureza funcional da língua, especificando que para cada esfera da atividade humana, seja ela artística ou prosaica, são criados “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, op. cit., p. 279), denominados de Gêneros Discursivos. Os gêneros discursivos são as formas típicas de enunciados construídos para realização das práticas sociais, passíveis de reformulação em vista da atualização das práticas sociais. Na ausência dessa convenção enunciativa, a comunicação entre os sujeitos sociais seria quase impossível.

Bakhtin (op. cit., p. 279-280) considera que os gêneros constituem-se a partir de três elementos: conteúdo temático típico (finalidade discursiva), estilo verbal (escolhas lexicais, fraseológicas) e composição (estruturação do texto). Cada gênero caracteriza-se pelo tratamento de uma determinada temática. O gênero editorial, por exemplo, tem como temática o posicionamento da empresa jornalística sobre temas polêmicos, quase sempre sobre fatos políticos; tem, como estilo verbal, uma linguagem em terceira pessoa bastante formal e, em termos de composição, é um texto não assinado, apresenta uma argumentação bem fundamentada e tem uma estrutura textual bem delimitada com começo, meio e fim.

Ilari & Basso (2006, p. 185-186) descrevem com muita clareza o caráter constitutivo dos gêneros afirmando que cada gênero apresenta um vocabulário e uma gramática que lhes são próprios. Desse modo, cada gênero comportaria uma sublíngua exclusiva. Essa sublíngua se caracterizaria pela frequência de certos elementos lexicais e pela frequência de construções gramaticais que não seriam comuns em outros gêneros. Porém, embora os gêneros apresentem

características próprias que os diferenciam um do outro, considera-se que apresentam uma linguagem fortemente marcada pela natureza do veículo adotado na sua transmissão.

Bakhtin (1992, p. 281) classifica os gêneros discursivos em duas categorias: *primários*, que dizem respeito aos enunciados de natureza composicional simples, como, por exemplo, os diálogos espontâneos do dia-a-dia, e *secundários* que consistem nos enunciados de natureza composicional complexa, tais como discursos acadêmicos e os discursos do jornalismo impresso. Bakhtin chama a atenção para o fato de que pode haver inter-relação entre as duas categorias de gêneros: os gêneros secundários absorveriam os gêneros primários, o que acarreta a configuração de gêneros híbridos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas sociolinguísticas realizam-se para a investigação de processos de variação linguística. Para a análise desses processos, o pesquisador coleta, preferencialmente, grande amostra de dados linguísticos; considera, de maneira hipotética, alguns fatores que condicionariam a variação; e, por fim, analisa qualitativamente e quantitativamente os dados (por meio de programas estatísticos computacionais), em vista dos condicionantes controlados. Neste capítulo, explicitam-se os procedimentos metodológicos empregados neste trabalho. Inicialmente, expõem-se as etapas da pesquisa; em seguida caracteriza-se o ambiente da coleta dos dados; e, por fim, especificam-se a variável dependente e as variáveis independentes controladas.

5.1 Etapas da pesquisa

Para a realização da pesquisa constituiu-se uma amostra de 3.532 dados, referentes às variáveis *nós* e *a gente* em posição sujeito, a partir da análise de 2.103 textos opinativos (crônicas, artigos, editoriais e comentários esportivos) e entrevistas, do ano de 2011, do jornal Zero Hora. A sequência de textos do jornal Zero Hora mantém-se a mesma, porém esse jornal não distribui os textos na mesma numeração de páginas. Foram analisados textos de edições com, por exemplo, 68, 76, 88, 96, 196 e 232 páginas. Foram analisados, no primeiro caderno do jornal, uma crônica da página 2 e uma da página 10, de um a dois editoriais da página 12 e de dois a três artigos da página 13; já no segundo caderno do jornal, foram analisados uma crônica da página 3 e uma crônica da página 6, de um a quatro comentários esportivos das páginas 51 a 53 e uma crônica da penúltima página. As crônicas da página 2 têm um autor (todos do jornal) diferente para cada dia da semana, a crônica da página 10 tem autoria única de um jornalista de Zero Hora, as crônicas da página 3 e 6 são realizadas por diferentes autores pertencentes ou não à empresa jornalística, os artigos são escritos por colaboradores do jornal e os comentários esportivos são de autoria de diferentes jornalistas de Zero Hora.

Da leitura dos gêneros textuais do jornal foi constituída uma amostra de gêneros discursivos que compreende 452 discursos informativos, 28 discursos humorísticos, 199

discursos de crítica, 328 discursos de reflexão, 362 discursos de alerta, 616 discursos de análise e 118 entrevistas.

Os dados foram coletados entre os meses de Janeiro a Agosto de 2012, e codificados em vista das variáveis independentes controladas. Após, foi realizada a análise estatística dos dados, a partir do programa Goldvarb 2003, um programa computacional proveniente de um conjunto de programas chamado VARBRUL, que quantifica a influência das variáveis independentes sobre a realização da variável dependente considerada (GUY & ZILLES, 2007).

5.2 Caracterização do ambiente de coleta: jornal Zero Hora

O jornal Zero Hora (ZH) foi fundado em 4 de maio de 1964, na cidade de Porto Alegre/RS, por Maurício Sirotsky Sobrinho, sob a influência do modelo jornalístico norte-americano, consolidado no início do século XX. ZH passa a ser o jornal mais vendido no Rio Grande do Sul na década de 80 numa fase de decadência de seus concorrentes Folha da Tarde, Folha da Manhã, que tiveram suas atividades encerradas, e Correio do Povo, que teve suas atividades encerradas provisoriamente nesse período. Hoje, constitui-se em um jornal de circulação diária em todo o Rio Grande do Sul, sob a direção de Nelson Sirotsky, e pertence ao Grupo RBS e tem sua sede na cidade de Porto Alegre/RS.

Trinta anos depois da fundação do Jornal Zero Hora, foi criado por seus editores, sob a supervisão do chefe de redação Marcelo Rech, o *Manual de Ética, Redação e Estilo* (1994). Da leitura do manual, depreende-se a ideia de que o jornalista da Zero Hora deve utilizar-se de um padrão de linguagem culto, de uma linguagem objetiva, em terceira pessoa a fim de que seja produzido um texto elegante e isento de qualquer intervenção subjetiva por parte do jornalista.

5.3 Variáveis Controladas

5.3.1 Variável Dependente

A variável dependente deste trabalho consiste na forma de realização do pronome pessoal de primeira pessoa do plural no português brasileiro: *nós* e *a gente*.

0 – *nós*

1 – *a gente*

5.3.2 Variáveis Independentes

Com base em trabalhos anteriores de análise da alternância *nós* x *a gente*, este trabalho considerou as seguintes variáveis independentes: Linguísticas: *modo de apresentação da forma pronominal; paralelismo formal, determinação do referente, saliência fônica e tempo verbal* e Extralinguística: *gênero discursivo*.

5.3.2.1 Variáveis Linguísticas

5.3.2.1.1 Modo de Apresentação da Forma Pronominal

Esta variável diz respeito ao uso explícito ou implícito das formas pronominais *nós* e *a gente* em posição sujeito. Duarte (2003) e Villarinho (2006) referem-se a uma tendência de preenchimento do sujeito pronominal na língua portuguesa brasileira.

Duarte (2003, p. 115) afirma que “os índices de preenchimento do sujeito pronominal no Brasil são bem superiores aos apresentados pelas chamadas línguas românicas de sujeito nulo, como o Espanhol, o Italiano e a variedade europeia do português”. Villarinho (2006,

p.5), baseando-se em resultados de estudos sobre as diferenças sintáticas entre o Português Europeu e o Português Brasileiro, diz que “de uma língua estritamente de sujeito nulo (visto que veio do Português Europeu), o Português Brasileiro passou a demonstrar uma preferência significativa pela utilização de plenos”.

Duarte (2003, p. 115) salienta que a tendência de preenchimento do sujeito pronominal tem sido explicada como um fenômeno decorrente da simplificação dos modos de flexão verbal do Português Brasileiro, apontada por Zilles (2005). Zilles considera que a entrada de *você(s)* (forma pronominal de segunda pessoa do singular/plural) e *a gente* (forma pronominal de primeira pessoa do plural) acarretaram uma redução dos modos de flexão verbal em favor do uso da flexão de terceira pessoa singular/plural. Portanto, a *gente*, embora seja uma forma pronominal de primeira pessoa do plural, costuma realizar concordância com verbos flexionados em terceira pessoa do singular, a razão mais evidente para a concordância irregular consiste no fato de *a gente* preservar o tipo de concordância realizada pelo nome latino do qual se origina.

Exemplos:

“**A gente restringe** horários de visita.” (Fabiana Dressler – 15/11/11 – Entrevista)

“Está de um jeito o nosso trânsito, que **a gente tem** de se cuidar muito mais do carro que vem atrás de *nós* do que do carro que vai na nossa frente.” (Paulo Sant’Ana – 05/04/11 – Crônica/Alerta)

Verifica-se, então, que a forma pronominal *a gente* tende a realizar concordância verbal irregular, já que se comporta, funcionalmente, como pronome de primeira pessoa do plural e realiza concordância verbal com verbos na terceira pessoa do singular (BORGES, 2004; BRUSTOLIN, 2010; MARQUES, 2010). Logo, em virtude dessa irregularidade, as realizações de *a gente* se dariam, principalmente, de modo explícito, já que a não explicitação de *a gente* diante de um verbo em terceira pessoa do singular não permitiria recuperar o sujeito com o qual o verbo realiza a concordância. A entrada de *a gente*, assim como de *você(s)*, estaria contribuindo para a tendência de preenchimento do sujeito pronominal no Português Brasileiro.

Em função desse entendimento, as seguintes hipóteses foram formuladas:

- O uso de *a gente* ocorre, principalmente, de maneira explícita;
- Não há variação expressiva de uso explícito e implícito do pronome *nós*.

Exemplos:

i. *Nós* (explícito)

“**Nós** projetamos um mundo em 2012 em que o crescimento terá desaceleração.” (Marco Tronchetti Provera – 04/12/11 – Entrevista)

ii. *Nós* (implícito)

“Um resultado revelador de quanto ainda **o ignoramos** o exercício da solidariedade.” (Zero Hora – 08/07/11 – Editorial/Análise)

iii. *A Gente* (explícito)

“Acrescente-se à facilidade tecnológica o receio de que a vida não registrada se perca se não for captada em 10 megapixels, e está instaurada a mania de engarrafar sensações para degustar, com calma, no futuro – já que, para aproveitar a vida agora mesmo, **a gente** anda meio sem tempo...” (Cláudia Laitano – 23/04/11 – Crônica/Reflexão)

iv. *A Gente* (Implícito)

“Quando a gente acredita em rótulos, **o acredita** que existem regras, naquilo que deve ou não fazer.” (Neil Gaiman – 03/01/11 – Entrevista)

5.3.2.1.2 Paralelismo Formal

Este fator designa um fenômeno de repetição de formas linguísticas, dentro de um enunciado ou entre orações, de formas linguísticas com características morfossintáticas

semelhantes, amplamente referenciado a partir do postulado de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros” (POPLACK, 1980 e SCHERRE, 1988).

Lopes (1993), quando trata do paralelismo formal, salienta dois tipos de interpretação a respeito das causas desse fenômeno, uma das interpretações consiste no entendimento de que ele decorreria de um processamento mecânico, referenciado por Poplack (1980), Schffrin (1981), Lefebvre (1981), Weiner e Labov (1983). A outra interpretação diz respeito à compreensão do paralelismo formal como um fenômeno motivado por aspectos cognitivos, considerado por Scherre (1988), Gryner (1990) e Scherre (1998).

Lopes (1993, p. 43) entende o paralelismo formal como um fenômeno de repetição automática de formas linguísticas que parte da vontade consciente do falante a fim de criar uma harmonia discursiva. Nesse sentido afirma que “a repetição de formas linguísticas semelhantes, numa série, é condicionada por fatores discursivos (referência +/- determinada, estilo +/- formal).

Scherre (1988, p. 301), como Lopes (1993), compreende o paralelismo como resultado de uma opção consciente de um falante, mas para isso o falante se valeria de uma capacidade cognitiva para a repetição. A pesquisadora define que o paralelismo como “uma tendência geral de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas, o que criaria uma harmonia formal que tornaria o discurso mais coeso, sendo a repetição motivada por algum princípio mental associativo que pode estar ligado a uma das formas da mente operar”.

Além de ser considerada como um elemento importante para a análise de processos de variação que envolve a segunda pessoa pronominal (LOREGIAN, 1996 e 2004; AMARAL, 2003), a variável Paralelismo Formal foi selecionada como mais relevante para o uso de *a gente* nos trabalhos de Lopes (1993); Machado (1995); Aires, Souza e Zilles (2002); e Borges (2004).

Os estudos referentes ao comportamento de *a gente* têm revelado uma forte tendência de uso da forma pronominal em sequências paralelas (OMENA, 1996[1978]; MACHADO, 1995; AIRES, SOUZA e ZILLES, 2002; BORGES 2004; BRUSTOLIN, 2010). A fim de verificar o papel do paralelismo formal nesta pesquisa, foram levadas em consideração as seguintes sequências discursivas:

- a – Primeira Referência
- b – Sequência Discursiva Paralela
- c – Sequência Discursiva Não Paralela

Exemplos:

i. Primeira Referência

“Eu acho que também que o fato de os personagens não serem tão fechados, tão delimitados em si mesmo, permite que **a gente** tenha afeição por eles. Porque reconhece neles pessoas. *A gente* tem vontade de proteger, de amparar...” (Rubens Figueiredo – 17/12/11 – Entrevista)

ii. Sequência Discursiva Paralela

“Basta **a gente** empurrar o pedal para trás que a roda de trás bloqueia. Era o modelo ideal para fazer cavalo - de - pau em pista de terra. **A gente** embalava e, no ponto escolhido, largava todo o peso do corpo no pedal, girando levemente a roda da frente.” (Nilson Sousa – 12/03/11 – Crônica/Informativo)

iii. Sequência Não Paralela

“Ninguém deveria ficar surpreso com atitudes corretas, mas **ficamos**, porque **a gente** se acostumou a ver cenas de pessoas que aproveitam circunstâncias de vulnerabilidade para invadir supermercados, levando tudo o que podem, sem pensar um segundo que aquela mercadoria tem dono, ele apenas não está de vigília.” (Martha Medeiros – 16/03/11 – Crônica/Alerta)

Em vista dos resultados apresentados por outros trabalhos, chegou-se à seguinte hipótese:

- Há maior ocorrência de *a gente* em sequências discursivas paralelas.

5.3.2.1.3 Determinação do Referente

Esta variável dá conta do comportamento semântico das formas linguísticas. As gramáticas normativas apresentam *nós* como um pronome que semanticamente representa uma pluralização da primeira pessoa do singular. Benveniste (1988, p. 256) refuta o caráter

semântico atribuído pelas gramáticas normativas ao pronome *nós*, afirmando que “a unicidade e a subjetividade inerentes a *eu* contradizem a possibilidade de uma pluralização”, ou seja, uma mesma pessoa do discurso não pode ser multiplicada em tantas outras, mas pode ser ampliada a partir da associação dela com outras pessoas do discurso. Segundo Benveniste (1988) o pronome *nós* corresponde a um *eu-ampliado*, formado, por exemplo, pelo eu + tu ou, ainda, pelo eu + tu + ele(s).

Segundo o que indicam, por exemplo, as pesquisas de Borges (2004) e Zilles (2005), o uso de *a gente* se intensificou a partir da década de 1960. Essa forma pronominal apresenta, por natureza, um caráter semântico indeterminado, em virtude de constituir-se em um elemento linguístico que se origina do nome latino *géns/géntis* que designava um grupamento de pessoas e, portanto, realizava um tipo de referenciação fortemente genérica. Percebe-se que há uma tendência de uso de *a gente* como modo de referenciação indeterminada, enquanto que *nós* costuma ser escolhido para realização de referenciações mais determinadas (OMENA, 1996[1978]; MACHADO, 1995; SEARA, 2000; AIRES, SOUSA e ZILLES, 2002; BORGES, 2004; ZILLES, 2005; SILVA, 2010).

Tendo em vista a importância do fator determinação do referente para a compreensão da especialização (HOPPER, 1991) de *a gente* como pronome pessoal de primeira pessoa do plural, foi dada atenção por este estudo a essa variável. No entanto, a variável foi delimitada de modo diverso de outros trabalhos, em função da dificuldade de se especificar o grau de determinação ou indeterminação referenciado por *nós* e *a gente* nos textos jornalísticos de Zero Hora. Em decorrência disso, optou-se por considerar dois níveis de determinação: *determinada* e *genérica*, acreditando-se que *a gente* atuaria, principalmente, como forma de referenciação genérica.

Exemplos:

i. *Nós e Nós Implícito* – Referência Determinada

“**Nós (Luane e Peterson)** estivemos juntos pouco tempo, cerca de seis meses. (...) **Ø (Luane e Peterson)** Começamos a conversar e **Ø acabamos** namorando,” (Peterson Bairos Annes – 03/10/11 – Entrevista)

ii. *Nós e Nós Implícito* – Referência Indeterminada

“Se **nós** estamos seguros em nossas casas, se desordeiros ou bandidos não perturbam nosso sossego ou agridem os nossos lares e familiares, **Ø levantemos** os olhos para o céu e **Ø agradeçamos** ao Senhor.” (Paulo Sant’Ana – 14/09/11 – Crônica/Crítica)

iii. *A gente e A gente Implícito* – Referência Determinada

“**A gente (Uma equipe da empresa Lobby, composta por 31 pessoas)** identifica os interesses dos clientes e, depois, **Ø (Uma equipe da empresa Lobby, composta por 31 pessoas)** faz um levantamento no Executivo.” (Antônio Marcos Umbelino Lobo – 04/09/11 – Entrevista)

iv. *A gente e A gente Implícito* – Referência Indeterminada

“Os números da ONU servem exatamente para que **a gente pare** e **Ø pense** em alguns desses problemas.” (Cláudia Laitano – 29/10/11 – Crônica/Alerta)

5.3.2.1.4 Saliência Fônica

Esta variável diz respeito à influência da marca fônica de verbos para a realização de *nós* ou de *a gente*. Entende-se que quanto mais acentuada é a diferença fônica entre duas formas verbais niveladas, ou seja, quanto maior a quantidade de material fônico, maior é a probabilidade de manutenção entre as formas niveladas, ao passo que menores são as chances de manutenção dessa diferença quando as formas verbais niveladas apresentam pouca diferença fônica (LOPES, 1993, p. 57). Apresenta-se, abaixo, uma escala de saliência fônica composta por seis níveis de diferenciação fônica entre formas verbais do singular e do plural.

Nível 1 – infinitivo com acréscimo da desinência *-mos* (*ex.* andar/andamos);

Nível 2 – acréscimo do vocábulo *-mos* e conservação da sílaba tônica (*ex.* andava/andávamos);

Nível 3 – acréscimo do vocábulo *-mos* e deslocamento do acentoônico (*ex.* anda/andamos);

Nível 4 – monossílabos tônicos ou oxítonos no singular que passam a paroxítonos (*ex.* está/estamos),

Nível 5 – acréscimo da desinência *-mos* e redução dos ditongos finais em vogais (*ex.* vai/vamos);

Nível 6 – diferenças fonológicas acentuadas para *nós* e *a gente* (*ex.* é/ somos).

Quadro 7- Saliência fônica

Saliência Fônica			
Grau de diferenciação fônica	Nível	Exemplos	Descrição
Mínimo ↓ Máximo	1	Andar/Andamos	Infinitivo com acréscimo da desinência <i>-mos</i> .
	2	And ava/ And ávamos	Acréscimo o vocábulo <i>-mos</i> e conservação da sílaba tônica.
	3	Anda / And amos Trouxe / Troux emos	Acréscimo do vocábulo <i>-mos</i> e deslocamento do acento tônico.
	4	Está/Estamos Tem/Temos	Monossílabos tônicos ou oxítonos no singular que passam a paroxítonos.
	5	Comeu / comemos Partiu / partimos	Acréscimo da desinência <i>-mos</i> e redução dos ditongos finais em vogais.
	6	Andou/ andamos É/ Somos	Diferenças fonológicas acentuadas para <i>nós</i> e <i>a gente</i> .

A saliência fônica tem se mostrado como um fator de grande influência na alternância entre as formas pronominais *nós* e *a gente* (OMENA, 1996[1978] e 2003; MACHADO, 1995; BORGES 2004; BURSTOLIN, 2010). Os resultados sobre saliência fônica apontam que, em geral, as formas verbais com nível de saliência 1, 2 e 3 são as que mais propiciam o uso da forma pronominal inovadora *a gente*; já as formas verbais com níveis 4, 5 e 6 são as que mais possibilitam o pronome canônico *nós*. Em vista desses resultados, levanta-se a hipótese de que há uma tendência de uso de *a gente* com formas verbais menos salientes e de *nós* com verbos com maior matéria fônica.

Abaixo são apresentados exemplos referentes ao grau de saliência fônica dos verbos com os quais a forma pronominal *a gente* costuma concordar.

i. Grau de Saliência Nível 1

“**A gente escrever** como se estivesse contando um episódio.” (Nilson Souza – 22/10/11 – Crônica/Informativo)

“**Nós**, ao contrário, em vez de **aproveitarmos** o momento positivo de geração de empregos”. (Jocelin Azambuja – 23/09/11 – Artigo/Alerta)

ii. Grau de Saliência Nível 2

“**A gente tinha** que molhar de tempo em tempo no tinteiro.” (Liberato Vieira da Cunha – 27/09/11 – Crônica/Informativo)

“**Nós tínhamos** que nascer com 80 anos”. (Paulo Sant’Ana – 09/11/11 – Crônica/Reflexão)

iii. Grau de Saliência Nível 3

“**A gente** muitas vezes **confunde** com linhas editoriais.” (Luis Fernando Veríssimo – 21/04/11 – Crônica/Alerta)

“**Nós conhecemos** bem o resultado das políticas” (Stela Farias – 26/10/11 – Artigo/Alerta)

iv. Grau de Saliência Nível 4

“Algumas coisas **a gente tem** que fazer sempre.” (David Coimbra – 01/07/11 – Crônica/Reflexão)

“**Nós estamos** muito felizes”. (Ruy Carlos Ostermann – 07/09/11 – Comentário Esportivo/Informativo)

v. Grau de Saliência Nível 5

“**A gente adquiriu** experiência na área.” (Sócios da Neoprospecta – 17/10/11– Entrevista)

“**Nós já conseguimos** desbaratar esse grupo”. (Tarso Genro - político – 11/10/11 – Entrevista)

vi. Grau de Saliência Nível 6

“**A gente protestou** em outras cidades.” (João Carlos dos Santos, Segundo sargento da reserva da Brigada Militar – 04/09/11 – Entrevista)

“**Nós contratamos** a Ernst & Young, que além de ser referência em auditoria se especializou em estádios”. (Giovanni Luigi – 15/12/11 – Entrevista)

5.3.2.1.5 Tempo Verbal

O que se observa, tanto no processo de gramaticalização de *você* quanto no de *a gente*, é que as formas gramaticalizadas realizam concordância com verbos conjugados em terceira pessoa independentemente de cumprirem função, respectivamente, de segunda e primeira pessoas pronominais, mantendo o mesmo tipo de concordância verbal realizada pelas formas nominais das quais originaram. Essa tendência de acompanhamento, de uma forma pronominal de 1° pessoa do plural por verbos na terceira pessoa do singular, tem instigado a curiosidade dos pesquisadores, levando-os a crer que estaria ocorrendo um processo de mudança maior da língua em favor da redução dos modos de concordância verbal a partir da *revolução da terceira pessoa* (Zilles, 2005, p. 27).

No entanto, tendo em vista, especificamente, a concordância de *a gente* com verbos em terceira pessoa, salientam-se as explicações de Fernandes e Gorsky (1986) e Borges (2004). Os linguistas observaram que a concordância poderia ser realizada como um recurso para se evitar ambiguidade entre forma verbal de 1° pessoa do plural no tempo presente e no pretérito perfeito. Fernandes e Gorsky (1986, p. 185) apresentaram os seguintes exemplos para ilustrar o fenômeno:

Formas Ambíguas

Presente: *nós falamos hoje*

Pretérito Perfeito: *nós falamos ontem*

Formas Diferenciadas

Presente - *a gente fala hoje*

Pretérito Perfeito - *a gente falou ontem*

Além da concordância de *a gente* com verbos em terceira pessoa, os trabalhos sobre a variação entre *nós* e *a gente* têm demonstrado que o uso da forma pronominal *a gente* se dá, principalmente, com verbos com menor saliência fônica, ao passo que *nós* tende a associar-se, com verbos mais marcados (OMENA, 1996[1978] e 2003; MACHADO, 1995; SEARA, 2000; SILVA, 2010). Nesse sentido, esta pesquisa considera formas verbais com nível baixo de saliência fônica – Presente – e com maior nível de saliência fônica – Pretérito e Futuro – acreditando-se que as maiores ocorrências de *a gente* dar-se-iam com formas verbais menos salientes.

P – Presente

R – Pretérito

F – Futuro

Exemplos:

i. Presente do Indicativo

“Certas coisas não se ensinam, **a gente é que aprende.**” (José Pedro Goulart – 19/10/11 – Crônica/Reflexão)

ii. Pretérito Perfeito do Indicativo

“Mas \emptyset **tivemos** muitas guerras civis, e por isso \emptyset **importamos** o mangrulho.” (Antônio Augusto Fagundes – 10/12/11 – Crônica/Informativo)

iii. Pretérito Imperfeito do Indicativo

“Ø **Falávamos** de um determinado jogador, que ele visivelmente estava reabilitando no seu time.” (Ruy Carlos Ostermann – 26/10/11 – Comentário Esportivo/Informativo)

iv. Futuro do Presente Simples do Indicativo

“Existem fotografias obrigatórias na nossa existência, fiascos essenciais que Ø **continuaremos** reproduzindo até o Juízo Final.” (Fabrício Carpinejar – 13/09/11 – Crônica/Reflexão)

v. Futuro do Pretérito Simples do Indicativo

“Era necessário mudar o mundo feito pelos pais do século 20. Não Ø **podíamos** ser os mesmos e viver como nossos pais, como temia o Belchior.” (David Coimbra – 15/04/11 – Crônica/Alerta)

vi. Presente do Subjuntivo

“Uma mulher odeia que **a gente mexa** em sua bolsa.” (Fabrício Carpinejar – 03/01/11 – Crônica/Humor)

vii. Pretérito Perfeito do Subjuntivo

“**A gente tinha cantado**, tranquilos, e as crianças já estavam dormindo.” (Cristiano da Silva Onofre – 24/04/11 – Entrevista)

viii. Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

“Fora que fomos atingidos pela radiação – pelo menos que Ø **notássemos.**” (Luis Fernando Veríssimo – 25/08/11 – Crônica/Reflexão)

5.3.3 Variável Extralinguística

5.3.3.1 Gênero Jornalístico Discursivo

Há duas postulações relacionadas ao gênero: gêneros textuais e gêneros discursivos. A primeira formaliza categorias de gêneros a partir da comparação entre pontos comuns de grupos de textos, tendo em vista a natureza temática de superfície e a estrutura dos textos. Desse modo, foi definida a clássica categorização de gêneros jornalísticos: crônicas, editoriais, artigos, entrevistas. A segunda concepção contesta a primeira, em virtude de que, sendo os gêneros uma forma de representação das intencionalidades dos discursos, a noção generalizadora, por exemplo, relativa à crônica, não dá conta de demonstrar as diferenças de intenção de uma crônica para outra. Desse modo, este trabalho considera a noção de gêneros discursivos postulada pelo Mikhail Bakhtin, a partir da qual se estabeleceu os seguintes gêneros dos discursos no jornal Zero Hora:

- l – Alerta
- m – Reflexão
- n – Humor
- s – Informativo
- r – Crítica
- q – Análise
- f – Entrevista

Esses gêneros discursivos refletem as intenções presentes nos gêneros textuais jornalísticos, a título de maior clareza quanto ao modo de categorização dos gêneros discursivos, associa-se gênero discursivo com gênero jornalístico do qual o gênero discursivo foi depreendido.

Quadro 8 - Associação entre gêneros discursivos e gêneros textuais

Gêneros Discursivos	Gêneros Textuais
Alerta	Artigos e Crônicas
Reflexão	Crônicas
Humor	Crônicas
Informativo	Artigos e Crônicas
Crítica	Artigos, Crônicas e Editoriais
Análise	Editoriais, Artigos e Comentários Esportivos
Entrevista	Entrevista

Definidos os gêneros discursivos, foram suscitadas as seguintes hipóteses:

- Os gêneros alerta e crítica facilitam o uso de *a gente*, em virtude do enunciador estar envolvido por forte emoção e, assim, relaxado linguisticamente;
- Os gêneros humorístico e reflexão propiciam, também, o uso expressivo de *a gente*, já que o enunciador procuraria utilizar-se de uma linguagem próxima da fala, a fim de envolver o enunciatário;
- O uso de *a gente* é mais expressivo no gênero entrevista, já que se trata de uma retextualização da fala;
- O gênero análise restringe o uso de *a gente*, embora não de maneira expressiva, visto que enunciador desse discurso buscaria fazer uso de uma linguagem formal para garantia de credibilidade do discurso, porém faria, também, uso de recursos linguísticos menos formais para promoção do envolvimento do enunciatário com o discurso;
- O gênero informativo se constitui naquele que mais imposição exerce em relação ao uso de *a gente*, em virtude de que o enunciador tenderia a usar uma linguagem formal com o propósito de criar em relação a si mesmo a imagem de alguém confiável para transmitir uma informação.

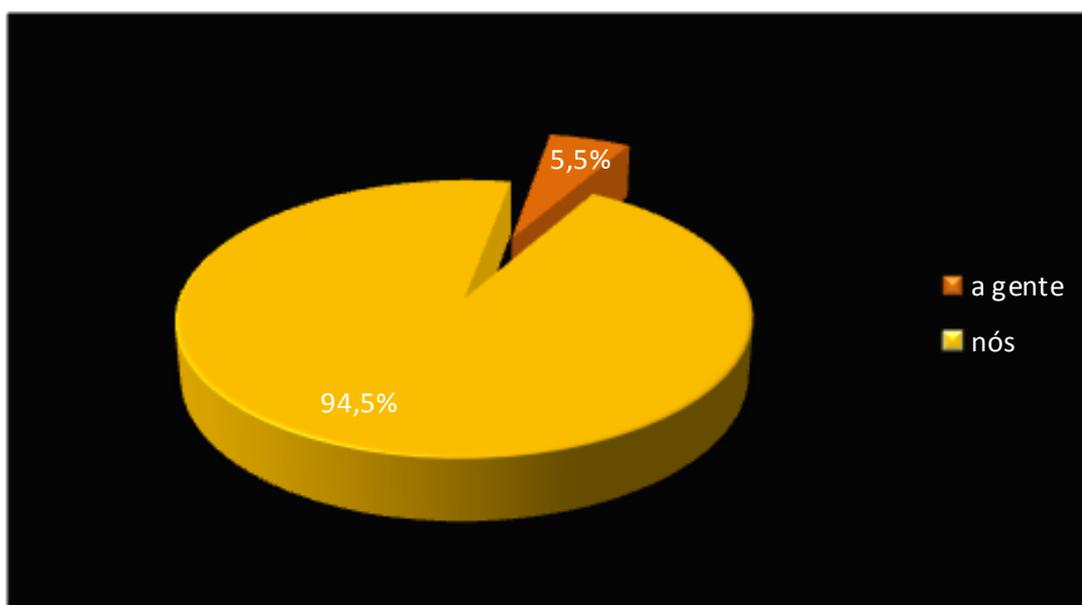
6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, descrevem-se e analisam-se os resultados referentes à alternância entre *nós* e *a gente* em textos do jornal Zero Hora. Inicialmente, apresenta-se e discorre-se sobre os resultados referentes aos grupos de fatores selecionados pelo programa Goldvarb; a seguir, discute-se a inserção da forma *a gente* na linguagem jornalística, levando-se em conta a noção de gramaticalização.

6.1 Frequência Global

A partir da análise feita, percebeu-se que o número de ocorrências de *a gente* é significativamente mais baixo do que o número de realizações de *nós*. Em 3.532 dados analisados, foram obtidos 3.338 dados do pronome *nós*, o que corresponde a 94,5% do corpus, e 194 dados referentes à forma pronominal *a gente*, o que representa 5,5% da amostra.

Figura 4 - Distribuição dos dados de *nós* e *a gente*



A partir da análise dessa figura, é possível dimensionar a restrição da linguagem do jornal Zero Hora em relação ao uso de *a gente*. Este resultado confirma a hipótese inicial de

que o uso de *a gente* em textos escritos seria menor do que em textos orais, em virtude da formalidade do texto jornalístico. Perini (1999, p. 86-87) afirma que “existe um português-padrão altamente uniforme no país, que poderia ser encontrado nos textos jornalísticos e técnicos”. Nesse mesmo sentido, Tarallo (2005, p. 59) considera a escrita jornalística como o discurso “mais intolerante à infiltração de formas não padrão, típicas da língua falada”.

A restrição de uso de *a gente* em linguagem jornalística impressa já havia sido observada por Silva (2010), que, tendo investigado o fenômeno de variação entre *nós* e *a gente* nesse tipo de linguagem, constatou que o uso de *a gente* era de apenas 13%. Semelhantes resultados foram encontrados por Marques (2010) que, ao investigar o padrão linguístico dos discursos jornalísticos escritos, observou que o uso de *a gente* era quase insignificante nos discursos dos jornais mais vendidos no Brasil – já que dos 197 casos de uso de primeira pessoa do plural, foram verificadas apenas quatro ocorrências de *a gente*, unicamente, em declarações de entrevistados.

Entende-se que a restrição do jornalismo impresso em relação ao uso de *a gente*, em favor do uso do pronome canonizado pelas gramáticas tradicionais, deve-se, especificamente, a dois fatores: planejamento linguístico e busca de credibilidade da empresa jornalística perante os leitores, a fim do comércio.

A linguagem jornalística impressa se desenvolve a partir da modalidade escrita da língua. Essa modalidade de linguagem permite um maior planejamento discursivo do que a modalidade oral. Ilari e Basso (2006, p. 181) descrevem a produção do discurso escrito como aquela em que o enunciador pode pensar previamente sua estrutura em partes e pode corrigi-lo e modificá-lo e a produção do discurso oral como aquela em que o enunciador planeja à medida que o discurso é produzido, sendo comum encontrar neles grande número de reformulações que não chegam a ser tão bem acabadas como as que se dão na escrita. A linguagem jornalística impressa é planejada, tendo em vista o padrão linguístico de base do ensino de língua escolar, a fim do exercício do comércio. Compreende-se que o uso desse padrão linguístico, que exclui a forma pronominal *a gente* na construção dos discursos de um jornal representa um fator que lhe garante credibilidade junto ao leitor.

Considerando-se a ideia de Marques (2010, p. 23-24 e 218) sobre variação do padrão linguístico do jornalismo impresso, acredita-se que, em geral, o leitor tenda a confiar em enunciações produzidas com base em padrão de linguagem que exclui usos linguísticos inovadores, mas, especificamente, espera que determinados gêneros textuais se realizem a partir de um padrão de linguagem menos conservador, enquanto que outros em linguagem

mais formal. O leitor seria menos resistente aos usos linguísticos inovadores, por exemplo, nas crônicas do que nos editoriais, porque há uma tendência de usos desse tipo nas crônicas e não no outro gênero. Em contrapartida, a avaliação do leitor quanto à qualidade da enunciação a partir do padrão de linguagem através do qual é elaborada, levaria à manutenção por parte do enunciador (jornalista ou colaborador do jornal) do caráter linguístico mais conservador do editorial e do caráter mais inovador da crônica.

6.2 Fatores Seleccionados

Considerando-se o uso da forma pronominal *a gente* como aplicação da regra variável, dentre os seis grupos de fatores controlados nesta pesquisa para as variantes *nós* e *a gente*, três foram considerados relevantes: o *modo de apresentação da forma pronominal* ocupou o primeiro lugar, seguido da *determinação do referente* e do *gênero discursivo*. Salienta-se que os resultados aqui apresentados foram retirados de rodada em que foi necessário realizar amalgamações em virtude de *knockouts*.

6.2.1 Modo de Apresentação da Forma Pronominal

Esse fator mostrou-se muito relevante para o uso da variável *a gente*, pois foi selecionado em primeiro lugar pelo processamento estatístico do programa Goldvarb 2003. Os resultados referentes à variável *modo de apresentação da forma pronominal* são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1- Modo de Apresentação da Forma Pronominal

Fator	Aplic./Total	Freq.	P.R.
Explícito	178/ 409	43,5%	0.99
Implícito	16/ 3.123	0,5%	0.35
Total	194/ 3.532	5,5%	-----

Input: 0.006

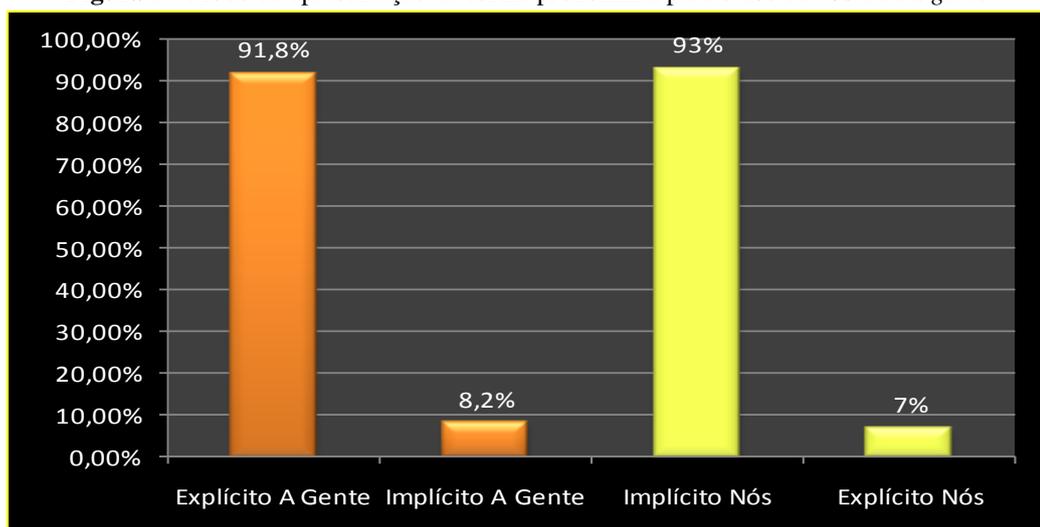
Significância: 0.000

Os resultados apresentados na tabela acima mostram que o uso da forma *a gente* tende a ocorrer, principalmente, de modo explícito nos discursos do jornal Zero Hora, já que foram observados 178 casos de *a gente* explícito, o que corresponde à frequência de 43,5% e ao expressivo peso relativo de 0.99. Já em relação às realizações implícitas de *a gente*, verificou-se apenas 16 ocorrências, o que corresponde à frequência de 0,5% e ao peso relativo de 0.35. Tais resultados permitem afirmar que a forma de realização implícita do pronome tende a desfavorecer a ocorrência de *a gente* e confirmam a hipótese quanto ao modo preferencial de uso de *a gente*.

A amostra de dados coletada para a realização desta pesquisa contempla, unicamente, casos da forma pronominal *a gente* em concordância com verbos em 3º pessoa do singular. Em conformidade com o entendimento de Brustolin (2010), acredita-se que uso expressivo de *a gente*, de maneira explícita nos discursos do jornal Zero Hora, deve-se a uma tentativa de evitar ambiguidade linguística, já que o seu ocultamento, diante de uma forma verbal de 3º pessoa do singular, poderia acarretar o entendimento de que, nesse caso, encontrar-se-ia o pronome de terceira pessoa do singular *ele* e não a forma pronominal *a gente*.

Contrariando a hipótese inicial de que não ocorreria variação expressiva de uso implícito e explícito do pronome *nós*, a análise revelou que esse pronome realiza-se, principalmente, de maneira implícita nos discursos de Zero Hora. De 3.338 ocorrências de *nós*, constatou-se 3.107 ocorrências implícitas de *nós*, o que representa a frequência de 93%. Abaixo, são apresentados os resultados quanto à ocorrência implícita e explícita de *nós*, juntamente com os resultados referentes à forma pronominal *a gente*.

Figura 5 - Modo de apresentação da forma pronominal para o uso de *nós* e de *a gente*



Os resultados referentes à atuação particular de cada forma pronominal confirmam os resultados gerais. Há uma tendência expressiva de uso de *a gente* de maneira explícita, enquanto que o uso de *nós* tende a realizar-se de modo implícito.

Marques (2010), ao analisar a ocorrência de *nós* e de *a gente* em discursos jornalísticos impressos percebeu, também, que o uso implícito de *nós* era muito superior ao uso explícito desse pronome. Das 193 realizações de *nós*, 186 se deram de maneira implícita, logo a associação do resultado encontrado por Marques com o resultado encontrado por este estudo suscitou a ideia de que haveria uma tendência de uso de *nós* de modo implícito nos textos jornalísticos, o que levar a crer que a linguagem desses textos tem por base uma estrutura gramatical diferente da mais inovadora que contempla *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural e, conseqüentemente, prima pelo preenchimento da posição sujeito.

Duarte (2003) e Villarinho (2006) observam que o Português Brasileiro é essencialmente uma língua de sujeito nulo, mas com o passar do tempo tem havido uma tendência de preenchimento da posição sujeito, o que demonstra a configuração de uma nova estrutura gramatical da língua. Essa estrutura gramatical é possibilitada por novos usos linguísticos como, por exemplo, a inserção de *você* e de *a gente* no quadro de pronomes da língua portuguesa, e a simplificação dos modos de flexão verbal, que tem como consequência a necessidade de preenchimento da posição sujeito.

ZILLES (2005, p. 27) chama a atenção para o fato de estar se delineando um quadro de pronomes pessoais que permite apenas três formas de conjugação verbal, enquanto que o quadro canônico apresenta o dobro. O novo quadro de pronomes pessoais, que inclui *você* e *a gente*, possibilita um mesmo tipo de conjugação verbal para três pessoas do discurso: segunda e terceira pessoas do singular e, ainda, primeira pessoa do plural. Logo, como uma tentativa de se evitar ambigüidade linguística entre as três pessoas do discurso, em vista da similaridade das formas verbais com as quais concordam, passa a haver a necessidade de preenchimento da posição sujeito.

6.2.2 Determinação do Referente

A variável *determinação do referente* foi selecionada como o segundo fator mais importante para o uso da forma pronominal *a gente*. Apresentam-se, na Tabela 2, os resultados referentes à atuação dessa variável para o uso de *a gente*.

Tabela 2 - Determinação do Referente

Fator	Aplic./Total	Freq.	P.R.
Genérica	101/ 1.074	9,4%	0.79
Determinada	93/ 2.458	3,8%	0.35
Total	194/ 3.532	5,5%	-----

Input: 0.006

Significância: 0.000

Conforme se esperava, a forma pronominal *a gente* comporta-se, principalmente, como um elemento de referência genérica. Na Tabela 2 especifica-se que das 1.074 ocorrências de referência genérica, 101 foram de *a gente*, o que corresponde à frequência de 9,4% e ao peso relativo de 0.79. Tal peso indica que esse tipo de referência favorece a ocorrência dessa forma pronominal. Já das 2.458 ocorrências de referência determinada, 93 foram de *a gente*, o que corresponde à frequência de 3,8% e ao peso relativo de 0.35.

Observou-se, também, que o pronome *nós* age semanticamente como se esperava. Verificou-se que esse pronome atua nos discursos analisados, principalmente, como forma de referência determinada. Das 3.338 ocorrências de *nós* registrou-se 2.365 casos (70,8%) de referência determinada.

Os resultados gerais encontrados nesta pesquisa, em relação a essa variável, não surpreendem, porque estão de acordo com aqueles obtidos por Omena (1996[1978]), Machado (1995), Seara (2000) e Borges (2004). Embora *nós* e *a gente* desempenhem a mesma função linguística, *a gente* ainda tem conservado traços de impessoalidade do substantivo latino, *géns/gentis*, do qual origina.

A partir da leitura de Zero Hora, depreende-se a ideia de que o discurso jornalístico é dirigido ao povo e o enunciador, quando se mostra no discurso, geralmente, se situa como parte do povo, isto é, quando o enunciador utiliza *a gente*, essa forma pronominal acaba servindo como modo de referência do *eu* (enunciador) *parte do povo* e não como forma de referência do *eu* (enunciador) + *o povo*. Exemplo desse tipo de referência encontra-se no Anexo B deste trabalho.

A partir das ideias de Bulhões (2007), entende-se que, em geral, o jornalista se porta como um instrumento para promoção de melhorias sociais. Nesse sentido, o enunciador, jornalista, se situa como a voz do povo; não é o jornalista que fala individualmente na maioria

dos textos jornalísticos, mas um eu que faz parte desse povo, ou melhor, um eu que está dentro desse aglomerado de pessoas, que juntos constituem a totalidade *povo*, o caráter genérico das referências na linguagem jornalística é comentado, também, por Puzzo (2008, p.3). Abaixo se expõe a descrição de Bulhões (2007) sobre o ofício do jornalista e sobre a sua intenção de promoção do bem social. Nessa descrição, mais especificamente, o autor define a finalidade da instituição jornalística de transmitir informações verídicas aos interlocutores, em busca de credibilidade para a instituição e a fim do bem social, já que a transmissão de uma notícia falsa acarretaria prejuízos para a sociedade.

A matéria do jornalismo seria a própria vida, mas a vida como substância plausível e demonstrável. E a atividade jornalística estará assumindo, pois cada vez mais o papel de um legítimo conhecedor e registrador de realidades comprováveis e aparentes. Com tais credenciais, ele participa ativamente da crença de ser um reformador social, adquirindo, na vigência democrática, o estatuto de vigilante do poder político e de porta-voz da sociedade. Assim, o jornalismo passa a formular a respeito de si próprio um discurso que associa ao compromisso de ‘dizer a verdade e nada mais que a verdade.’ (BULHÕES, 2007, p. 23)

Outra impressão advinda da leitura dos discursos de Zero Hora é que aqueles produzidos por colaboradores do jornal apresentam um grau de pessoalidade maior do que os produzidos pelos jornalistas do veículo de comunicação. Acredita-se que o caráter mais pessoal dos discursos proferidos pelos colaboradores do jornal deva-se à maior liberdade desses enunciadores em relação às normas da linguagem jornalística e à imposição dessas normas pela empresa jornalística aos seus funcionários (jornalistas), poder coercitivo da empresa jornalista que se mostra no Manual de Ética, Redação e Estilo (1994). Exemplo do tipo de referência mais pessoal dos discursos realizados pelos colaboradores do jornal, encontra-se no Anexo C deste trabalho.

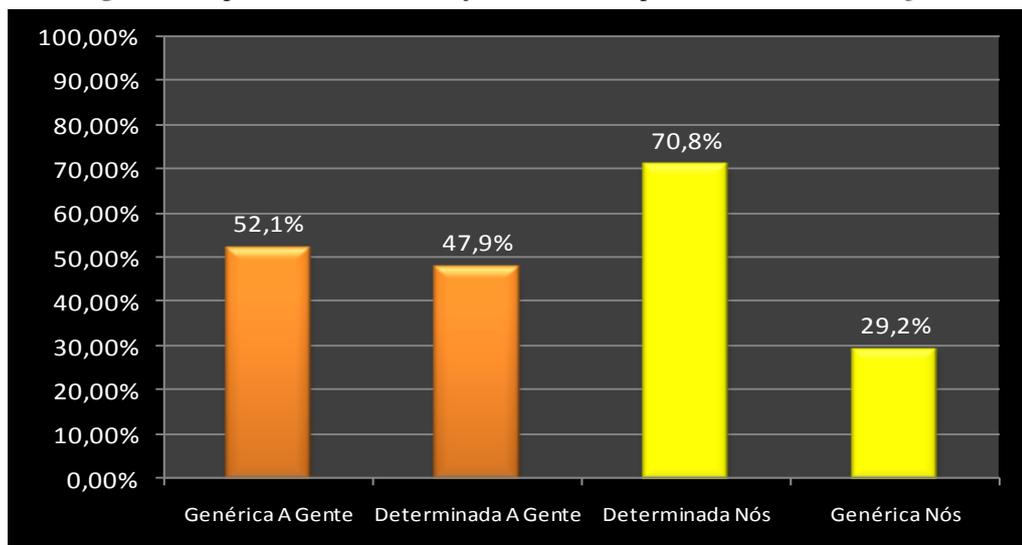
Embora o jornal Zero Hora abra espaço para discursos exteriores ao jornal, observa-se que é reduzida a quantidade de discursos desse tipo, se comparado com a quantidade de discursos produzidos pela empresa jornalística. Logo, a quantidade de discursos realizados a partir de linguagem impessoal é muito mais expressiva do que os construídos por meio de linguagem mais pessoal. Por que, então, em um domínio discursivo em que impera a linguagem impessoal e, mais especificamente, em que se percebe que as referências, em geral, são altamente subjetivas a ponto do enunciador preferir se manifestar como parte do povo, o uso de *a gente*, uma forma pronominal que tende a atuar como modo de referência

genérica, é preterida em relação ao uso do pronome *nós* que apresenta uma carga semântica mais determinada?

Com base em Marques (2010) e em Silva (2010), compreende-se que o uso expressivo de *nós*, também, como forma de referência indeterminada (90,6%) deve-se ao conservadorismo linguístico de Zero Hora. Além disso, supõe-se que a quebra dessa postura linguística conservadora da empresa jornalística a partir do uso da forma pronominal *a gente*, principalmente, como modo de referência indeterminada, deva-se, também, à natureza semântica do discurso jornalístico, ou seja, as referências indeterminadas características dos discursos analisados constituir-se-iam em um elemento que permitiria a transgressão da formalidade linguística dos discursos de Zero Hora.

Assim como os resultados gerais quanto ao tipo de referência realizada por *a gente* e por *nós* mostram que *a gente* mantém traços de indeterminação provenientes da sua forma nominal originária e que *nós* comporta-se, principalmente, como modo de referência determinada, os resultados relativos à atuação semântica, isolada, de cada forma pronominal apresenta regularidade em relação aos resultados anteriores, conforme observa-se na figura 6.

Figura 6 - Papel do fator determinação do referente para o uso de *nós* e de *a gente*



Embora se perceba, com base nos resultados demonstrados na figura 6, que *a gente* comporta-se, principalmente, como forma de referência indeterminada, a partir dos resultados apresentados na figura, também, verifica-se frequência de uso de *a gente* como modo de referência determinada próxima à frequência de uso dessa forma pronominal

como modo de referenciação indeterminada. A proximidade das frequências de uso determinado e indeterminado de *a gente* indica um avanço no processo de gramaticalização dessa forma pronominal, já que os resultados apontam para o entendimento de que *a gente* vem perdendo traços semânticos de indeterminação e adquirindo características semânticas afins ao pronome canônico de primeira pessoa do plural.

Para realização deste estudo, foram selecionados apenas textos opinativos e entrevistas, discursos que, em hipótese, seriam mais favoráveis à intervenção pessoal por parte do enunciador (PUZZO, 2008, p. 3), que, nesse caso, poderia ser um jornalista ou um colaborador do jornal. Verificou-se, no entanto, que entre os discursos analisados há variabilidade quanto ao nível de intervenção mais pessoal por parte do enunciador, variabilidade de pessoalidade nos discursos que se reflete nos usos de *nós* e de *a gente*. O nível de pessoalidade dos discursos foi mais bem observado a partir da investigação da interferência do fator gênero discursivo para a ocorrência de *nós* e de *a gente*, explicitada na próxima seção.

6.2.3 Gênero Discursivo

Considerando-se a análise dialógica da linguagem de Bakhtin, entende-se os discursos jornalísticos, em geral, e, em especial os que circulam em Zero Hora, como atitudes discursivas motivadas por outras precedentes e pela expectativa de uma resposta subsequente, como “elos de uma cadeia complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1992, p. 291). Esses discursos de Zero Hora são construídos com base em discursos anteriormente proferidos por sujeitos das mais diferentes esferas da sociedade (intelectuais, trabalhadores braçais, políticos etc.). Nesse sentido, o estilo verbal, as ideias presentes no discurso precedente e a posição social de quem realizou esse discurso servem de parâmetro para as realizações discursivas de Zero Hora. Pois, conforme Bakhtin (1992, p. 316), “os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter”.

Além disso, compreende-se, com base em Bakhtin (1992, p. 320), que os discursos do jornal Zero Hora, também, são construídos em prol de uma atitude responsiva por parte de um enunciatário pressuposto (leitor). Logo, na elaboração dos discursos o enunciador não levaria

apenas os discursos precedentes em conta, mas, ainda, os discursos subsequentes, provenientes da atitude responsiva dos leitores, entendidos como enunciatários pressupostos, em virtude da falta de contato direto entre eles e o enunciador, já que a linguagem jornalística impressa não permite essa relação entre os sujeitos do discurso (CRESTANI, 2010, p. 37).

Entende-se que quanto maior a formalidade do discurso precedente (em termos de conteúdo e de linguagem) maior é o grau de formalidade de um discurso subsequente e que quanto mais elevada for a posição social do sujeito a quem se quer atingir através de um discurso, mais formal discurso será. Considera-se, com base na discussão de gêneros discursivos propostos por Bakhtin (1992), que intenções discursivas confeririam um caráter mais ou menos formal ao discurso e, conseqüentemente, que o caráter mais ou menos formal dos discursos, em vista de suas intenções, favoreceriam um uso variado da forma pronominal *a gente*. Essa ideia se confirmou, como mostram os resultados referentes ao condicionamento do gênero discursivo, último fator selecionado como relevante para o uso de *a gente*, explicitados na Tabela 3.

Tabela 3 - Gênero Discursivo

Fator	Aplic./Total	Freq.	P.R.
Humor	3/53	5,7%	0.74
Entrevista	117/ 1.622	7,2%	0.61
Análise e Reflexão	36/ 511	7%	0.57
Informativo	17/ 401	4,2%	0.53
Alerta	20/ 783	2,6%	0.29
Crítica	1/ 162	0,6%	0.09
Total	194/ 3.532	5,5%	-----

Input: 0.006

Significância: 0.000

Levando-se em consideração a atuação do Gênero Discursivo na escolha das variantes *nós* e *a gente*, observa-se, na Tabela 3, que os gêneros que mais favorecem a realização da forma *a gente* são os gêneros humorístico (0.74), entrevista (0.61), e análise/reflexão (0.57). Percebe-se, no entanto, um enviesamento nos resultados, uma vez que, entre esses três fatores, o maior peso relativo não corresponde à maior frequência. É provável que esse enviesamento seja decorrente da desproporção de dados entre os fatores: o número de dados dos gêneros entrevista (1622) e análise/reflexão (511) é significativamente maior

que o número de dados do gênero humor (53). Em menor intensidade, o gênero *informativo* mostrou-se como discurso favorecedor do uso de *a gente* (0.53). Já os gêneros *alerta* e *crítica* apresentam-se como os que mais restringem o uso da forma inovadora, já que, respectivamente, foram registrados os pesos relativos 0.29 e 0.09.

Para que se possa entender a influência da variável gênero discursivo para escolha do pronome de 1ª pessoa do plural, que se realiza nos diferentes textos jornalísticos, é necessário atentar para a sua dimensão social considerando os seguintes aspectos: a relação entre a esfera jornalística (e literária, em alguns casos) e o gênero discursivo considerado; o enunciador, o enunciatário e suas apreciações valorativas sobre o tema, seus papéis sociais, suas relações hierárquicas e interpessoais; a intenção do enunciador e a intervenção do domínio discursivo sobre os discursos (SÁ, 1985; BAKHTIN, 1992; MARCUSCHI, 2005; PUZZO 2008 e CRESTANI, 2010).

O discurso humorístico consiste em uma enunciação que por intermédio do riso promove, basicamente, crítica e ridicularização da atitude de um sujeito ou de um comportamento social (OLIVEIRA, 2008, p.14; CARVALHO, 2009, p. 35, 43 e 44). Nunes (2005, p. 2) afirma que por meio do riso se questiona comportamentos sociais e se instiga a reflexão quanto às ações de agentes sociais específicos (instituições e pessoas).

O riso é um ato subversivo, levando ao questionamento das ações das autoridades constituídas e da tradição cultural da sociedade. Ele subverte, inverte e questiona valores cristalizados quebrando sua pretensa “seriedade” por meio da ironia, da paródia, da comicidade, promovendo a carnavalização social.

Bakhtin (1996) discorre sobre o gênero humorístico em vista do seu caráter enquanto arte proveniente da cultura popular. Considerando o caráter do gênero, o autor trata da avaliação social atribuída ao discurso humorístico na Idade Média e no Renascimento, afirmando que o esse gênero discursivo deixa a posição medíocre atribuída a ele na Idade Média para alcançar status de arte de grande vulto, desenvolvida a partir de uma linguagem informal, no Renascimento:

A riquíssima cultura popular do riso na Idade Média viveu e desenvolveu-se fora da esfera oficial da ideologia e da literatura elevada. E foi graças a essa existência extra-oficial da ideologia que a cultura do riso se distinguiu por seu radicalismo e sua liberdade excepcionais, por sua implacável lucidez. Ao proibir que o riso tivesse acesso a qualquer domínio oficial da vida e das ideias, a Idade Média lhe conferiu

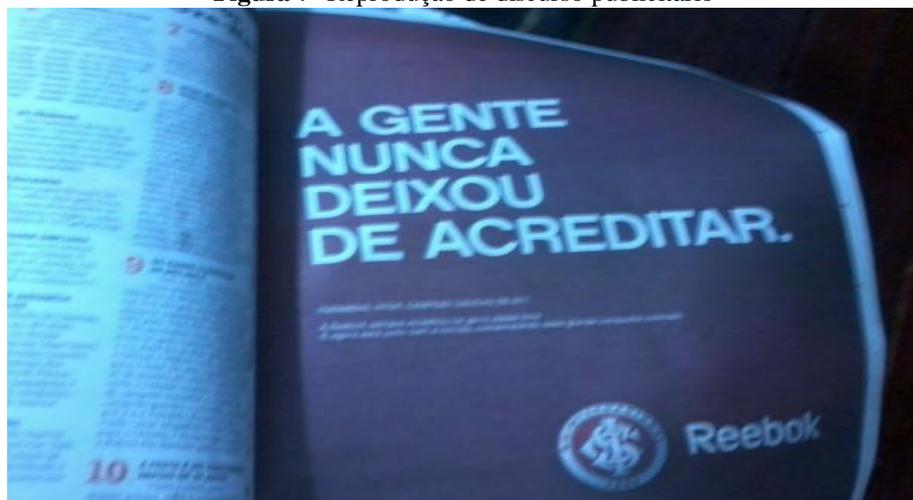
em compensação privilégios excepcionais de licença e impunidade fora desses limites: na praça pública, durante as festas, na literatura recreativa. E o riso medieval beneficiou-se com isso ampla e profundamente. (...)

Mas durante o Renascimento o riso, na sua forma mais radical e alegre, pela primeira vez por uns cinquenta ou sessenta anos (em diferentes datas em cada país), separou-se das profundezas populares e com a língua “vulgar” penetrou decisivamente no seio da grande literatura e da ideologia “superior”, contribuindo assim para a criação de obras de arte mundiais, como o Decameron de Boccaccio, o livro de Rabelais, o romance de Cervantes, os dramas e comédias de Shakespeare, etc.

(BAKHTIN, 1996, p.62)

Compreende-se que um elemento que pode ter contribuído para o uso expressivo de *a gente*, uma forma pronominal bastante comum na fala (OMENA, 1996[1978] e 2003; LOPES, 1993; MACHADO, 1995; SEARA, 2002; AIRES, SOUZA e ZILLES, 2002; BORGES, 2004; ZILLES, 2005; BRUSTOLIN, 2010; SILVA, 2010), no discurso humorístico consiste em ser uma enunciação proveniente de uma cultura popular. Além disso, entende-se que a necessidade de envolvimento do enunciatário com a enunciação a fim da produção do efeito humorístico, ou seja, o riso a partir do qual se realizam variados propósitos, se constitua em outro fator motivador do uso expressivo de *a gente* nesse gênero discursivo. A crença de que *a gente* serve como um recurso de aproximação entre enunciador e enunciatário parte da percepção de que essa forma pronominal é utilizada, para esse fim, em discursos publicitários que circulam no jornal Zero Hora. Abaixo, apresenta-se um desses discursos.

Figura 7- Reprodução de discurso publicitário



Fonte: Zero Hora - Página 17 - 16/05/2011

Os resultados obtidos em relação ao gênero entrevista, o segundo que mais favorece a ocorrência de *a gente*, são explicados em vista do processo de retextualização (MARCUSCHI, 2007) pelo qual passam. A elaboração da entrevista, segundo Silva e Rodrigues (2009, p. 169), envolveria uma complexa relação discursiva na qual estariam envolvidos entrevistador, entrevistado, editor e leitor.

Na elaboração da entrevista, a linguagem utilizada deve atender às especificidades do tema e do formato pretendidos, ou seja, se realizada por escrito ou face a face; e deve levar em conta as expectativas do público, determinantes para o processo de construção desse gênero discursivo. Desse modo, o contexto de produção contribui de forma significativa para a sua elaboração, já que os participantes da entrevista emergem de esferas ideológicas próprias, construindo o seu discurso de acordo com o discurso do outro. Esses discursos terão repercussão direta sobre o leitor que tem acesso à entrevista.

As entrevistas coletadas em Zero Hora, embora sejam muitas vezes originalmente orais, não possuem ou possuem poucos traços da oralidade e do contexto situacional, pois, além de serem transcritas, são também editadas/retextualizadas (MARCUSCHI, 2007) de modo que as marcas de oralidade tornam-se praticamente neutralizadas. Silva e Rodrigues (2009, p. 169) afirmam que “a partir dessa interação, no processo de reenunciação e retextualização final da entrevista face a face, há uma modalização da fala do entrevistado, isto é, a sua fala é um discurso citado dentro da fala do entrevistador, que dá o acabamento ao enunciado”.

Apesar disso, o contexto interacionista ainda prevalece, pois a dualidade pergunta/resposta, indispensável para a formação da estrutura desse gênero, um entrevistador e um entrevistado, é mantida de forma a marcar a troca de turnos entre os participantes. É justamente a preservação da dualidade pergunta/resposta que propicia o aparecimento da forma *a gente*, em geral, no discurso do entrevistado.

Antes da obtenção dos resultados acreditava-se que a entrevista seria o gênero mais suscetível ao uso de *a gente*, já que apresenta a fala de um indivíduo. No entanto, os resultados encontrados indicam que, no processo de retextualização, ou as marcas de oralidade são editadas, ou o entrevistado monitora a sua fala, evitando formas típicas da modalidade oral. Sabe-se que esse gênero discursivo compõe-se de uma reprodução da fala de um sujeito, e sendo uma retextualização passa por uma reformulação estilística que se baseia nas normas da linguagem do domínio discursivo do jornalístico impresso, o que restringiria o uso de *a gente*.

Os gêneros análise e reflexão foram amalgamados, para realização dessa amalgamação levou-se em consideração a paridade de resultados quanto ao uso de *a gente* e a semelhança funcional dos gêneros. No gênero análise, o enunciador deseja persuadir o enunciatário sobre algo. Para isso, entende que precisa aparentar ser alguém competente para abordar um assunto e, por esse motivo, expressa essa competência pela qualidade da argumentação e pelo tipo de linguagem que utiliza. Supõe-se que quanto maior a formalidade da linguagem maior é a credibilidade atribuída ao enunciado e, conseqüentemente, ao enunciador e menores são as chances de uso da forma pronominal inovadora *a gente*. No gênero reflexão, o enunciador também procura ter credibilidade junto ao enunciatário, a fim de que este queira embarcar na reflexão. Para cumprir este objetivo, lança mão de uma linguagem de caráter mais formal, que restringe o uso de *a gente*.

Porém o enunciador do gênero análise, também, tenta envolver o enunciatário, chamando-o para uma reflexão conjunta. Acredita-se que o enunciador considere a utilização de *a gente* para a realização dessa proximidade, uso tão comum em linguagem informal. Com o propósito de envolver o interlocutor para que, efetivamente, possa embarcar na reflexão, o enunciador do gênero reflexão, também, faz uso de uma linguagem mais próxima das características mais comuns à fala, o que abre brechas para a entrada da forma pronominal *a gente*. Logo, acredita-se que a consideração de duas vertentes linguísticas – uma mais formal e outra menos formal – teria propiciado o peso relativo de 0.57, que demonstra favorecimento ao uso de *a gente*, mas que não é tão intensa quanto ao peso relativo dessa realização nos gêneros humorístico e entrevista.

O gênero informativo favoreceu o uso de *a gente*, porém o favorecimento não foi muito significativo se comparado aos outros gêneros que favoreceram esse uso. É o que revela o peso relativo 0,53. Considera-se que a seriedade da instituição jornalística, a posição social de quem escreve e o tipo de linguagem empregada no discurso, principalmente quando não se conhece quem escreve, permitem ao leitor confiar na informação jornalística. Logo, um sujeito que se dispõe a informar entende que aquilo que informa tem mais chances de ser tomado pelo enunciatário como algo relevante quando se mostra como alguém que se expressa a partir do padrão linguístico de prestígio. O enunciador do gênero informativo leva em consideração o uso desse padrão, que restringe o uso de *a gente*. Porém esse fato não o exime de utilizar-se de recursos linguísticos mais informais para quebra da formalidade desse discurso como forma de estabelecer uma relação de proximidade entre ele e o enunciatário. Em virtude desses aspectos, compreende-se que o discurso informativo contempla usos

linguísticos mais e menos formais da língua para garantia da sua funcionalidade. É provável que essa característica aliada ao caráter mais expositivo do gênero informativo, se comparado com o caráter mais argumentativo dos outros gêneros favorecedores do uso dessa forma pronominal, seja a razão para o peso relativo próximo ao ponto neutro.

Nos discursos do gênero alerta e crítica tem-se o posicionamento de um enunciador com a intenção de persuadir o enunciatário, com o propósito de fazer com que esse tome uma determinada atitude em relação a algo. Logo, a argumentação e o tipo de linguagem empregada pelo enunciador configuram-se em instrumentos que possibilitam o respeito por aquela enunciação. Considera-se que o uso de uma linguagem mais formal seria um fator importante para que os textos dos gêneros alerta e crítica atingissem seus objetivos. Essa pode ser a razão para a ocorrência de 20 casos de *a gente* em 783 realizações da primeira pessoa do plural no gênero alerta e apenas 1 caso de *a gente* em 162 realizações da primeira pessoa do plural no gênero crítica, proporções de uso da forma pronominal representadas, respectivamente, pelos pesos relativos 0,29 e 0,09 que indicam, portanto, desfavorecimento desses gêneros para o uso da forma *a gente*.

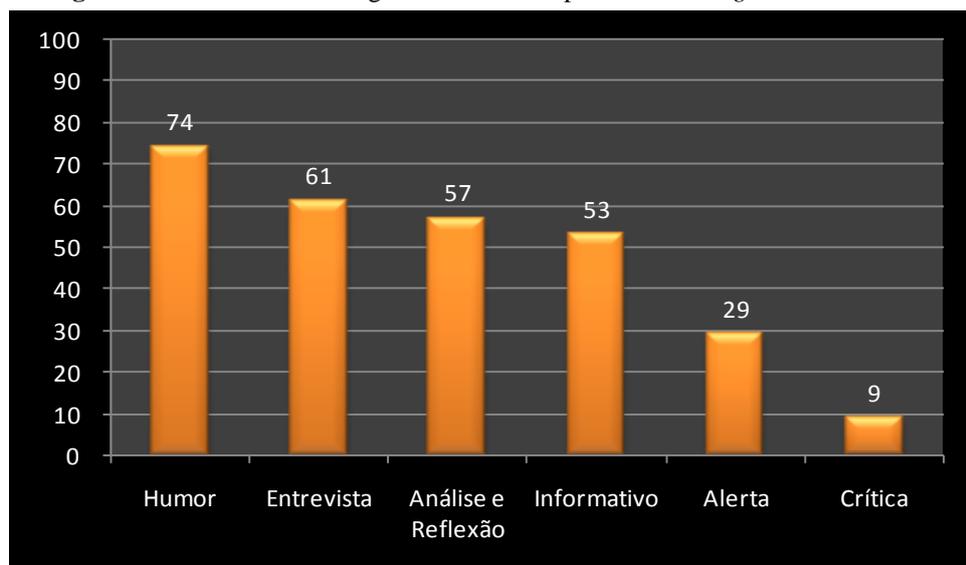
Acredita-se que a diferença de uso de *a gente* entre esses gêneros deva-se ao fato de que um pretende apenas alertar o enunciatário sobre algo deixando a responsabilidade de julgamento final para o enunciatário, enquanto que o outro, o enunciador do gênero crítica, promove o julgamento sobre algo, objetivando a adesão ou refutação daquele julgamento por parte do enunciatário. Logo, entende-se que o grau diferenciado de gravidade do enunciado dos dois gêneros discursivos leva o enunciador a optar pelo uso de uma linguagem mais ou menos formal, a opção pelo uso de uma linguagem mais formal na construção do discurso crítica deve-se ao fato de ser um discurso muito mais impactante e muito mais comprometedor do que o discurso alerta em que o enunciador se exime da realização de julgamentos.

A variabilidade de uso de *a gente* de acordo com cada gênero discursivo do jornal Zero Hora confirma o entendimento inicial de que as intenções dos gêneros exercem influência na escolha de uso entre *nós* e *a gente*. Além disso, ratifica o entendimento de Puzzo (2008, p. 3) quando trata os gêneros textuais opinativos como discursos com formalidade linguística híbrida, porque estariam mais sujeitos a intervenções subjetivas do que os gêneros textuais informativos (ex. notícia).

Os resultados encontrados comprovam, ainda, as afirmações de Marcuschi (2007, p. 41), quando menciona que as diferenças entre fala e escrita não são dicotômicas, mas

graduais. Embora tenha sido postulada a ideia de que a linguagem jornalística como um todo é altamente restritiva a usos linguísticos inovadores, comuns à oralidade (PERINI, 1999; LIMA, 2003; TARALLO, 2005; MARQUES, 2010), observa-se que alguns discursos do domínio jornalístico são mais suscetíveis ao uso de *a gente* do que outros – o que mostra a variação no nível de formalidade linguística no domínio discursivo jornalístico. Na Figura 8 mostra-se a variabilidade de uso de *a gente* nos diferentes gêneros discursivos, a partir dos pesos relativos.

Figura 8: Influência do fator gênero discursivo para o uso de *a gente*. Peso Relativo



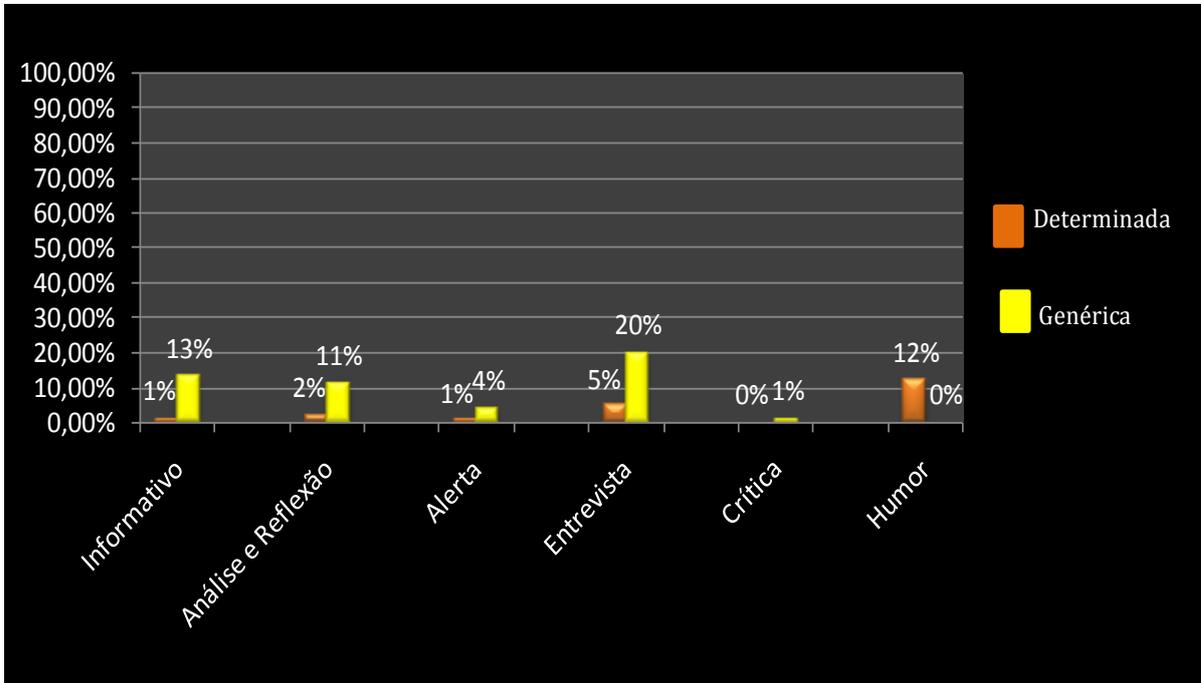
Nesse sentido, evidencia-se que alguns gêneros discursivos apresentam uma linguagem mais próxima da fala informal, enquanto outros gêneros apresentam uma linguagem mais próxima de uma linguagem escrita formal. Na análise dos diferentes gêneros, foi possível perceber, que dentro de um mesmo discurso há variabilidade de formalidade linguística que se revela pelo fato de o enunciador ora fazer uso de *nós* ora lançar mão de *a gente* como forma de estabelecer uma relação mais próxima com o enunciatário.

6.3 Cruzamento entre as variáveis Determinação do Referente e Gênero Discursivo

Procurando-se compreender a atuação do gênero discursivo sobre o modo de realização semântica da forma pronominal *a gente*, cruzaram-se as variáveis Determinação do

Referente com Gênero Discursivo. Abaixo, especificam-se, a partir de uma representação gráfica, os resultados encontrados.

Figura 9: Atuação das variáveis Determinação do Referente e Gênero Discursivo para o uso de *a gente*



Os resultados provenientes do cruzamento dos fatores Determinação do Referente com Gênero Discursivo demonstram que o uso de *a gente* como modo de referência indeterminada é mais frequente nos gêneros entrevista (20%), informativo (13%), análise/reflexão (11%), alerta (4%) e crítica (1%), enquanto que o uso determinado da forma pronominal prevalece sobre o uso genérico no gênero humorístico (12%). Os resultados demonstram que a especialização de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural se encontra mais adiantada nos discursos humorísticos, tendo em vista que é nesse gênero discursivo que a atuação semântica de *a gente* é mais condizente com o comportamento semântico do pronome *nós*.

Compreende-se que o uso de *a gente* com um caráter semântico mais próximo do pronome de primeira pessoa do plural nos discursos humorísticos deve-se ao fato de permitirem, mais facilmente, o uso de elementos inovadores da língua, correntes na linguagem oral, entre eles o uso de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural. O uso desse termo linguístico se constituiria para o enunciador em um recurso importante para aproximação do enunciatário com o enunciado e para o enunciatário o uso de *a gente* seria

esperado por ele, já que se trata de um gênero discursivo de caráter popular (BAKHTIN, 1996, p. 62).

6.4 Alternância *nós* x *a gente* sob a perspectiva da Gramaticalização

Os resultados encontrados nesta pesquisa permitem notar que o uso de *a gente* ainda é muito incipiente nos discursos jornalísticos analisados e que, conseqüentemente, há uma forte resistência ao processo de gramaticalização dessa forma pronominal. Apesar disso, a significativa atuação semântica determinada de *a gente* indica que, também, em linguagem escrita a forma pronominal está passando por um processo de gramaticalização. Especificar o estágio de gramaticalização de um elemento linguístico não é uma tarefa fácil, porém, a partir dos princípios de Hopper (1991), tentar-se-á dimensionar o grau de gramaticalização de *a gente*, em vista dos resultados referentes ao comportamento dessa forma pronominal nos discursos de Zero Hora.

No capítulo 3 deste trabalho apresentou-se um gráfico referente às frequências de uso de *a gente* em linguagem oral. Verifica-se que a probabilidade desse uso é acima de 60% nessa modalidade de linguagem, enquanto que a probabilidade de uso da forma pronominal nos discursos de Zero Hora foi de apenas 5,5%. Da análise da intensidade da concorrência de uso entre *nós* e *a gente* e, em específico, da comparação da frequência de uso de *a gente* em linguagem oral e nos discursos de Zero Hora, entende-se que a especialização (Hopper, 1991) de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural é mais representativa em linguagem oral do que em linguagem escrita formal.

Observa-se nos discursos de Zero Hora a coexistência da forma gramaticalizada *a gente* com a sua forma-fonte *gente* (forma nominal portuguesa-brasileira do nome latino *géns/géntis*). Verifica-se que o nome *gente* permaneceu na língua de modo independente da sua forma linguística derivada, podendo dar margem a ou sofrer novas mudanças. Esse fato vai ao encontro do princípio da Divergência, especificado por Hopper (1991). Abaixo são apresentados alguns exemplos referentes ao uso de *gente* nos discursos de Zero Hora:

Exemplos:

“E pensar que tinha **gente** jogando contra...” (Informativo/Crônica – Cláudia Laitano 03/12/11)

“Pergunta: Muita **gente** discute o custo dos estádios. As exigências técnicas da FIFA não encareceram demais as arenas?” (Entrevista – Rodrigo Müzell, Editor de Copa, 29/11/11)

A atuação de *a gente*, principalmente, como forma de referenciação indeterminada ilustra o princípio da Persistência referido por Hopper (1991). Esse resultado mostra que, embora o processo de gramaticalização de *a gente* tenha implicado ganho de traços mais pessoais, essa forma pronominal, ainda, conserva traços de indeterminação da sua forma-fonte (*géns/géntis*), sugerindo que, do ponto de vista semântico, a gramaticalização de *a gente* não se completou. Apesar de *a gente* comportar-se, principalmente, como modo de referenciação indeterminada nos discursos de Zero Hora, a proximidade da atuação semântica determinada (47,9%) em relação à atuação genérica (52,1%) da forma pronominal indica fortalecimento do fenômeno de gramaticalização de *a gente*, já que o seu comportamento se aproxima do comportamento semântico do pronome *nós*.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa e nas hipóteses que a nortearam, tecem-se algumas considerações sobre o fenômeno estudado.

Acreditava-se que a forma pronominal *a gente*, embora expressiva em linguagem oral, seria pouco utilizada nos textos de Zero Hora. Assim como Marques (2010) e Silva (2010) observaram, os resultados obtidos neste estudo contribuem para o entendimento de que os discursos jornalísticos impressos limitam de maneira expressiva o uso de *a gente*, já que o uso dessa forma pronominal se mostrou bastante incipiente no universo pesquisado.

Contrariando a expectativa inicial de que as variáveis Paralelismo Formal e Saliência Fônica seriam selecionadas como fatores relevantes na escolha da forma pronominal de primeira pessoa do plural, verificou-se que tais variáveis não exercem influência sobre a forma de realização da primeira pessoa do plural nos discursos analisados. Da mesma forma, a variável Tempo Verbal também não se mostrou significativa para esse uso, embora já tenha sido selecionada como um fator importante em diversos trabalhos, como os de Lopes (1993), Machado (1995), Seara (2000), Omena (2003) e Silva (2010).

Os resultados deste trabalho confirmaram a expectativa quanto ao tipo de referência realizada por *a gente*, isto é, confirmou-se a ideia de que *a gente* atuaria principalmente como forma de referência indeterminada, embora tenha sido verificada frequência de uso determinado próxima da frequência de uso indeterminado dessa forma pronominal, dado que apontou para a progressão da especialização de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural. Considerando o julgamento referente ao modo de apresentação de *a gente*, observou-se, como era esperado, que a ocorrência dessa forma pronominal deu-se, principalmente, de modo explícito, em vista de realizar concordância com verbos desprovidos de índice de sua presença. Entretanto, a expectativa de que o peso relativo de uso de *nós* de maneira explícita e implícita fosse equivalente não se confirmou, já que se verificou que a ocorrência desse pronome de modo implícito é muito mais expressiva do que as realizações explícitas.

Embora, em geral, os discursos jornalísticos se pautem pelo uso de um padrão de linguagem que restringe o uso de recursos linguísticos inovadores, esperava-se que alguns gêneros discursivos favoreceria mais o uso da forma pronominal *a gente* do que outros. Foram confirmadas as hipóteses quanto ao favorecimento de uso de *a gente* pelos gêneros

reflexão, humorístico e entrevista. Entretanto não foram confirmadas as hipóteses quanto ao favorecimento de uso de *a gente* pelos gêneros alerta e crítica e quanto ao entendimento de que o gênero informativo seria aquele que mais restringiria o uso de *a gente*.

Acreditava-se que a utilização de *a gente* seria menor do que a do pronome *nós* nos discursos de Zero Hora, em função da formalidade da linguagem do periódico, mas não se tinha a dimensão de quão restritiva se mostraria a linguagem de Zero Hora em relação ao uso de *a gente*. No entanto, a inserção, ainda que inicial, dessa forma pronominal na linguagem escrita jornalística serve como um indício de que o processo de mudança que atinge a forma de primeira pessoa do plural poderá, futuramente, se concretizar.

Ainda que os resultados apresentados por este estudo contribuam para o entendimento de que a linguagem jornalística impressa restringe o uso de *a gente*, para que se possa ter um quadro mais claro da inserção da forma pronominal na linguagem escrita jornalística são necessários outros estudos. Conforme as orientações de Zilles (2007:41), propõe-se que o estudo da alternância *nós* x *a gente* passe a ser realizado a partir de discursos escritos de variados gêneros discursivos, em vista da influência das intenções discursivas para o uso de *nós* ou de *a gente*; para a averiguação do prosseguimento do fenômeno de variação linguística investigado sugere-se estudo em tempo real; e, além disso, seria interessante o estudo da inserção de *a gente* em discursos jornalísticos voltados para um público leitor diferente do que atinge o jornal Zero Hora.

REFERÊNCIAS

- AIRES, K. M. L.; SOUZA, G. L.; ZILLES, A. M. S. A distribuição de *nós* e *a gente* em quatro comunidades sul-rio-grandenses. In: *Livro de Resumos* do XIV Salão de Iniciação Científica; 2002; Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2002. p. 920.
- AMARAL, L. I. C. *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais*. 2003. 202f. Dissertação (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC. Brasília: EDUNB, 1996.
- BARROS, D. L. P. de & FIORIN, J. L. (orgs.). *Dialogismo, Polifonia e Enunciação*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.
- BELTRÃO, L. *A imprensa informativa*. São Paulo: Falco Masucci, 1969.
- _____. *Jornalismo interpretativo*. Porto Alegre: Sulina/ ARI, 1976.
- _____. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina/ ARI, 1980.
- BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1976.
- BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, vol.7, n.13, 12f., 2009.
- BORBA, L. R. Alguns aspectos sobre o uso de ‘nós’ e ‘a gente’ em Curitiba. *Fragmenta*, Curitiba, n.10, p. 65-76, 1993.
- BORBA, M. S. *A entrevista jornalística: uma análise do gênero a partir de exemplares publicados no jornal Zero Hora*. 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2007.
- BORGES, P. R. S. *A gramaticalização de A Gente no português brasileiro: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. 2004. 216f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BRÄKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, R. (org.). *A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000, p. 221-247.
- BRUSTOLIN, Ana K. B. da S. Uso e variação de *Nós* e *A gente* na fala e escrita de alunos do ensino fundamental. In: *Anais do IX encontro CELSUL*; 2010; Palhoça, SC: Universidade do Sul de Santa Catarina; 2010. 15f.

- BULHÕES, M. M. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.
- CÂMARA Jr. J. M. *História da linguística*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- CAMPBELL, L. What's wrong with grammaticalization. In: *Language sciences*, v. 23, p. 113-161, 2001.
- CARDOSO, C. R. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 5, n.9, agosto de 2007.
- CARMELINO, A.C.; PERNAMBUCO, J. Dois gêneros do discurso, na visão de Bakhtin: editorial e romance. *Unifran – Coleção Mestrado em Linguística*, São Paulo, v.3, p. 11-38, 2008.
- CARVALHO, J. R. *Riso e as relações de poder nos textos de humor*. Revista Fórum Identidades, Itabaiana, v.5, ano 3, p. 35-44, 2009.
- CASCAIS, Fernando. *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 2001.
- CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n.19, p. 25-63, 1997.
- _____. *Projeto de história do português paulista*. FAPESP, 2006.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- CRESTANI, L. M. A participação do leitor como co-enunciador em jornais impressos e on-line: abordagem à luz da enunciação. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, Erechim/RS*, v.6, n.9, p. 35-43, 2010.
- CUNHA & CINTRA. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- DAVI, T. N. Riso: A carnavalização da sociedade. *Cadernos da Funcamp*, Monte Carmelo/MG, v.4, n.4, p. 1-13, 2005.
- DUARTE, M. E. L. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: DUARTE, M. E. L.; PAIVA, M. C. de. (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.p.115-128.
- FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 27-52.
- FARACO, C. A. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n.13, p. 51-82, 1996.
- FERNANDES, E.; GORSKY, E. A concordância verbal com o sujeito *nós/a gente*: um mecanismo do discurso em mudança. In: *Anais do I Simpósio sobre a diversidade linguística no Brasil*; 1986; Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia; 1986. p. 183-191.
- FERRON, J. T. O papel do cronista e o lugar da crônica no jornal. *Revista de Comunicação da UTFPR*, Paraná, n. 1, 2009.
- FREITAG, R. M. K. Emergência e inovação na língua: explorando o paradigma funcional da gramaticalização. *Fólio – Revista de Letras*, Vitória da Conquista, v.2, n.1, p. 143-161, 2010.

- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GOMES, V. S.; IAPECHINO, M. N. K. A inclusão cultural letrada no século XIX: o papel da imprensa. *Soletras*, São Gonçalo, n. 15, p. 45-59, 2008.
- GRILLO, S. V. C. A oralidade no jornalismo impresso: estilo e regras de representação para o discurso relatado. *Humanitas*, São Paulo, v. 17, p. 77-86, 2005.
- GRYNER, H. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, FL/UFRJ, 1990.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HEINE, B. Grammaticalization. In. JOSEPH, B; JANDA, R. D. (eds.) *The Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, p. 575-601, 2003.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p. 139-57, 1987.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In. TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p.17-36.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ILARI, R & BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- KURYLOWICZ, J. L' évolution des categories grammaticales. In: *Problèmes du langage*. Collection Diogène. Paris: Gallimard, p. 54-71, 1966.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de BAGNO, M.; SCHERRE, M. P.; CARDOSO, C. R. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LEFEBRE, C. Variation in plural marking: the case of cuzco quechua. In: SANKOFF, D. & CEDERGREN, H. (eds.). *Variation Omnibus*. Canadá: Linguistic Research Inc., 1981.
- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.
- LIMA, R. B. *Estudo da norma escrita brasileira presente em textos jornalísticos e técnico - científicos*. 2003. 324 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- LOPES, C. R. S. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. 1993. 140f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.
- _____. De gente para a gente: o século XIX como fase de transição. In. ALKMIN, T. M. (org.). *Para a história do português brasileiro – Novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FLP/USP, 2002. p. 25 - 46.
- LOREGIAN, L. *Concordância verbal com pronome tu na fala do sul do Brasil*. 1996. 121f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

- LOREGIAN, L.; MENON, O. P. S. Você, ocê (?) e cê em Curitiba, Paraná. *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, v.1, n.15, p. 223-243, 2012.
- _____. (Re) análise da referência de segunda pessoa na fala da região sul. 2004. 260f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- LUTOSA, I. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MACHADO, I. Gêneros Discursivos. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.p. 151-166.
- MACHADO, M. S. *Sujeitos Pronominais 'nós' & 'a gente': variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. 1995. 260f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARQUES, A. R. *O padrão culto escrito em uso no Brasil em gêneros textuais do domínio jornalístico*. 2010. 230f. Dissertação (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- MARTELOTTA, M.; CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. J. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MARTINS, E. (org.). *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: C. Klincksieck, 1965 [1912], p. 130-148.
- MELO, J. M. de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo*. Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MONTEIRO, J. L. *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- NEWMAYER, F. Deconstructing Grammaticalization. In: *Language sciences*, v. 23, p. 187-229, 2001.
- OLIVEIRA, M. L. S. *A ironia como produção de humor e crítica social: uma análise pragmática das tiras de Mafalda*. 2008.130f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- OLSON, D. R. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON; D. R.; TORRANCE, N. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1997, p. 163- 178.
- OMENA, N. P. de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - Departamento de Linguística e Filologia – UFRJ, 1996[1978]. p. 183 - 215.
- OMENA, N. P. de. As influências sociais na variação entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - Departamento de Linguística e Filologia – UFRJ, 1996[1978]. p. 309 - 323.
- PEREIRA, C. et al. Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para a sala de aula. In: PAULIUKONIS, M. A.; SANTOS, L. W. S. (orgs.). *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 27-58.

- PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1999.
- POPLACK, S. The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, W. *Locating language in time and space*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1980. p. 55-67.
- PUZZO, M. B. *Gênero opinativo: um desafio ao ensino*. 2008. Disponível em <www.unitau.br/scripts/prppg/la/4sepla/artigos/Miriam%20Bauab%20PUZZO.pdf> Acesso em: 22 de dezembro de 2012.
- RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- RODRIGUES, R. H. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. 347f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SÁ, J. de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, 1988.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo linguístico. *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.29-59, 1998.
- SCHIFFRIN, Deborah. Tense variation in narrative. *Language*, Linguistic Societ American, v.57, n.1, p.5-62, 1981.
- SEARA, I. C. A variação do sujeito 'nós' e 'a gente' na fala florianopolitana. *Organon*, Porto Alegre, v.14, n. 28/29, p. 179-194, 2000.
- SILVA, N. R.; RODRIGUES, R. H. O papel da inter-relação do verbo-visual no gênero entrevista pingue-pongue. *Revista ANPOLL*, v.2, n.27, 2009.
- SILVA, C.C. A variação nós e a gente no português culto carioca. *Revista do GELNE*, Piauí, v. 12, n.1, p. 67-74, 2010.
- _____. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: DUARTE, M. E. L.; PAIVA, M. C. de. (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.p. 63-80.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2005.
- VILLARINHO, C. N. G. Sujeito nulo no português brasileiro: Elementos para sua análise a partir de situações experimentais. 2006. Disponível em <www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro02/LTAA02_a06.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2012.
- VITRAL, L.; RAMOS, J. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.
- VOTRE, S. J. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTTA, M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

WEINER, E. Judith & LABOV, William. Constraints on the agentless passive. In: *Journal of Linguistics*, Cambridge, n.19, p. 29-58, 1983.

ZERO HORA (org.). *Manual de ética, redação e estilo*. Porto Alegre: L & PM, 1994.

ZILLES, A. M. S. Grammaticalization of *a gente* in Brazilian Portuguese. In: JOHNSON, D. E.; SANCHES, T. (eds.). *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics (Papers from NWAV 30)*, v. 8, n. 3, p. 297-310, 2002.

ZILLES, A. M. S. The development of a new pronoun: The linguistic and social embedding of “*a gente*” in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, Cambridge, n.17, p.19-53, 2005.

ZILLES, A. M. S. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso gente? Porto Alegre: *Letras de Hoje* – UNISINOS/UFRGS, v. 42, p. 27-44, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Gêneros Discursivos

Alerta

Um erro basta

O meu amigo João Raul Borges Neto morava na Salgado Filho. Um apê nos píncaros.Vigésimo andar, se não me engano. Volta e meia eu ia lá, estudar com ele, que éramos colegas de segundo grau no Piratini. Mal entrava, e o João apontava para uma depressão no tapete da sala.

__ Uma loira estava deitada aqui agora mesmo – ele dizia, e acrescentava com causalidade: __Nua.

Cara, um guri de 15 anos de idade ouvir isso, naquela época...Eu ficava olhando para o tapete. Que sorte tinha o João Raul. Ele viera do Interior profundo do Rio Grande, atravessava a febre dos 18 anos e agora morava sozinho num apartamento na Salgado Filho. O que podia querer mais? A vida mundana pulsava na Salgado Filho, com suas palmeiras longilíneas se elevando do canteiro central, seus bares, cafés e cinemas, seus transeuntes elegantes que passeavam sem pressa pelas calçadas, olhando as vitrines, sorrindo, sorvendo a existência. A Salgado Filho era um bulevar, era isso que era a Salgado Filho.

O que aconteceu com a Salgado Filho? Agora mesmo recebi um e-mail de um morador da avenida queixando-se da sujeira, dos mendigos, do tráfico de drogas, da insegurança. O que houve para que tudo se tornasse tão diferente? Para que piorasse tanto?

Vou dizer o que houve: uma única decisão errada. Uma só: no fim dos anos 70, a prefeitura resolveu lá instalar pontos finais de linhas de ônibus. Estacionados ao longo do meio-fio, os ônibus monstruosos passaram a cobrir a visão dos passantes e bloquearam o acesso ao comércio, as filas de passageiros ocuparam as calçadas e afugentaram os frequentadores dos bares e dos cafés. A Salgado Filho foi violentada.

Mas, obviamente, não era essa a intenção dos administradores. Eles pretendiam melhorar a vida do usuário de ônibus. Em tese, tratava-se de uma ação popular; acabou sendo uma ação pouco inteligente. Talvez os gestores da época não compreendessem que a cidade é um organismo vivo, que cada lasca de bairro tem seu estilo e sua vocação que precisam ser respeitados.

A Salgado Filho é uma avenida para ser percorrida a pé, para que o caminhante levante a cabeça e veja um pedaço do horizonte, algo que normalmente não é visto no coração da grande cidade. É para ser usufruída, não para ser utilitária.

Há tantas vocações perdidas em Porto Alegre. Aquele prédio inconcluso em frente ao Chalé da Praça XV. Vi um prédio parecido em Berlim. Os alemães o transformaram em um centro de cultura e lazer alternativo. Lá acontecem exposições e festas, lá as pessoas se divertem em meio ao que devia ser escombros.

Por que não consequimos fazer algo assim com nossos projetos falidos, como o Aeromóvel, com os nossos planos jamais concretizados, como o Estaleiro Só?

Nós brigamos demais. Temo que, por causa de nossas brigas irresolvíveis, outra vocação de Porto Alegre vá se perder: a vocação boêmia da Cidade Baixa. Só vejo gente contra ou a favor, neste caso da Cidade Baixa. Só vejo birra. Por que não consequimos nos entender e chegar a um denominador comum em que todos saiam ganhando? Há que se conversar antes de se tomar uma atitude. Porque, a Salgado Filho já mostrou, basta uma só atitude para causar o mal de toda uma geração.

David Coimbra

Colunista do Jornal

25 de Novembro de 2011.

Reflexão

Bons e maus darwinistas

Darwinistas bem pensantes se vêm frequentemente obrigados a explicar que aceitar tudo que Darwin disse a respeito de seleção natural, sobrevivência dos mais fortes etc. não significa acreditar que o que se aplica aos animais também aos homens. Ou seja, darwinismo social, não.

O próprio Richard Dawkins, o darwinista mais conhecido em atividade hoje, já disse em mais de um dos seus textos ser possível viver num universo amoral, o universo darwiniano em que a única regra é a vitória do que ele mesmo chama de “gene egoísta” na competição

pela vida, e cobrar da sociedade humana um comportamento moral.

Darwinistas mal pensantes, claro, não precisam explicar nada. Para eles o darwinismo social justifica mercados desregulados, empreendedores aéticos e todas as manifestações do gene egoísta que tornam o capitalismo selvagem parecido com o mundo natural. Darwin só não ganhou seu lugar na galeria dos heróis da livre empresa, ao lado do Adam Smith, porque são raros os poderosos e endinheirados que não atribuem sua boa fortuna a Deus, em vez da evolução.

Mesmo antes de Darwin nos dar a incômoda notícia de que todos descendíamos de macacos (menos os meus antepassados, que foram adotados) e que pertencíamos a uma espécie tão sem caráter quanto qualquer outra, essa divisão entre o que éramos e o que pretendíamos ser já existia. O capitalismo moderno e a moral burguesa nasceram juntos e desde então vêm coexistindo nem sempre pacificamente. Há muito tempo vivemos em dois universos simultaneamente, um em que o poder do dinheiro tudo determina, da nossa vida política à nossa digestão – com picos de ganância sem controle do capital financeiro como o que originou a crise atual – e outro em que ignoramos esta onnipotência e nos imaginamos seres racionais e até altruístas, ou em nada parecidos com um macaco egoísta.

Uma forma do bom darwinista conciliar sua crença na evolução amoral das espécies e sua crença de que o Homem é diferente é cultivar a ideia de que o desenvolvimento da consciência humana foi, mais do que uma evolução natural, uma mudança radical na história dos habitantes deste planeta. Como nenhum outro bicho, somos conscientes de nós mesmos, do nosso passado e dos nossos possíveis futuros. Consciência não muda o poder do dinheiro nem assegura um comportamento moral da nossa espécie – ainda. Mas nos próximos milhões de anos, quem sabe?

A evolução ainda não terminou.

Luis Fernando Veríssimo

Colunista do Jornal

19 de dezembro de 2011.

Humor

Irresistível

Três imagens perturbam seriamente os homens.

1° - A calcinha nos tornozelos.

2° - A alça do sutiã deslizando pelos ombros.

3° - O turbante na cabeça na saída do banho.

Formam a santíssima trindade de um relacionamento. Podem vir, depois, TPM, DR, sogra, que a gente aguenta. São paisagens domésticas, lindas, que indicam o quanto nos aproximamos do universo feminino. Se atingirmos a trinca com uma única mulher, nossos olhos estarão grávidos e casaremos. Aceitaremos casar.

A primeira cena sempre foi um fetiche dos amantes, momento derradeiro do sim. Tristes os casais que não se tiram a roupa, tristes os casais que se despem sozinhos e chegam prontos ao ato. Sexo promissor é strip pôquer, combinando desafio, provocação e malícia. Você tira a blusa dela, ela tira sua calça. Já começam a relação se ajudando – um indício de cuidado e amor no futuro.

Quando uma mulher deixa, então, você baixar a calcinha, demonstra um absoluto voto de confiança. O melhor é quando a peça fica presa nos joelhos e ela levanta um pé de cada vez, como quem pula corda, para se desembaraçar por completo das vestes. Não há como resistir, trata-se de uma dança que culminará em longo abraço.

A segunda cena é sutil e não menos agradável. É coisa de café da manhã. Ela está com uma roupa leve, camisetão branco, muito diferente da produção da noite passada. Não sabe mais escolher como gosta dela; talvez perdeu a censurar, talvez ela superou as expectativas. Descobriu que não há como pensar e sonhar ao mesmo tempo; e desiste de pensar. A deusa pega iogurte e sucrilhos. Você não é mais humano, mas uma câmera registrando os mínimos movimentos. Cliquecliqueclique. Na hora de sentar, o fio do sutiã escapa e o ombro dela brilha como a Pedra do Arpoador. O caimento da alça gera uma surpreendente declaração de fidelidade masculina. Assim como ela arrumaria sua gola torta, você cai na cilada e levanta a alça. Ela percebe que nada mais escapa de seu olhar. Você se importa muito com ela. Você é agora ela.

A última cena é a mais sublime. Ela não tem vergonha de sua avaliação, acostumou-se com sua companhia, permite que assista aos bastidores do espelho. Sua paixão sai do banho

com uma toalha presa nos seios e uma enrolada nos cabelos recém-lavados.

Apesar de abobado pela intimidade, preste atenção na perfeição dos nós da toalha da cabeça. É o cadarço que nenhum marmanjo aprendeu a amarrar, que nenhum escoteiro decorou, é o que fará uma mulher prender você a vida inteira.

Fabrizio Carpinejar

Colunista do Jornal

06 de dezembro de 2011.

Informativo

Dívida com a União: a chaga e a luz

De cada R\$ 100 arrecadados pelo Rio Grande do Sul, R\$ 19 são destinados ao pagamento das dívidas com a União – sendo R\$ 13 referentes à renegociação firmada em 1998 (intra-limite) e R\$ 6 provenientes de pontos que não foram objetos desse acordo, em que se incluem contratos internacionais, o Proes e a dívida mobiliária (extra-limite). Essa conta simplificadora ajuda a compreender, não sem realismo, o nível de comprometimento da receita do Estado com tal obrigação. E também explica, em grande medida, a baixa capacidade de investimento de que somos vítimas nas últimas décadas.

Para entender melhor: em 1998, quando foi firmado o acordo, o montante do passivo intra-limite era de R\$ 7,4 bilhões. Hoje, mesmo sem que o Estado tenha contraído novas dívidas, esse valor soma incríveis R\$ 37 bilhões. É um crescimento absurdo proveniente apenas de correção monetária. A esse título, o Rio Grande do Sul repassa, em média, R\$ 2 bilhões ao ano para a União. E o Estado só consegue aplicar 4% de sua receita líquida em investimentos (educação, saúde, segurança, infraestrutura), algo em torno de R\$ 700 milhões por ano, o que representa pouco mais de um terço do que gasta com o débito.

Tal expansão teve origem na política de juros reais da própria União e no crescimento do IGP-DI, indexador utilizado para atualizar o cálculo. Eis, a propósito, um dos nós górdios da questão – uma flagrante injustiça que se mantém até hoje. Ocorre que nem mesmo o governo federal utiliza mais esse índice em suas contas internas, pois o mesmo cresceu

desproporcionalmente a partir de 1999. Isso contraria o propósito do acordo firmado no ano anterior, que era baixar o estoque da dívida. Pelo contrário, ela só fez crescer. A proposta mais razoável é que a correção passe a ser feita a partir do IPCA, indexador que baliza o sistema de metas de inflação. Diversas ações tramitam no Judiciário pedindo uma revisão nesse sentido, mas ainda não há decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, os Estados seguem penalizados e com suas receitas comprometidas.

Como governador do Rio Grande do Sul, administrei esse problema. Quando assumi, estávamos no limite do endividamento. Não fiz um centavo de novos empréstimos e, mesmo assim, tivemos um crescimento exponencial do estoque da dívida. É como que um dreno a sugar nossa energia para investir e melhorar a qualidade de vida dos gaúchos. Procurei conscientizar e lutar para que houvesse uma mudança, tanto no que concerne à troca de indexador quanto à redução do comprometimento de 13% da receita. Quanto à dívida extralimite, o caminho é a repactuação através dos organismos internacionais de financiamento, tratativa que nosso governo deixou pronta e depois foi formalizada.

A dívida pública do Estado para com a União, portanto, é uma grande chaga para o Rio Grande do Sul. E a luz para a amenização dessa ferida aberta, ao menos para tornar sua atualização mais justa, foi dada pela presidente Dilma nos últimos dias ao sinalizar com a possibilidade de rever os parâmetros atuais. A sintonia política e pessoal do governador Tarso Genro com a atual chefe do Executivo nacional pode ser o esteio necessário para trilhar tal caminho. Essa luta deve ser prioridade permanente do governo, dos parlamentares e da sociedade gaúcha. É uma causa de Estado.

Germano Rigotto

Ex-governador do Rio Grande do Sul

14 de outubro de 2011.

Crítica

E vai rolar a festa

No próximo dia 5 de julho, os criminosos estarão em festa. O benefício da nova Lei nº 12.403/2011, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff

e pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, oportunizará aos criminosos que a prisão em flagrante e a prisão preventiva ocorrerão em casos especialíssimos, aumentando a impunidade reinante em nosso país.

Em tese, ficará preso quem cometer homicídio qualificado, estupro, tráfico de entorpecentes, latrocínio etc. Para os leigos no assunto, isso significa que crimes como homicídio simples, roubo à mão armada, lesão corporal gravíssima, uso de arma restrita ou desvio de dinheiro público dificilmente admitirão a prisão preventiva ou a manutenção de prisão em flagrante. Em todos esses casos, será cabível a conversão da prisão em uma das nove medidas cautelares que são inócuas e sem meios de fiscalização.

Entre as medidas, cito: comparecimento periódico no Fórum para justificar suas atividades; proibição de frequentar determinados lugares; afastamento de pessoas; proibição de ausentar da comarca onde reside; recolhimento domiciliar durante a noite; suspensão de exercício de função pública; arbitramento de fiança; internamento em clínica de tratamento ou monitoramento eletrônico.

Quando a sociedade aperta o cerco exigindo do poder constituído vagas prisionais para os criminosos com o objetivo de combater esta mazela de insegurança, esta lei vem como um presente incrível para os infratores e criminosos.

Vamos, sim, cruzar nas ruas com quem assaltou sua casa com arma, com o ladrão que roubou seu carro, o criminoso que desviou milhões de reais dos cofres públicos. Talvez seja o preço da incompetência e a forma mais fácil de não construir presídios, porque não dá votos e as verbas... Bem, as verbas são para outras prioridades.

Além disso, a nova lei estendeu a fiança para crimes punidos com até quatro anos de prisão. O criminoso não passará mais uma noite na cadeia e sairá pagando a fiança arbitrada pelo delegado. Trata-se de um verdadeiro tiro no pé. Os que cumprem pena vão sair da prisão para um convívio harmonioso com a população. Uma pergunta que não pode calar: a quem interessam estas benesses? O que fazem nossos parlamentares do Senado e da Câmara Federal que, literalmente, não enxergam o perigoso caminho que estamos tomando?

Será que neste continental país, repleto de bons e competentes cidadãos, ficaremos calados e anestesiados com este disparate? Por que fazem leis para beneficiar menos de 2% da população em detrimento da esmagadora maioria? Preparem-se! A polícia Civil está de cabelos em pé. E a criminalidade vai aumentar sim, e rápido.

Raul Cohen

Vice-presidente da ONG Brasil Sem Grades

30 de Junho de 2011.

Análise

A corrupção, o TCU e a mãe

A campanha nacional de combate à corrupção ganha adeptos a cada dia. Tem cara-pintada junto com OAB, CNBB e outras entidades. A cidadania sente-se entre indignada e impotente. A esquerda brasileira observa – e atua – para não permitir que a questão da moralidade pública seja apropriada pelas forças conservadoras, como ocorreu em outros momentos históricos. Conhecemos o preço do que seria um, erro político de graves consequências.

O combate à corrupção somente terá algum sucesso, para nos tirar da lista dos países mais corruptos do planeta, se as instituições funcionarem, para punir os que forem apanhados e para amedrontar aqueles que estão pensando em apropriar-se de dinheiro público.

A transparência das finanças públicas é condição indispensável para atuação do indivíduo como a gente de intervenção, na condição de contribuinte e fiscal de receitas e despesas.

Já a existência de informações corretas depende dos mecanismos de registro e controle e de análise, por pessoas treinadas e qualificadas, de dados reunidos em auditoria.

Tribunais de Contas contaminados por indicações eminentemente políticas tendem a flexibilizar julgamentos e pareceres, fortalecendo interesses eleitorais. Prejuízo da sociedade, vantagem para a corrupção.

Neste cenário, a recente disputa para escolha de ministro do Tribunal de Contas da União revelou singularidades interessantes. Foi a primeira vez que um auditor de carreira, Rosendo, disputou esse cargo público. Teve 10 votos. O simbolismo, o novo, nasce assim mesmo.

Vencedora da disputa, a deputada Ana Arraes, filha de Miguel Arraes e mãe de

Eduardo Campos, atual governador de Pernambuco, apressou-se em apresentar um discurso conservador, de flexibilização das ações do TCU. Onde entra a mãe nesta conversa? Apareceu como música (Mamãe, Agnaldo Timóteo, letra de Herivelto Martins e David Nasser), em homenagem à campanha do filho, Eduardo Campos, em favor da eleita.

Enquanto isso, em solo gaúcho, se quer ratear as quatro vagas de responsabilidade de escolha do parlamento local, entre as quatro maiores bancadas de deputados, PT, PMDB, PDT e PP. No Estado – que se quer mais politizado do Brasil – afasta-se a cidadania da disputa. Penso que andamos mal. Talvez a nossa música deva ser “a estância de São Pedro ta assim de graxaim” (Nilo Bairros de Brum).

Amauri Perusso

Vice-presidente do Centro de Auditores do TCERS

30 de setembro de 2011.

Entrevista

ENTREVISTA

Muricy Ramalho – Técnico do Santos, adversário do Grêmio neste domingo

Carlos Guilherme Ferreira

Muricy Ramalho atendeu à ligação de ZH e jurou que Santos continuará ligado no Brasileirão até não ter mais chances matemáticas de título. Isso é ruim para o Grêmio, adversário das 16h deste domingo, na Vila Belmiro, pelo Brasileirão. Mas ele foi reticente para falar sobre o Mundial de clubes.

Durante a conversa, porém, afrouxou a guarda e desatou a falar sobre o provável adversário, o Barcelona, e sobre como usa a derrota do Inter para o Mazembe como exemplo. Mais: admitiu que o Santos não se preparou direito para o Brasileirão. Mas fará diferente para o Mundial.

Enquanto critica o calendário, vê muito futebol. Terça-feira, dia de Eliminatórias para a Eurocopa e Eliminatórias Sul-Americanas, Muricy passou tarde e noite em frente à TV. Um dos alvos foi a Espanha, “que é parecida com o Barcelona”.

Zero Hora – Faltam dois meses para o Mundial. Você pretendeu poupar jogadores no Brasileiro?

Muricy – Só na hora em que a gente não tiver mais chances. Aí a gente começa a se preocupar com o final do ano. Enquanto isso, vamos levar o Brasileiro. Se temos chances matemáticas, vamos lutar pelo título.

ZH – Como você encara ceder jogadores a toda hora para a Seleção?

Muricy – Nosso calendário realmente pune os clubes. Digo os clubes brasileiros. Tem que achar uma forma de parar o campeonato para a Seleção, que não vai jogar as Eliminatórias - só amistosos. O Neymar, no ano que vem, vai ficar mais na Seleção do que no Santos. Então, o prejuízo é enorme.

ZH – E você tem dois jogos em três dias: Atlético-MG na quinta e Grêmio no Domingo?

Muricy – Nosso calendário é complicado: jogos duros demais e um atrás do outro. Não tem time que aguente.

ZH – Mas não falta união de técnicos, jogadores e dirigentes?

Muricy – A nossa classe é toda desunida. Os técnicos são desunidos. Um quer o lugar do outro. Os dirigentes, cada um tem seu interesse, busca o melhor para o seu clube. Os jogadores também não são unidos para nada. Então é isso. Quem comanda faz o que quer, e nós, que estamos no meio do tiroteio, os técnicos, temos que suportar isso aí. Depois, na hora de pagar a conta, paga um só, que é o técnico.

ZH – A todo momento surgem notícias da venda de Neymar. Como mantê-lo com a cabeça no Santos?

Muricy – Não é só ele. É que o Neymar é o mais famoso. Vários jogadores nossos o tempo todo estão sendo assediados. Por isso que o Santos, no Brasileiro, está pagando esse preço. Não se preparou para esta competição. A gente se preparou para ganhar o Paulista e ganhou. Para ganhar a Libertadores, abriu mão do Brasileiro no começo.

ZH – Como será a preparação para o Mundial?

Muricy – O problema é que quando o time vai para o Mundial e perde, o planejamento é

ruim. Mas não é isso. Cada um faz o seu melhor. Teremos um time só para o Mundial. Vamos treiná-lo direitinho. Não quer dizer que a gente vá ganhar.

ZH – O Inter surpreendeu ao perder na semifinal para o Mazembe. Você usa esse episódio como exemplo para seus jogadores?

Muricy – A gente usa, mesmo. A toda hora. O Inter deixou um exemplo para todo mundo, que não se pode vacilar. Senão, não consegue.

ZH – A final mais provável será entre Santos e Barcelona. Você tem estudado o time espanhol?

Muricy – A obrigação de quem é técnico é acompanhar. É o melhor time do mundo. Vamos jogar da nossa maneira. Até agora, ninguém conseguiu diminuir a posse de bola que eles têm, marcar o Messi. Um dos melhores técnicos do mundo, que é o José Mourinho (do *Real Madrid*), não tem essa receita. Para jogar contra um time desses tem que estar em um grande dia, 100% em tudo.

ZH – O Pelé brincou que o presidente do Santos o havia escalado para o Mundial sem consultá-lo. Existe mesmo a possibilidade de o Pelé ser inscrito?

Muricy – Ele vai para o Japão dar o pontapé inicial. Ele é muito consciente. Agora tenho mais contato com ele. Quando se fala do melhor do mundo tem que ter um respeito muito grande. Quem sou eu como técnico para falar que Pelé não vai jogar? Não tenho nenhuma autoridade para falar isso. Mas ele já disse que vai ao Japão nos apoiar.

16 de Outubro de 2011.

ANEXO B – Impessoalidade da enunciação: a voz do povo no jornal

Bafômetro: soprar ou não

O Conselho Estadual de Trânsito vai chancelar na próxima terça-feira o novo modelo de fiscalização de Lei Seca no Estado, pelo qual todos os motoristas parados em barreiras serão convidados a fazer teste do bafômetro. Aqueles que se recusarem, de acordo com a nova orientação, terão a carteira recolhida, serão multados e poderão ter também o carro apreendido, caso não haja alguém habilitado e sóbrio para conduzir o veículo. O rigor é inspirado na metodologia empregada pela polícia do Rio de Janeiro, que conseguiu reduzir significativamente o número de acidentes de trânsito com o aperto sobre os condutores alcoolizados.

Parece lógico, translúcido, inquestionável. Se **queremos** poupar vidas no trânsito, nada mais natureza que se reprima o consumo de bebidas alcoólicas por motoristas, uma vez que já está comprovado cientificamente o efeito de tais substâncias na perda de reflexos. Ainda assim, há quem conteste a decisão das autoridades. Sob o argumento de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, que tem respaldo no Pacto de São José da Costa Rica, firmado pelos Estados americanos participantes da Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos em 1969, até mesmo juristas renomados consideram ilegal que o condutor de um veículo seja obrigado a soprar o etilômetro – conhecido popularmente por bafômetro. A interpretação é respeitável, mas não se sustenta.

Da mesma forma como um motorista é obrigado a apresentar a habilitação ou a provar que está usando lentes obrigatórias quando a sua carteira registra a necessidade, também deve se submeter ao teste do sopro, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei. Ou será que um condutor pode se recusar a mostrar a habilitação vencida porque, assim, estaria produzindo provas contra si mesmo?

O Departamento Estadual de Trânsito deve levar em frente seu projeto de agir com mais rigor sobre os refratários. A legislação permite, e os cidadãos preocupados com o morticínio no trânsito aprovam totalmente a medida. A recusa de soprar o aparelho, no caso, equivale a uma confissão de culpa.

Os brasileiros que aplaudiram entusiasmadamente a implantação de Lei Seca não podem mais ser ludibriados por espertalhões que se aproveitam de brechas de interpretação para continuar pondo em risco a vida de seus semelhantes. É disso que se trata: preservar vidas humanas, muitas vezes a do próprio motorista irresponsável. Quem não quiser soprar o bafômetro que não sopra – mas que arque com as conseqüências. E que elas sejam pesadas, em respeito às vítimas do trânsito e à dor de suas famílias.

Editorial/Análise – 13/03/11

ANEXO C – Pessoalidade da enunciação realizada pelo colaborador do jornal

O significado dos adesivos

Viajei no último feriado para a casa dos meus pais no interior do Rio Grande do Sul. Na saída de Porto Alegre, na quinta-feira pela manhã, uma multidão de carros se dirigia para o interior gaúcho. **Chamou-me** a atenção o fato de que a grande maioria dos carros em minha frente tinha o adesivo da “Família Feliz”. **Achei** que pudesse ser mera coincidência, mas não: no retorno para a Capital, no domingo, novamente percebi a enormidade de carros com o adesivo. Não eram um nem dois, eram vários e vários. **Resolvi** comentar o que de fato tinha chamado muito minha atenção. No banco de trás do carro, vinham meu irmão, uma amiga e **eu**. A partir de meu comentário, surgiram vários questionamentos. Minha amiga destacou: “Será que é uma necessidade de retorno à família tradicional?” Fiquei pensando: será que a instituição família estará realmente desgastada, fragilizada, banalizada ou complicada? Por que a necessidade de ficar mostrando a todos que se vive numa “Família Feliz”?

Não **sei** a resposta. **Queria** mesmo perguntar isto a todos aqueles que colaram esse adesivo para saber os motivos que levam a ostentá-lo em seus automóveis.

Atualmente, podemos destacar oito estruturas familiares: matrimonial, informal, homoafetiva, monoparental, anaparental, pluriparental, paralela e eudemonista. Uma multiplicidade de estruturas familiares! Será que tal fato está confundindo a cabeça das pessoas? Será que essa demonstração nos carros é uma busca por uma valorização da família de maneira mais afetiva? Mas de qual forma de família?

Outra constatação foi o grande número de adesivos com a família feliz tradicional, aquela composta pelo pai, pela mãe, sua prole e os bichinhos de estimação. Naquelas dezenas de carros que **vi**, não **verifiquei** nenhum adesivo demonstrando a família homoafetiva ou adesivo com uma pessoa sozinha.

Será que nesse mundo virtual, onde as pessoas interagem apenas pelo Facebook, ninguém quer parecer sozinho? Existe uma maior necessidade de inclusão real e não virtual? Demonstrar que possui uma família feliz e é amado? Será uma carência generalizada? Um medo global de ficar sozinho?

Acho que esses adesivos, muito mais do que serem apenas bonitinhos e terem virado uma “febre”, querem dizer mais. Querem reafirmar as relações familiares, os laços afetivos.

A historiadora Michelle Perrot afirmou, em artigo: “Não é a família em si que nossos contemporâneos recusam, mas o modelo excessivamente rígido e normativo que assumiu no século 19. Eles rejeitam o nó, não o ninho”. **Acho** que a família deve ser vista na contemporaneidade como espaço de afeto, amor e solidariedade. Temos que preservar o ninho e não só o nó.

Não **sei** se esses adesivos não pretendem, de certa forma, preservar muito mais o nó. Pensar assim é regredir na história, com o que de fato não se pode concordar!

Artigo/Alerta – 27/04/11

ANEXO D – Resultados do Goldvarb

• CELL CREATION • 23/10/2012 09:39:13

Name of token file: dados.tkn

Name of condition file: dados.cnd

(

; Identity recode: All groups included as is.

(1)

(2)

(3)

(4)

(5)

(6)

(7)

Number of cells: 488

Application value(s): 1

Total no. of factors: 24

Group		Non- Apps	apps	Total	%
1 (2)					
z	N	16	3107	3123	88.4
	%	0.5	99.5		
Z	N	178	231	409	11.6
	%	43.5	56.5		
Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

2 (3)					
s	N	17	384	401	11.4
	%	4.2	95.8		
m	N	36	350	386	10.9
	%	9.3	90.7		
l	N	20	763	783	22.2
	%	2.6	97.4		

f	N	117	1505	1622	45.9
	%	7.2	92.8		
r	N	1	156	157	4.4
	%	0.6	99.4		
q	N	0	125	125	3.5
	%	0.0	100.0		* KnockOut *
P ²	N	0	5	5	0.1
	%	0.0	100.0		* KnockOut *
n	N	3	50	53	1.5
	%	5.7	94.3		
Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

3 (4)					
R	N	36	790	826	23.4
	%	4.4	95.6		
P	N	151	2166	2317	65.6
	%	6.5	93.5		
F	N	7	382	389	11.0
	%	1.8	98.2		
Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

4 (5)					
6	N	14	357	371	10.5
	%	3.8	96.2		
2	N	24	289	313	8.9
	%	7.7	92.3		
7	N	11	381	392	11.1
	%	2.8	97.2		
4	N	84	1146	1230	34.8
	%	6.8	93.2		
5	N	42	811	853	24.2
	%	4.9	95.1		

² O símbolo “p” corresponde a discursos que visam à recomendação de obra artística (filmes, livros) os quais foram mais tarde considerados como críticas.

3	N	19	354	373	10.6
	%	5.1	94.9		

Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

5 (6)

a	N	132	1769	1901	53.8
	%	6.9	93.1		

b	N	27	1433	1460	41.3
	%	1.8	98.2		

c	N	35	136	171	4.8
	%	20.5	79.5		

Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

6 (7)

d	N	93	2365	2458	69.6
	%	3.8	96.2		

g	N	101	973	1074	30.4
	%	9.4	90.6		

Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

TOTAL	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

Name of new cell file: dados.cel

• CELL CREATION • 23/10/2012 09:47:47

Name of token file: dados.tkn

Name of condition file: dados.1.cnd

- (
- (1)
- (2)
- (3 (1 (COL 3 l))
- (m (COL 3 m))
- (n (COL 3 n))
- (s (COL 3 s))
- (r (COL 3 p))
- (r (COL 3 r))
- (f (COL 3 f))
- (m (COL 3 q))
- (4)
- (5)
- (6)
- (7)

Number of cells: 454
 Application value(s): 1
 Total no. of factors: 22

Group		Non-Apps	apps	Total	%
1 (2)					
z	N	16	3107	3123	88.4
	%	0.5	99.5		
Z	N	178	231	409	11.6
	%	43.5	56.5		
Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

2 (3)					
s	N	17	384	401	11.4
	%	4.2	95.8		

m	N	36	475	511	14.5
	%	7.0	93.0		
l	N	20	763	783	22.2
	%	2.6	97.4		
f	N	117	1505	1622	45.9
	%	7.2	92.8		
r	N	1	161	162	4.6
	%	0.6	99.4		
n	N	3	50	53	1.5
	%	5.7	94.3		
Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

3 (4)					
R	N	36	790	826	23.4
	%	4.4	95.6		
P	N	151	2166	2317	65.6
	%	6.5	93.5		
F	N	7	382	389	11.0
	%	1.8	98.2		
Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

4 (5)					
6	N	14	357	371	10.5
	%	3.8	96.2		
2	N	24	289	313	8.9
	%	7.7	92.3		
7	N	11	381	392	11.1
	%	2.8	97.2		
4	N	84	1146	1230	34.8
	%	6.8	93.2		
5	N	42	811	853	24.2
	%	4.9	95.1		

3	N	19	354	373	10.6
	%	5.1	94.9		

Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

5 (6)

a	N	132	1769	1901	53.8
	%	6.9	93.1		

b	N	27	1433	1460	41.3
	%	1.8	98.2		

c	N	35	136	171	4.8
	%	20.5	79.5		

Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

6 (7)

d	N	93	2365	2458	69.6
	%	3.8	96.2		

g	N	101	973	1074	30.4
	%	9.4	90.6		

Total	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

TOTAL	N	194	3338	3532	
	%	5.5	94.5		

Name of new cell file: dados.1.cel

• BINOMIAL VARBRUL • 23/10/2012 09:48:22 •.....

Name of cell file: dados.1.cel

Averaging by weighting factors.

Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -----

Run # 1, 1 cells:

Convergence at Iteration 2

Input 0.055

Log likelihood = -751.514

----- Level # 1 -----

Run # 2, 2 cells:

Convergence at Iteration 6

Input 0.009

Group # 1 -- z: 0.359, Z: 0.988

Log likelihood = -380.396 Significance = 0.000

Run # 3, 6 cells:

Convergence at Iteration 6

Input 0.048

Group # 2 -- s: 0.466, m: 0.599, l: 0.341, f: 0.605, r: 0.109, n: 0.542

Log likelihood = -731.570 Significance = 0.000

Run # 4, 3 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0.052

Group # 3 -- R: 0.455, P: 0.561, F: 0.252

Log likelihood = -741.367 Significance = 0.000

Run # 5, 6 cells:

Convergence at Iteration 5

Input 0.053

Group # 4 -- 6: 0.413, 2: 0.598, 7: 0.342, 4: 0.568, 5: 0.482, 3: 0.491

Log likelihood = -743.459 Significance = 0.008

Run # 6, 3 cells:
 Convergence at Iteration 5
 Input 0.043
 Group # 5 -- a: 0.624, b: 0.296, c: 0.851
 Log likelihood = -700.550 Significance = 0.000

Run # 7, 2 cells:
 Convergence at Iteration 4
 Input 0.050
 Group # 6 -- d: 0.427, g: 0.662
 Log likelihood = -730.608 Significance = 0.000

Add Group # 1 with factors zZ

----- Level # 2 -----

Run # 8, 12 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.008
 Group # 1 -- z: 0.358, Z: 0.989
 Group # 2 -- s: 0.588, m: 0.669, l: 0.382, f: 0.520, r: 0.135, n: 0.698
 Log likelihood = -370.997 Significance = 0.004

Run # 9, 6 cells:
 Convergence at Iteration 6
 Input 0.009
 Group # 1 -- z: 0.359, Z: 0.988
 Group # 3 -- R: 0.428, P: 0.561, F: 0.303
 Log likelihood = -374.830 Significance = 0.006

Run # 10, 12 cells:
 Convergence at Iteration 6
 Input 0.009
 Group # 1 -- z: 0.358, Z: 0.989
 Group # 4 -- 6: 0.464, 2: 0.686, 7: 0.302, 4: 0.559, 5: 0.474, 3: 0.455
 Log likelihood = -372.086 Significance = 0.007

Run # 11, 6 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.009
 Group # 1 -- z: 0.362, Z: 0.987
 Group # 5 -- a: 0.525, b: 0.459, c: 0.573
 Log likelihood = -379.456 Significance = 0.404

Run # 12, 4 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.007
 Group # 1 -- z: 0.352, Z: 0.990
 Group # 6 -- d: 0.383, g: 0.748
 Log likelihood = -350.240 Significance = 0.000

Add Group # 6 with factors dg

----- Level # 3 -----

Run # 13, 23 cells:
 Convergence at Iteration 9
 Input 0.006
 Group # 1 -- z: 0.353, Z: 0.990
 Group # 2 -- s: 0.538, m: 0.572, l: 0.297, f: 0.618, r: 0.091, n: 0.743
 Group # 6 -- d: 0.359, g: 0.791
 Log likelihood = -336.030 Significance = 0.000

Run # 14, 12 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.007
 Group # 1 -- z: 0.353, Z: 0.990
 Group # 3 -- R: 0.502, P: 0.525, F: 0.352
 Group # 6 -- d: 0.387, g: 0.741
 Log likelihood = -348.890 Significance = 0.264

Run # 15, 24 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.007
 Group # 1 -- z: 0.352, Z: 0.991
 Group # 4 -- 6: 0.525, 2: 0.633, 7: 0.319, 4: 0.541, 5: 0.477, 3: 0.479
 Group # 6 -- d: 0.388, g: 0.739
 Log likelihood = -345.749 Significance = 0.113

Run # 16, 12 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.007
 Group # 1 -- z: 0.355, Z: 0.990
 Group # 5 -- a: 0.523, b: 0.457, c: 0.611
 Group # 6 -- d: 0.381, g: 0.752
 Log likelihood = -348.675 Significance = 0.211

Add Group # 2 with factors smlfrn

----- Level # 4 -----

Run # 17, 62 cells:

Convergence at Iteration 9

Input 0.006

Group # 1 -- z: 0.354, Z: 0.990

Group # 2 -- s: 0.541, m: 0.566, l: 0.296, f: 0.620, r: 0.089, n: 0.750

Group # 3 -- R: 0.470, P: 0.532, F: 0.377

Group # 6 -- d: 0.364, g: 0.782

Log likelihood = -334.708 Significance = 0.271

Run # 18, 122 cells:

Convergence at Iteration 9

Input 0.006

Group # 1 -- z: 0.352, Z: 0.991

Group # 2 -- s: 0.534, m: 0.572, l: 0.288, f: 0.618, r: 0.113, n: 0.757

Group # 4 -- 6: 0.517, 2: 0.659, 7: 0.354, 4: 0.541, 5: 0.464, 3: 0.451

Group # 6 -- d: 0.364, g: 0.782

Log likelihood = -331.790 Significance = 0.139

Run # 19, 62 cells:

Convergence at Iteration 9

Input 0.006

Group # 1 -- z: 0.356, Z: 0.989

Group # 2 -- s: 0.532, m: 0.571, l: 0.295, f: 0.621, r: 0.092, n: 0.737

Group # 5 -- a: 0.533, b: 0.444, c: 0.609

Group # 6 -- d: 0.356, g: 0.795

Log likelihood = -334.298 Significance = 0.182

No remaining groups significant

Groups selected while stepping up: 1 6 2

Best stepping up run: #13

Stepping down...

----- Level # 6 -----

Run # 20, 454 cells:

Convergence at Iteration 12

Input 0.005

Group # 1 -- z: 0.356, Z: 0.989

Group # 2 -- s: 0.526, m: 0.567, l: 0.292, f: 0.619, r: 0.113, n: 0.748

Group # 3 -- R: 0.540, P: 0.511, F: 0.355

Group # 4 -- 6: 0.538, 2: 0.673, 7: 0.339, 4: 0.537, 5: 0.469, 3: 0.436

Group # 5 -- a: 0.529, b: 0.450, c: 0.605
 Group # 6 -- d: 0.362, g: 0.785
 Log likelihood = -329.006

----- Level # 5 -----

Run # 21, 351 cells:
 Convergence at Iteration 9
 Input 0.029
 Group # 2 -- s: 0.456, m: 0.510, l: 0.267, f: 0.682, r: 0.082, n: 0.474
 Group # 3 -- R: 0.520, P: 0.535, F: 0.269
 Group # 4 -- 6: 0.479, 2: 0.648, 7: 0.351, 4: 0.533, 5: 0.472, 3: 0.507
 Group # 5 -- a: 0.625, b: 0.296, c: 0.848
 Group # 6 -- d: 0.398, g: 0.721
 Log likelihood = -632.628 Significance = 0.000

Run # 22, 153 cells:
 Convergence at Iteration 12
 Input 0.006
 Group # 1 -- z: 0.354, Z: 0.990
 Group # 3 -- R: 0.588, P: 0.498, F: 0.331
 Group # 4 -- 6: 0.527, 2: 0.664, 7: 0.287, 4: 0.546, 5: 0.494, 3: 0.430
 Group # 5 -- a: 0.520, b: 0.462, c: 0.605
 Group # 6 -- d: 0.384, g: 0.746
 Log likelihood = -342.076 Significance = 0.000

Run # 23, 256 cells:
 Convergence at Iteration 9
 Input 0.006
 Group # 1 -- z: 0.355, Z: 0.990
 Group # 2 -- s: 0.527, m: 0.571, l: 0.286, f: 0.621, r: 0.113, n: 0.752
 Group # 4 -- 6: 0.519, 2: 0.660, 7: 0.360, 4: 0.537, 5: 0.464, 3: 0.451
 Group # 5 -- a: 0.528, b: 0.451, c: 0.606
 Group # 6 -- d: 0.362, g: 0.786
 Log likelihood = -330.259 Significance = 0.288

Run # 24, 137 cells:
 Convergence at Iteration 9
 Input 0.006
 Group # 1 -- z: 0.357, Z: 0.989
 Group # 2 -- s: 0.535, m: 0.566, l: 0.295, f: 0.623, r: 0.090, n: 0.743
 Group # 3 -- R: 0.479, P: 0.528, F: 0.380
 Group # 5 -- a: 0.531, b: 0.448, c: 0.602
 Group # 6 -- d: 0.361, g: 0.788
 Log likelihood = -333.206 Significance = 0.143

Run # 25, 244 cells:

Convergence at Iteration 11

Input 0.006

Group # 1 -- z: 0.353, Z: 0.990

Group # 2 -- s: 0.532, m: 0.567, l: 0.294, f: 0.617, r: 0.113, n: 0.754

Group # 3 -- R: 0.529, P: 0.516, F: 0.350

Group # 4 -- 6: 0.541, 2: 0.670, 7: 0.338, 4: 0.537, 5: 0.465, 3: 0.445

Group # 6 -- d: 0.366, g: 0.779

Log likelihood = -330.494 Significance = 0.230

Run # 26, 308 cells:

Convergence at Iteration 9

Input 0.007

Group # 1 -- z: 0.360, Z: 0.988

Group # 2 -- s: 0.578, m: 0.652, l: 0.355, f: 0.536, r: 0.157, n: 0.743

Group # 3 -- R: 0.463, P: 0.549, F: 0.299

Group # 4 -- 6: 0.528, 2: 0.698, 7: 0.340, 4: 0.537, 5: 0.448, 3: 0.467

Group # 5 -- a: 0.517, b: 0.471, c: 0.552

Log likelihood = -358.907 Significance = 0.000

Cut Group # 3 with factors RPF

----- Level # 4 -----

Run # 27, 175 cells:

Convergence at Iteration 8

Input 0.031

Group # 2 -- s: 0.458, m: 0.507, l: 0.268, f: 0.682, r: 0.081, n: 0.467

Group # 4 -- 6: 0.436, 2: 0.639, 7: 0.364, 4: 0.550, 5: 0.466, 3: 0.503

Group # 5 -- a: 0.626, b: 0.294, c: 0.849

Group # 6 -- d: 0.396, g: 0.725

Log likelihood = -637.847 Significance = 0.000

Run # 28, 71 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0.007

Group # 1 -- z: 0.354, Z: 0.990

Group # 4 -- 6: 0.523, 2: 0.636, 7: 0.323, 4: 0.537, 5: 0.479, 3: 0.478

Group # 5 -- a: 0.520, b: 0.462, c: 0.604

Group # 6 -- d: 0.386, g: 0.743

Log likelihood = -344.413 Significance = 0.000

Run # 29, 62 cells:

Convergence at Iteration 9

Input 0.006

Group # 1 -- z: 0.356, Z: 0.989

Group # 2 -- s: 0.532, m: 0.571, l: 0.295, f: 0.621, r: 0.092, n: 0.737
 Group # 5 -- a: 0.533, b: 0.444, c: 0.609
 Group # 6 -- d: 0.356, g: 0.795
 Log likelihood = -334.298 Significance = 0.159

Run # 30, 122 cells:
 Convergence at Iteration 9
 Input 0.006
 Group # 1 -- z: 0.352, Z: 0.991
 Group # 2 -- s: 0.534, m: 0.572, l: 0.288, f: 0.618, r: 0.113, n: 0.757
 Group # 4 -- 6: 0.517, 2: 0.659, 7: 0.354, 4: 0.541, 5: 0.464, 3: 0.451
 Group # 6 -- d: 0.364, g: 0.782
 Log likelihood = -331.790 Significance = 0.219

Run # 31, 158 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.008
 Group # 1 -- z: 0.359, Z: 0.988
 Group # 2 -- s: 0.583, m: 0.664, l: 0.355, f: 0.530, r: 0.161, n: 0.737
 Group # 4 -- 6: 0.467, 2: 0.700, 7: 0.322, 4: 0.562, 5: 0.467, 3: 0.421
 Group # 5 -- a: 0.519, b: 0.468, c: 0.565
 Log likelihood = -361.890 Significance = 0.000

Cut Group # 5 with factors abc

----- Level # 3 -----

Run # 32, 70 cells:
 Convergence at Iteration 8
 Input 0.039
 Group # 2 -- s: 0.475, m: 0.484, l: 0.263, f: 0.687, r: 0.084, n: 0.447
 Group # 4 -- 6: 0.426, 2: 0.619, 7: 0.375, 4: 0.555, 5: 0.466, 3: 0.502
 Group # 6 -- d: 0.393, g: 0.730
 Log likelihood = -686.270 Significance = 0.000

Run # 33, 24 cells:
 Convergence at Iteration 7
 Input 0.007
 Group # 1 -- z: 0.352, Z: 0.991
 Group # 4 -- 6: 0.525, 2: 0.633, 7: 0.319, 4: 0.541, 5: 0.477, 3: 0.479
 Group # 6 -- d: 0.388, g: 0.739
 Log likelihood = -345.749 Significance = 0.000

Run # 34, 23 cells:

Convergence at Iteration 9

Input 0.006

Group # 1 -- z: 0.353, Z: 0.990

Group # 2 -- s: 0.538, m: 0.572, l: 0.297, f: 0.618, r: 0.091, n: 0.743

Group # 6 -- d: 0.359, g: 0.791

Log likelihood = -336.030 Significance = 0.139

Run # 35, 66 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0.008

Group # 1 -- z: 0.357, Z: 0.989

Group # 2 -- s: 0.586, m: 0.664, l: 0.356, f: 0.529, r: 0.159, n: 0.743

Group # 4 -- 6: 0.468, 2: 0.699, 7: 0.318, 4: 0.563, 5: 0.467, 3: 0.421

Log likelihood = -362.531 Significance = 0.000

Cut Group # 4 with factors 627453

----- Level # 2 -----

Run # 36, 12 cells:

Convergence at Iteration 8

Input 0.040

Group # 2 -- s: 0.478, m: 0.488, l: 0.268, f: 0.682, r: 0.085, n: 0.452

Group # 6 -- d: 0.386, g: 0.743

Log likelihood = -692.318 Significance = 0.000

Run # 37, 4 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0.007

Group # 1 -- z: 0.352, Z: 0.990

Group # 6 -- d: 0.383, g: 0.748

Log likelihood = -350.240 Significance = 0.000

Run # 38, 12 cells:

Convergence at Iteration 7

Input 0.008

Group # 1 -- z: 0.358, Z: 0.989

Group # 2 -- s: 0.588, m: 0.669, l: 0.382, f: 0.520, r: 0.135, n: 0.698

Log likelihood = -370.997 Significance = 0.000

All remaining groups significant

Groups eliminated while stepping down: 3 5 4

Best stepping up run: #13

Best stepping down run: #34

Cruzamento entre Determinação do Referente e Gênero Discursivo

	s		m		l		f		p		n		Σ		
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
d	1:	4	1:	4	2:	4	1:	78	5:	0	0:	3	12	93	4
	-:	298	99:	208	98:	397	99:	1347	95:	92	100:	23	88	2365	96
	Σ:	302	:	212	:	401	:	1425	:	92	:	26		2458	
g	1:	13	13:	32	11:	16	4:	39	20:	1	1:	0	0	101	9
	-:	86	87:	267	89:	366	96:	158	80:	69	99:	27	100	973	91
	Σ:	99	:	299	:	382	:	197	:	70	:	27		1074	
Σ	1:	17	4:	36	7:	20	3:	117	7:	1	1:	3	6	194	5
	-:	384	96:	475	93:	763	97:	1505	93:	161	99:	50	94	3338	95
	Σ:	401	:	511	:	783	:	1622	:	162	:	53		3532	